

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Dissertação de Mestrado

A CIDADE PORTUGUESA NAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS
UMA ANÁLISE ICONOGRÁFICA COMPARATIVA

Ilha de Moçambique, Goa, Salvador, Macau e Luanda

Lila Donato

Brasília, Junho de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**A Cidade Portuguesa Nas Províncias Ultramarinas
Uma Análise Iconográfica Comparativa
Ilha de Moçambique, Goa, Salvador, Macau e Luanda**

Lila Donato

Junho de 2009

**UnB – FAU
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Dissertação de Mestrado**

Prof. Orientador: Andrey Rosenthal Schlee

ÍNDICE

1. Introdução	7
2. O império Luso	
2.1. De Olisipo à Lisboa dos descobrimentos	11
2.2. O urbanismo na Europa até ao Séc. XVI – A construção do modelo	28
2.3. Lisboa – cidade modelo	31
3. Estudos de caso	52
3.1. Moçambique	54
3.2. Goa	71
3.3. São Salvador da Bahia	101
3.4. Cidade do Nome de Deus de Macau	120
3.5. São Paulo de Loanda	143
4. Conclusão: Ilha de Moçambique, Goa, Salvador, Macau e Luanda – Atitude Comum no Ultramar	165
4.1. As intenções Colonizadoras	166
4.2. O sítio físico	170
4.3. O desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos	171
4.4. Características da malha	174
5. Índices de imagens	176
6. Índices de iconografias	178
7. Índices de mapas resumo	184
8. Bibliografia	184

1. INTRODUÇÃO

O estudo a seguir apresentado consiste de uma análise de documentos iconográficos referentes a cinco cidades portuguesas erguidas em Angola, Moçambique, Brasil, Índia e China, durante seus respectivos períodos coloniais. Pretende-se, por meio de comparação dos núcleos urbanos originais, reconhecer Lisboa como modelo na criação de novas cidades durante do século XVI, além de identificar padrões na estruturação e consolidação dos centros urbanos nas Províncias Ultramarinas.

Para o estudo foram escolhidas cinco cidades, uma de cada país citado: **Luanda**, em Angola, **Ilha de Moçambique**, em Moçambique, **Salvador**, no Brasil, **Goa**, na Índia e **Macau**, na China.

Os critérios de escolha das cidades foram, no caso de Angola, Moçambique e Brasil, o fato delas terem sido as primeiras capitais naqueles países; no caso de Macau, o fato da cidade ter surgido e se consolidado devido à presença portuguesa na China, tornando-se um ponto de parada essencial às navegações até ao Japão; e, por último, no caso de Goa, o fato desta cidade ter sido consolidada pela presença portuguesa na Índia e de ter sido tão importante para o Império Português do Ultramar que chegou a nela instalar-se uma coroa, tornando-se a capital de todo o Império Ultramarino do Índico ao Japão.

Considerou-se a hipótese de trabalho de que Lisboa teria sido o modelo urbano para as demais capitais do Império Luso. Afinal, era do porto de

Lisboa, às margens do Tejo, que partiam as naus e as caravelas rumo às colônias, e onde embarcavam aqueles que iriam construir as novas cidades, levando consigo as memórias desta metrópole, em forma de conhecimento empírico.

De um modo geral, o estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica, levantamento e estudo de material iconográfico disponível, produção de croquis sintetizadores e explicativos, pesquisa e organização de material fotográfico, e análise dos dados obtidos. Estes procedimentos permitiram fazer o resgate histórico do processo de surgimento e crescimento das cidades escolhidas, e, com base na análise do material iconográfico obtido, observar os aspectos físicos dos seus sítios de implantação e os elementos constitutivos do tecido urbano, como o traçado das vias, o parcelamento fundiário e a construção de edifícios simbólicos – arquitetura religiosa, arquitetura dos edifícios públicos e arquitetura militar.

O trabalho estrutura-se em três partes, separadas por capítulos. Inicia-se com uma contextualização histórica de Portugal dentro do contexto europeu antes do início dos descobrimentos, e as razões que encorajaram os portugueses a investir nas navegações; a formação e desenvolvimento da cidade de Lisboa até à descoberta do caminho marítimo para a Índia e a sua importância dentro dos contextos políticos e econômicos que impulsionaram os empreendimentos marítimos; e, o estudo das características gerais da metrópole no início do século XVI,

considerando-se o sítio físico, as características gerais da malha e as características do primeiro núcleo urbano.

Prossegue-se com o estudo individualizado das cinco cidades ultramarinas, apresentando-se, para cada uma, um breve histórico desde a sua origem até finais do século XVI, uma análise iconográfica, e a análise das características gerais da cidade relativamente ao sítio físico, às características gerais da malha e às características do primeiro núcleo urbano.

Por último, e em forma de conclusão, faz-se a comparação dos resultados obtidos nos estudos individualizados das cidades, observando-se as semelhanças de umas com as outras, e destas com Lisboa, procurando identificar as características comuns que permitam definir um padrão de atuação na implantação de cidades no além-mar. Considerando-se os itens analisados, procura-se responder às seguintes perguntas:

- Quais foram as causas que levaram à ocupação das terras de cada sítio (as intenções de colonização)?
- Existem características semelhantes nos sítios escolhidos? Quais os padrões de escolha e qual é a forma de ocupação inicial?
- Que elementos são comuns no traçado inicial das cinco cidades? Há padrões ou fatores de crescimento similares (incluindo os elementos arquetetônicos que influenciam no traçado da malha urbana)?

Todas as questões levantadas restringem-se ao desenvolvimento das cidades até ao final do século XVI, pois o foco deste estudo são os primeiros núcleos urbanos. Por causa deste recorte temporal, e por se ter baseado a pesquisa na análise de material iconográfico, foram encontradas algumas dificuldades na obtenção desses materiais, e na sua análise e interpretação.

Segundo Francisco Nunes Correia¹, a cartografia foi desenvolvida inicialmente pelos Egípcios, com a finalidade de controlar seu território e proceder à cobrança de impostos, e posteriormente pelos Gregos, num sistema que considerava a esfericidade da terra, e que foi base para a cartografia atual. Durante a Idade Média os árabes continuaram aperfeiçoando os conhecimentos herdados dos Gregos e dos Romanos, enquanto que na Europa ocidental “o sobrenatural teve mais peso que a representação geográfica”. Avançando um pouco no quadro do tempo, Nunes Correia acrescenta ainda que “a cartografia dessa época [século XV], era considerada como um segredo de Estado, à qual tentavam ter acesso os inúmeros espões que fervilhavam na época em Portugal. Os nossos governantes criaram aquilo a que hoje podemos ironicamente chamar um ‘Sistema de Desinformação Geográfica’, elaborando cartografia propositadamente errada, como o caso da cartografia do Cabo da Boa Esperança com uma latitude muito aumentada, por ordem de

¹ II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica: Novos Rumos. Discurso na Sessão de Abertura do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Francisco Nunes Correia. 25 de Outubro de 2007.

Bartolomeu Dias, por forma a desencorajar a navegação por sul para a Índia”.

Sabe-se pelos resumos históricos que, com as cruzadas e o comércio marítimo o Infante Dom Henrique reuniu geógrafos, astrónomos e cartógrafos de diferentes países para pesquisa e desenvolvimento de técnicas de representação. Ao longo do século XVI a cartografia da Europa ocidental se aperfeiçoou, principalmente pelos holandeses, mas foi durante os séculos XVII e XVIII que se registrou maior produção de mapas e de outros materiais iconográficos.

Disto decorre que **a análise de algumas das cidades escolhidas para este estudo só pode ser feita a partir de mapas do século XVII**. É o caso de Macau, para a qual não se conseguiu encontrar um único mapa anterior a 1600. No artigo resumido “Cartografia antiga da cidade de Macau, c. 1600-1700: confronto entre modelos de representação europeus e chineses”, Francisco Roque de Oliveira chega a afirmar que a planta de Macau elaborada por Godinho de Erédia entre 1615 e 1622 “talvez seja a mais antiga imagem da península de Macau depois de consumado o estabelecimento dos portugueses em meados do século XVI”². Portanto, para este estudo fez-se uso tanto de mapas e

² Cartografia antiga da cidade de Macau, c. 1600-1700: confronto entre modelos de representação europeus e chineses (Resumo). Francisco Roque de Oliveira. in: *Scripta Nova* - REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES, Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (53), 1 de agosto de 2006.

iconografias produzidas ao longo de 1500 e de 1600, como mapas-resumo contemporâneos elaborados pelos estudiosos do tema.

Outra dificuldade encontrada na realização deste trabalho foi a análise de Goa. Por um lado, a análise foi feita com base em mapas imagens do século XVII, onde está representada a cidade num estágio de crescimento bem avançado. Por outro, o desaparecimento quase total da cidade causado pelo abandono de seus moradores em 1759 impossibilitou o confronto dos mapas antigos com uma planta atual, visto que a área da antiga cidade ficou totalmente tomada pela mata de palmeiras.

2. O IMPÉRIO LUSO

O resumo histórico sobre a história de Portugal e a cidade de Lisboa foi elaborado com base em pesquisa nas seguintes fontes:

- BAIRRADA, Eduardo Martins. *Lisboa – Panorama da sua história e expansão urbana*. Seleções do Reader's Digest, SARL.
- SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos. *A Baixa Pombalina – Passado e Futuro*. Livros Horizonte, 2000.
- MOITA, Irisalva. *A imagem e a vida da cidade*. In: Lisboa Quinhentista – A imagem e a vida da cidade. Catálogo de exposição temporária. Museu da Cidade de Lisboa. Direção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento – Um outro olhar sobre a expedição de Cabral*. Objetiva, 2006. 2ª edição.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do Descobrimento e conquista da Guiné*. Acervo de livros on line GoogleBooks.
- Enciclopédia livre on line WIKIPEDIA. Busca por palavras chaves: Lisboa, descobrimentos marítimos, expedições portuguesas, Olissipo, entre outras.

2.1. De Olisipo à Lisboa dos descobrimentos

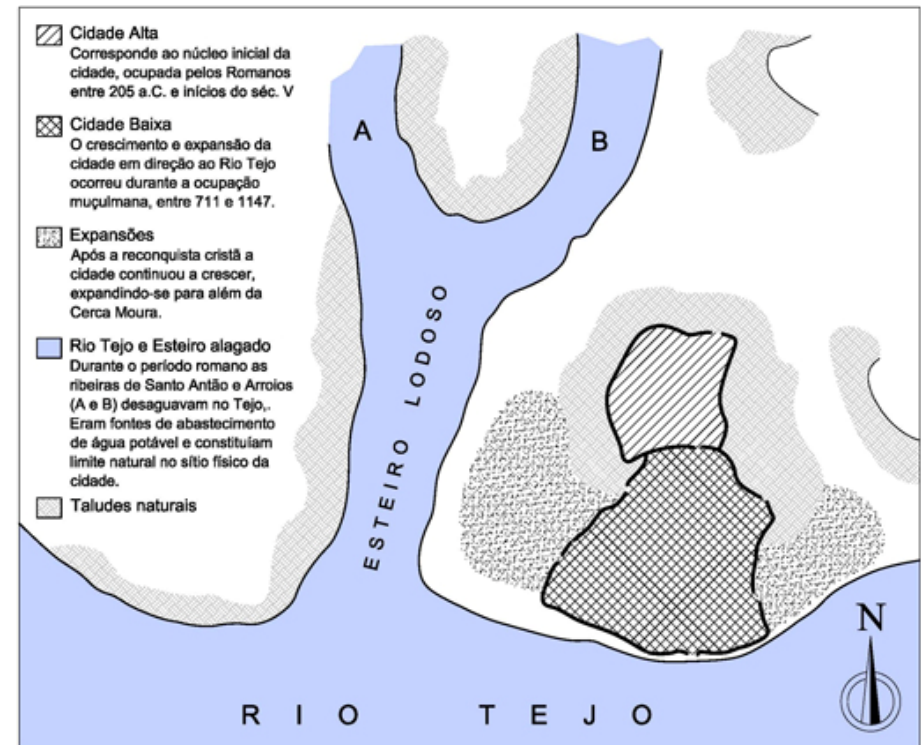


IMAGEM 01. Durante o período romano as ribeiras de Santo Antão e Arroios (A e B) desaguavam no Tejo, constituindo limite natural do sítio físico. Um processo de assoreamento e sedimentação de partículas sólidas causou, ao longo dos anos, ressecamento deste vale, porém o solo permaneceu lodoso, impedindo o crescimento da cidade na sua direção. Durante o reinado de D. Diniz realizaram-se aterros para secar e compactar as terras ainda encharcadas, permitindo a expansão da cidade na direção sudeste.

Várias foram as designações dadas aos povoados que habitaram o morro de São Jorge, acerca dos quais podemos hoje contar a história como parte integrante e fundamental no surgimento e estruturação de Lisboa. Íberos, Celtas, Fenícios, Gregos, Cartaginenses, Romanos, Godos,

Suevos, Visigodos e Mouros habitaram a colina antes do domínio cristão, e deixaram uma herança cultural que não se pode hoje desassociar da história lisboeta. Em adaptação à sua própria cultura ou tradição, cada um daqueles povos designou a cidade ao seu próprio modo. Dependendo da bibliografia consultada, encontram-se algumas variações não apenas em relação às origens dos diversos nomes, mas também na sua ortografia. A título de exemplo, a designação mais comum para o antigo povoado que deu origem à atual Lisboa era Olissipo, provavelmente de origem fenícia. Este mesmo nome encontra-se escrito com apenas um “s”, Olisipo, ou com dois “p”, Olissippo, e, numa posterior versão latina se alterou para Olissipona. O mesmo sucede com aquela que teria sido a sua designação quando da ocupação Moura, que varia entre Aschbouna, al-Lixbûnâ ou al-Ushbuna. Assim, as designações adotadas para este trabalho baseiam-se nas mesmas adotadas por Eduardo Martins Bairrada, no artigo “*Lisboa – Panorama da sua história e expansão urbana*”¹, e poderão, naturalmente, divergir de outras fontes consultadas.

O sítio onde atualmente está implantada a cidade de Lisboa foi ocupado sucessivamente por comerciantes nômades Íberos, Celtas, Fenícios, Gregos e/ou Cartaginenses que ali julgavam ser um lugar estratégico para as trocas comerciais, dada proximidade do mar pela foz do rio Tejo. Ao descobrir as vantagens estratégicas daquele local através do seu contato com tais comerciantes, os Romanos ocuparam a colina em 205 a.C. e

¹ BAIRRADA, Eduardo Martins. *Lisboa – Panorama da sua história e expansão urbana*. Seleções do Reader's Digest, SARL.

Felicitas Julia Olissipo

A antiga cidade romana era fortificada com muralhas abaluartadas, e, conforme descreve Eduardo Martins Bairrada no artigo *Lisboa: Panorama da Sua História e Expansão Urbana* (vide bibliografia), contava com edifícios de belo aspecto arquitetónico, com frontões e colunatas, um aqueduto, monumentos a imperadores, o Templo de Cibele, as termas dos Cássios e as termas dos Augustais, e um teatro. Uma grande parte destas construções foram destruídas nos anos que se seguiram à ocupação romana, após a queda do Império, em decorrência das várias batalhas ali travadas pela conquista das terras. Os vários sismos que abalaram Lisboa ao longo dos anos também contribuíram para o desaparecimento deste património.

Atualmente, a atividade arqueológica em Lisboa é intensa, e foram descobertas várias ruínas da antiga cidade romana, que hoje se tentam recuperar e incorporar ao legado cultural local. Podem enumerar-se as ruínas do teatro romano, as galerias da Rua da Prata e as ruínas no interior do claustro da Sé Catedral (IMAGEM 02, abaixo. Arquivo próprio).



designaram a vila que surgiu por Felicitas Julia Olisipo. A cidade que ali se desenvolveu ocupou inicialmente o alto do morro, e se expandiu na direção sul até às margens do Tejo, e estendendo-se sobre todo o vale a oeste até o esteiro então existente – este canal sofreu assoreamento natural e corresponde atualmente à região da Praça do Comércio e ao centro baixa pombalina (ver IMAGEM 01).

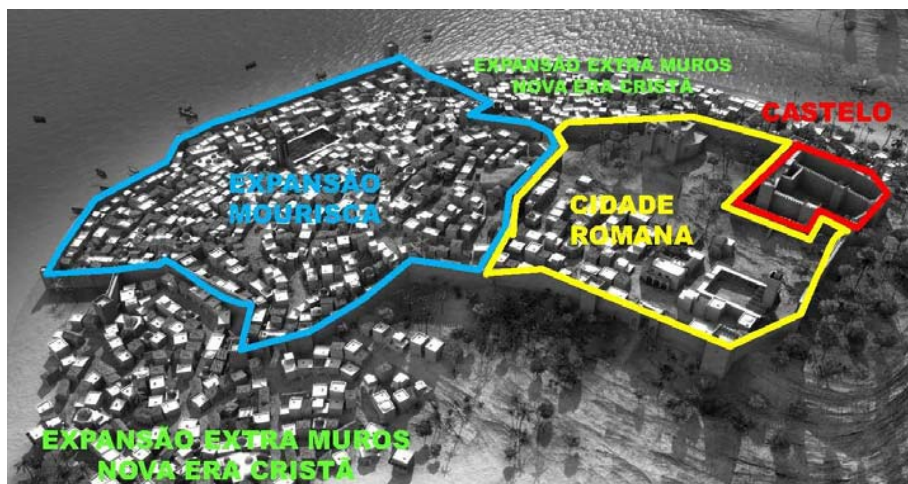


IMAGEM 03. Resumo das fases de crescimento da cidade. O núcleo inicial da cidade foi no alto da colina, onde foi construído o castelo e a cidade romana ao redor deste. Durante o período de ocupação muçulmana a cidade se cresceu colina abaixo, até às margens do Rio Tejo. Após a reconquista cristã verificou-se acentuado crescimento populacional, e a cidade expandiu-se além da Cerca Moura existente.

Olisipo foi um município de Roma, e, ao beneficiar-se de tal passou de uma economia rural a um importante centro de comércio. Sua população bem acolheu o cristianismo e foi um dos principais centros de desenvolvimento desta crença na Península Ibérica. Com a queda do império romano e após 450 anos de ocupação, a cidade foi repetidamente

atacada e saqueada por Bárbaros, Godos, Visigodos e Suevos que durante cerca de 300 anos disputaram pelo domínio das terras. Em 711 os árabes muçulmanos, aproveitando-se da instabilidade do Reino Visigodo que naquele ano ocupava a cidade, conquistaram-na após vencer a batalha de Guadalete. O domínio árabe espalhou-se por grande parte da Europa, e os cristãos viram-se obrigados a se refugiar em regiões montanhosas de difícil acesso.

Olisipo passou a ser designada por Aschbouna, e as muralhas e fortificações romanas que haviam sido parcialmente destruídas durante os conflitos de posse foram reconstruídas e reforçadas, e novas cortinas de defesa foram erguidas² (ver IMAGENS 03 e 04). A cidade mourisca caracterizava-se por *“um traçado urbanístico que permaneceu mourisco até ao terramoto de 1755, (...) tortuosa nas ruas estreitas, com becos sem saída, pátios acessíveis através de passadiços de alvenaria e de madeira, e balcões salientes, num todo verdadeiramente pitoresco”*³, descreve Eduardo Martins Bairrada. Deve-se à ocupação muçulmana a construção do atual bairro de Alfama, que corresponde à área intramuros da cidade moura, e que é testemunho do traçado tortuoso e irregular a que se refere Bairrada.

² A este sistema reforçado e ampliado de defesa erguido pelos muçulmanos os historiadores atualmente se referem como “Cerca Velha ou Cerca Moura”.

³ *in*: BARRADA, Eduardo Martins. *Lisboa – Panorama da sua história e expansão urbana*. Do livro *À Descoberta de Portugal*, pp. 308-325. Seleções do Reader’s Digest, SARL.

Entretanto, ao norte vinha-se consolidando desde o início do século XII o Condado Portucalense, e com ele sua estruturação política e militar. D. Afonso Henriques foi a figura mais importante deste episódio da história de Portugal, pois foi sob seu comando e direção que se travaram as batalhas contra os cristãos de Leão e Castela, e contra os muçulmanos, rendendo vitória àquele condado. Formou-se, então, o Reino de Portugal, e D. Afonso Henriques foi, assim, o primeiro rei português (1139-1185). Em 1137 e 1140 este rei atacou Aschbouna duas vezes na tentativa de reconquistá-la, porém só alcançou vitória em 1147, num terceiro ataque no qual contou com a ajuda de um numeroso exército de Cruzados. Novamente sob o domínio cristão, aqueles que mantiveram a fé muçulmana e os judeus, foram expulsos, e se alojaram em áreas extramuros distintas, que anos mais tarde iriam consolidar os bairros da Mouraria e as Judiarias de Lisboa. Em 1255, D. Afonso III (1248-1279) transferiu para Lisboa a capital do Reino, que estava sediada em Coimbra desde 1139, e começou a explorar as suas potencialidades de entreposto comercial marítimo. Os mercadores portugueses cristãos e judeus estabeleceram ligações com os comerciantes da Península Ibérica, do norte da Europa e também do norte da África, passando a monopolizar o comércio nestas regiões, beneficiando-se do fato de Portugal ser, naquele tempo, o único país livre das ameaças turca e moura que muitos países da Europa ainda enfrentavam. Neste mesmo período, navios piratas muçulmanos controlavam o comércio de especiarias, ouro e marfim ao sul da Espanha, no Estreito de Gibraltar, constituindo, portanto, barreira à expansão comercial portuguesa no Mar Mediterrâneo. Alguns anos mais

tarde esta limitação foi um dos fatores que impulsionou a coroa portuguesa e a classe de mercadores a encontrar rotas alternativas para alcançar aquele comércio.



IMAGEM 04. Imagem satélite do Google Earth sobre Alfama. A linha vermelha corresponde ao contorno da antiga Cerca Moura, que deu lugar às ruas. Dentro deste contorno pode-se ver o morro do castelo, ao centro da área mais arborizada, e a cidade moura descendo a colina até ao Tejo, com suas ruas tortuosas e traçado irregular.

A intensa atividade econômica proporcionada pelo comércio e pelo porto trouxe riqueza e prosperidade à cidade, tal modo que começaram a ser feitas obras públicas, que iriam alterar significativamente a fisionomia de Lisboa e transformá-la numa metrópole. Durante o século XIII e início do século XIV foram realizadas reformas na zona portuária, foram erguidos estaleiros para a construção de barcos comerciais e militares, edificaram-se cais, palácios, praças, fóruns, mercados e feiras, fizeram-se obras de drenagem na região do antigo esteiro, que então secara, e trataram-se dos arruamentos.

No reinado de D. Afonso III, foram construídos os conventos de São Domingos, e de São Francisco da Cidade, ambos fora das cercas existentes. Durante o reinado de D. Diniz (1279-1325) foram feitas drenagens no terreno lamacento do antigo esteiro, construíram-se o Paço Régio da Acáçova e do Paço do Limoeiro, foi feita a regularização do Rossio de Santa Justa (que deu lugar ao Rossio de hoje), e foi erguida uma cortina de muralhas para proteger a zona baixa da cidade. Em 1290 foi criada a Universidade de Lisboa.

Desde a retomada do comércio marítimo a população lisboeta vinha crescendo significativamente e o número de estrangeiros que transitavam na capital era alto. Pelo fato de ter ficado diminuto o espaço dentro da muralha – a Cerca Moura –, o crescimento da cidade havia se expandido para fora dela, ocupando vastas áreas adjacentes àquela Cerca Velha,

ficando estas desprotegidas. Em 1373 Henrique II de Castela cercou Lisboa, causando grande destruição nos bairros extra-muros, pelo que D. Fernando (1367-1383) mandou construir novas muralhas, às quais se designou Cerca Fernandina, que foram erguidas entre 1373 e 1375, e que delimitavam uma área mais de seis vezes maior que aquela abrangida pela Cerca Moura. A nova cerca incluía não apenas os bairros existentes, mas também terrenos cultivados e cumeadas de colinas a oeste – neste período, o esteiro existente no tempo da conquista dos romanos já se encontrava totalmente assoreado, seu terreno havia sido drenado, e a barreira natural que impedia o crescimento da cidade naquela direção tinha desaparecido. Porém, o bairro da Mouraria continuou fora das muralhas. Em finais do século XIV a população lisboeta era de cerca de 60.000 habitantes⁴ e o seu centro comercial havia sido deslocado da colina do castelo para a área do antigo esteiro, junto ao Tejo, que corresponde à atual Praça do Comércio.

Ao longo do século XIV registraram-se vários terremotos na capital. Muitos edifícios ficaram desmoronados, e o número de mortes era muito elevado, em função também da peste negra, o que se refletiu num retroceder da grande prosperidade que se vinha alcançando desde o início do século XII. A morte de D. Fernando agravou esta situação, pois Portugal ficou submetido ao rei João I de Castela, cujos objetivos de

⁴ Há divergências nas fontes consultadas com relação a este número. BAIRRADA, no seu texto *Lisboa – Panorama da sua história e expansão urbana* informa 60.000 habitantes em finais do

governo divergiam dos interesses dos mercadores de Lisboa, a quem se devia toda a prosperidade registrada até então. Instalou-se, assim, uma crise entre os anos de 1383 e 1385, cujas guerras eram uma disputa de valores entre a aristocracia conservadora de Castela, que privilegiava as nobrezas e as políticas e ação por terra, e os mercadores ricos de Lisboa, que estavam focados nas rotas de comércio marítimas, e que pretendiam manter suas ligações comerciais com a Inglaterra e preservar as regalias que já haviam adquirido. Apoiados pelo mestre de Avis e pelos ingleses, os burgueses alcançaram vitória contra os castelhanos na Batalha de Aljubarrota, em 1385, e o mestre de Avis foi aclamado João I de Portugal.

Continuando os castelhanos a movimentar-se na tentativa de reconquistar a metrópole, D. João I (1385-1433) se casou, em 1387, com Filipa de Lancaster, neta do rei inglês Edward III, acreditando que assim poderia reforçar a aliança entre Portugal e Inglaterra, e com isso assegurar o domínio sobre o território lusófono, o que não aconteceu, pois, tendo a proteção do Papa de Avignon, os castelhanos não se intimidavam.

Este conjunto de fatores iria mudar a história da cidade. Antes governada por uma nobreza, agora governada por burgueses cujos olhares estavam voltados para o mar que era a fonte de riquezas. O Reino estava enfraquecido, e, apesar os lusos terem alcançado total independência com relação aos árabes muçulmanos, as disputas entre Portugal e

Espanha pelo domínio da Lusitânia ainda duravam, ameaçando sobremaneira sua soberania. Deveria surgir uma nova estratégia para o seu fortalecimento político e econômico.

D. João I (1385-1433) iria se favorecer pela fragilidade política e religiosa do resto da Europa, que vinha sendo novamente atacada pelos turcos otomanos desde a segunda metade do século XIV, o que caracterizava forte ameaça ao cristianismo. Os muçulmanos invadiram também os territórios no norte da África, Egito e Médio Oriente, deixando o comércio lisboeta prejudicado. Como forma de contornar tal situação, os mercadores portugueses, que eram na sua maioria descendentes de muçulmanos e judeus, e que tinham ligações com o norte da África, passaram a negociar diretamente com aqueles povos. Deste contato, os portugueses tomaram conhecimento que as especiarias, o ouro, os escravos e o marfim chegavam a Marrocos em caravanas que vinham desde o Sudão, e que as miçangas de vidro e os panos finos vinham da Índia até aos portos do Mar Vermelho. Nos dois casos, os turcos eram detentores do monopólio daquele comércio, fosse por terra, fosse pelo mar. Dada a oposição religiosa entre muçulmanos e cristãos, as negociações entre mercadores lusos e turcos não era possível. Diante disto, a estratégia que os portugueses adotaram foi a de navegar diretamente até à Índia, onde poderiam obter tais mercadorias a partir da fonte.

séc.XIV, enquanto que no livro *A Baixa Pombalina – Passado e Futuro* Maria Helena fala de 40.000 habitantes no início do séc. XVI.

O século XV foi, então, marcado por uma evolução das técnicas de navegação. No início de 1400 os portugueses detinham um conhecimento naval que tinha sido aprimorado ao longo dos vários anos, através dos contatos com mercadores italianos, genoveses, venezianos, holandeses e ingleses, mas que ainda eram rudimentares e não permitiriam empreender viagens tão longas como o caminho até à Índia. Denominado navegação de cabotagem, este tipo de navegação consistia, essencialmente, em velejar ou remar junto à costa, sem nunca perder de vista a terra firme, orientando-se a partir de pontos conspícuos,⁵ ao longo de uma rota que o piloto, pela prática, conhecia. Era necessário desenvolver uma técnica que possibilitasse a navegação em alto-mar, pois esta permitiria alcançar as terras das especiarias. Em substituição aos pontos conspícuos deveriam ser descobertos métodos que permitissem a orientação, quando à volta só se podia ver água. O astrolábio e a bússula já eram conhecidos, mas eram ainda muito imprecisos.

Segundo as lendas históricas de Portugal, o lema “navegar é preciso, viver não é preciso” deve-se ao Infante Dom Henrique (1414-1460), filho de Dom João I. Ele não apenas incentivou os estudos navais, mas coordenou uma equipe de cartógrafos, matemáticos, astrónomos e outros cientistas e mestres de navegação a fim de estudar e desenvolver novos

⁵ Pontos conspícuos são formas no terreno ou na linha da costa, na paisagem, ou ainda construções que se distinguem facilmente de outras formas ao redor, permitindo ao observador distante sua fácil identificação. Nas navegações de cabotagem estes pontos são fundamentais para a orientação dos navegadores. Eles podem ser faróis, torres de igrejas, morros elevados, etc.

métodos de navegar. Este grupo iria formar, mais tarde, a Escola de Sagres, de onde terão saído Vasco da Gama e Cristóvão Colombo. Por ser administrador da Ordem dos Cavaleiros de Cristo, o Infante conseguiu também que esta instituição patrocinasse algumas viagens, que tinham como objetivo a experimentação das técnicas que se desenvolviam. É possível que a descoberta das ilhas dos Açores e da Madeira tenha ocorrido em decorrência de um desses experimentos, onde se estudava o comportamento dos ventos.

De um lado a necessidade de orientação levou ao aprofundamento no conhecimento do comportamento dos astros, o que permitiu o desenvolvimento de métodos de navegação mais precisos. De outro, as aventuras oceânicas já rendiam conquistas de novas terras, e, com isto, as embarcações eram carregadas não apenas de mantimentos, mas também de armamento, aumentando sua necessidade de carga e o tempo em alto-mar, com travessias cada vez mais longas. Isto estimulou o desenvolvimento da construção naval, e resultou na construção das caravelas (IMAGENS 05 e 06) e das naus (IMAGEM 07), as principais embarcações usadas nas navegações dos séculos XV e XVI.

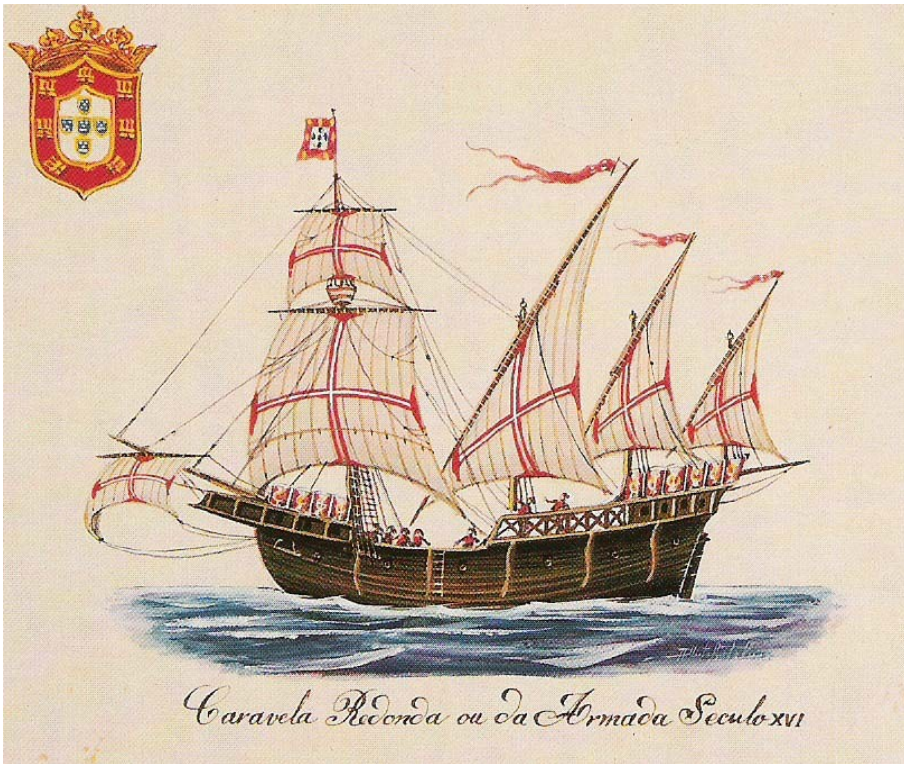


IMAGEM 05. Caravela Redonda ou da Armada, Século XVI.
As velas das caravelas eram decoradas com a cruz que representava a Ordem de Cristo.

Atento às questões do Reino, o Infante Dom Henrique, convenceu seu pai a montar campanha pela conquista de Ceuta sustentando-se em três fortes motivos:

[1] *“Em primeiro lugar, despontaram os interesses dos mercadores e da burguesia marítima lusitana, aos quais o rei estava associado: Ceuta, além de monopolizar todo o comércio do Norte da*

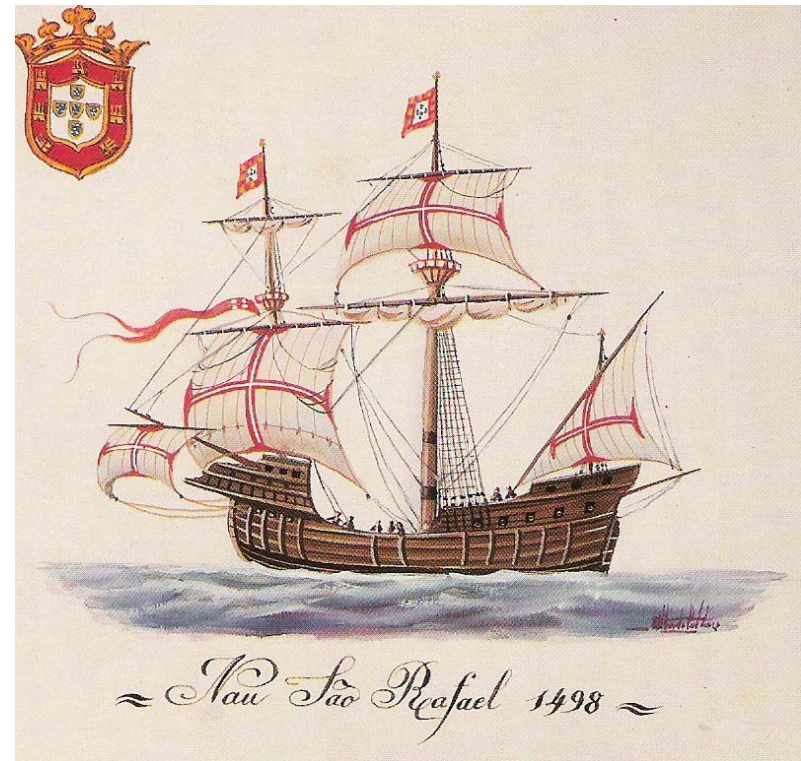


IMAGEM 06. Nau São Rafael, 1498.
Uma das naus da armada de Vasco da Gama, também decorada pelas cruzes da Ordem de Cristo

África, se tornara também um “ninho de piratas”, bloqueando a estratégica passagem do estreito de Gibraltar. [2] Depois, havia o espírito de reconquista e o ódio aos árabes, que ainda incendiavam a nobreza, da qual D. João fazia parte. [3] Por fim, desenrolava-se uma complexa trama político-religiosa: como a Cristandade estava dividida entre três papas – Gregório XII, em Roma; Bento XIII, em

Avignon; e João XXII, em Pisa –, um concílio fora marcado para se realizar em Constança em outubro de 1415, no qual seria escolhido o chefe supremo da Igreja. Portugal obedecia ao papa de Roma, e Castela ao de Avignon. D. João concluiu que um ataque aos ‘infieis’ árabes aumentaria seu prestígio junto à igreja, fosse qual fosse o papa aclamado.”⁶

De fato, a burguesia mercantil sustentava a monarquia através do pagamento de impostos e taxas alfandegárias. Os mercadores queriam a abertura de novas rotas comerciais e ansiavam pela descoberta de novos mercados africanos e asiáticos, de onde vinham as especiarias, o ouro, o marfim e as sedas, nos quais pretendiam estabelecer relações comerciais. Para alcançar tais objetivos, os mercadores estavam dispostos a empreender os capitais necessários. Além disso, devoto fervoroso que era, D. Henrique se preocupava com as questões pertinentes à igreja e ao cristianismo. Um ataque contra os mouros que se concentravam no norte da África, e que representavam a outra vertente islã que era tão grave ameaça à Europa quanto os turcos, permitiria conquistar prestígio junto ao papado, e seria uma forma de afirmar e honrar a fé cristã, em nome do Senhor Jesus.

Na primeira metade do século XV as navegações em nome da fé não tiveram qualquer tipo de apoio por parte da igreja, mas Portugal ganhou,

⁶ *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral.* Bueno, Eduardo. – 2.ed. – Rio de Janeiro. Objetiva, 2006. pg. 43.

sim, favor junto à igreja, e em 1452 o Papa Nicolau V concedeu ao rei Dom Afonso V e a toda sua descendência, através da bula Dum Diversas, o direito de “invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades (...) e reduzir suas pessoas à perpétua escravidão”⁷. Depois desta, outras seis bulas foram emitidas entre 1455 e 1551, concedendo direitos eclesiásticos aos reis de Portugal, ou à Ordem de Cristo que, através do Infante Dom Henrique se encontrava por detrás do empreendimento dos descobrimentos, pelo que as bulas a ela emitidas se refletiram de maneira direta sobre os territórios conquistados.

Assim, desde o início, as expedições marítimas representaram ao mesmo tempo os interesses da burguesia e da igreja, e isto ficou refletido na maneira de fazer cidades – consolidadas sempre, de um lado, em função do porto e das relações comerciais advindas deste, e, de outro lado, em torno das igrejas, conventos e demais edificações religiosas, que influenciaram a estruturação da cidade para além do porto.

Os portugueses se lançaram ao mar em 1415, rumo à conquista de Ceuta, e regressaram vitoriosos. Isto encorajou D. João I a adotar uma política de governo baseada na conquista de territórios no além-mar. Impulsionada pelo desejo da expansão da fé cristã e nutrida de ambições comerciais ousadas àquele tempo, a coroa portuguesa deu início ao

⁷ Copiado da enciclopédia livre WIKIPEDIA, busca por “Dum Diversas”.

“Projeto dos Descobrimentos”, que se estruturava em três pilares motores: 1) o comércio; 2) a conquista e, 3) a propagação do cristianismo.

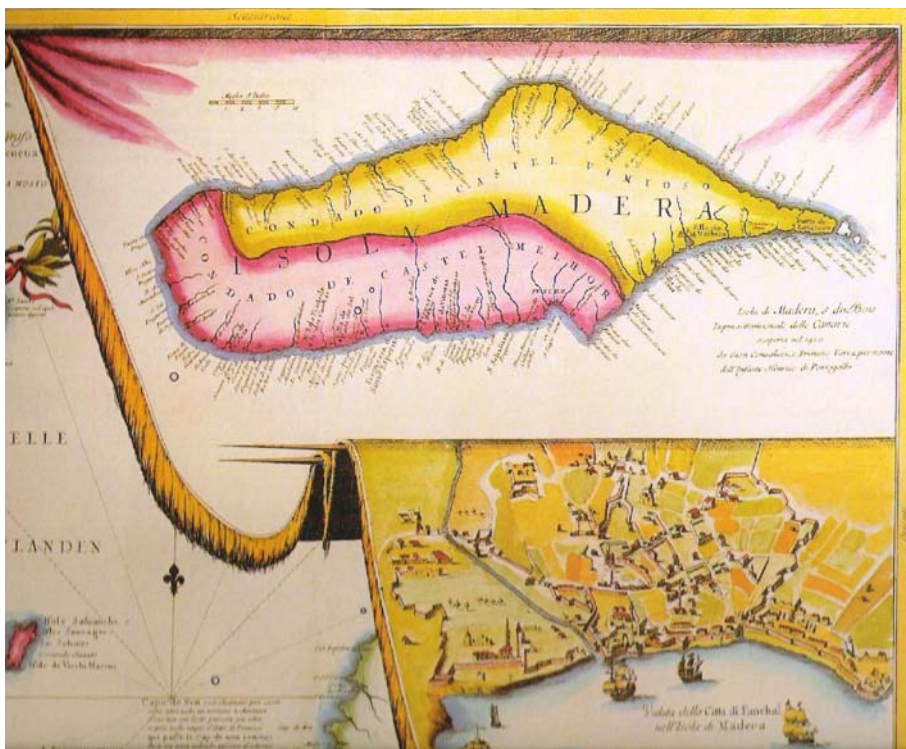


IMAGEM 07. Mapa antigo da Ilha da Madeira, da autoria de F. de Wit.

A epopéia dos descobrimentos caracterizou-se, assim, ao longo do século XV, pela conquista de novos mercados africanos, e pelas arriscadas navegações na descoberta do caminho marítimo até à Índia. À conquista de Ceuta sucedem-se a descoberta e ocupação das ilhas dos Açores e da

Madeira (IMAGEM 07) e a fundação de feitorias⁸ ao longo da costa da Guiné⁹. O comércio em Lisboa voltou a ferver e os lisboetas viram novamente seus negócios prosperar. De Ceuta chegava o trigo, da Madeira o açúcar de cana e o vinho, do Norte da África, o almíscar, o índigo, os corantes de roupa e o algodão, e da Guiné, o ouro e as malaguetas, e também se inicia o tráfico de escravos.

O enriquecimento da coroa e da burguesia favoreceu a realização de obras em Lisboa, que vieram completar as intervenções que já tinham sido iniciadas nos reinados de Dom Afonso III e de Dom Diniz. Com a subida ao trono de D. João II (1481-1495), as esquadras que seguiam rumo à descoberta da rota da Índia tanto a partir de Lisboa quanto de alguns portos algarvios, passaram a sair somente do Tejo, centralizando na capital todas as questões relacionadas com as navegações. Isto fez com que a capital portuguesa se tornasse no mais importante entreposto comercial de toda a Europa, com um enorme movimento de mercadorias e comerciantes. Naturalmente, Lisboa precisava se adaptar às novas exigências que tal centralidade requeria. Não apenas porque era a partir de Lisboa que a coroa portuguesa governava a grande empresa dos descobrimentos, e iria, em breve, governar um império vastíssimo, mas

⁸ Uma Feitoria era um lugar ou estabelecimento, que podia ou não ser fortificado, geralmente situado junto a um porto, e que funcionava como um entreposto comercial para as trocas comerciais com os naturais da região ou com os mercadores que para lá se deslocavam. No início das navegações, grande parte do comércio português que se realizava nos territórios descobertos era efetuado nas suas feitorias.

⁹ A Guiné que inspirou o livro “Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné”, Gomes Eanes de Zurara.

também, e principalmente, porque era a partir dela que as embarcações saíam em direção às novas terras conquistadas, e era também porque ao porto de Lisboa chegavam um grande número de embarcações, vindas de vários locais, e que traziam as mais variadas mercadorias. Era necessário que a cidade se equipasse com infra-estruturas que pudessem atender a uma atividade portuária e comercial muito intensa e variada, como descreve Irisalva Moita:

“Com o progresso das navegações e conquistas, tornadas, a partir de D. João II, empresa do Estado, que culminam com o descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, houve, por parte dos soberanos, necessidade de tomar um certo número de medidas tendentes a preparar Lisboa para se tornar o centro dinamizador de todas as operações [...] Essas medidas implicaram, naturalmente, grandes obras públicas, como importantes trabalhos de aterragem, a modernização do porto com a abertura e diversificação de novos cais para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, ampliação dos estaleiros, construção de novos armazéns e fundições, diversificação das alfândegas, criação de repartições para coordenação e fiscalização do comércio, implicando edificações que, pelo seu número, volume e a sua implantação na zona ribeirinha, vão pressionar o centro urbano de Lisboa para junto do Tejo, contribuindo para dar uma nova imagem à cidade.”¹⁰

¹⁰ Moita, Irisalva. *A imagem e a vida da cidade*. in: Lisboa Quinhentista – A imagem e a vida da cidade. Catálogo de exposição temporária. Museu da Cidade de Lisboa. Direção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Assim, quando da descoberta do caminho marítimo para a Índia em 1498, da antiga Olisipo pouco sobrava, e Lisboa, onde o comércio fervilhava e por onde perambulavam gentes de todas as partes, era uma cidade onde o casario denso ocupava todo o solo, desde os morros até às planícies, deixando livres apenas os paços e praças, com torres de igrejas e conventos apontando para o céu e as suas muralhas abraçando-a calorosamente.

09 – Vista sobre Alfama, desde o Castelo de São Jorge.

10 – Vista sobre Alfama, com a Sé Catedral se destacando ao fundo.

11 – O denso casario de Alfama.

12 – Vista sobre a Baixa de Lisboa, com o Castelo de São Jorge ao fundo.

13 – Vista sobre a Baixa de Lisboa, onde se pode ver as torres das igrejas se destacando em meio ao denso casario.

14 – Vista panorâmica de Lisboa, desde a margem oposta do Tejo.

8



9



10



11



12



13



15 – Típica azulejaria Portuguesa.

16 a 22 – As ruas estreitas e tortuosas de Alfama.

14



15



16



17



18



19



20

21

23 – Ruínas do Convento do Carmo.

24 – Casa dos Bicos.

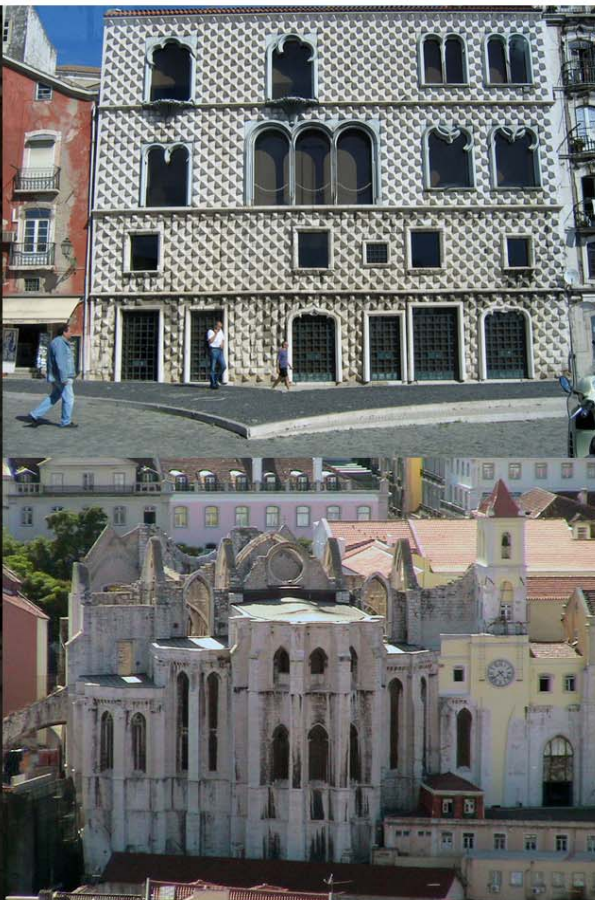
25 – Torres do Castelo de São Jorge.

26 – Ruínas do Convento do Carmo.

22



23



24



25

2.2. O urbanismo na Europa até ao Séc. XVI – A construção do modelo

Com a queda do império romano na antiguidade, os turcos otomanos e os muçulmanos ocuparam muitas das cidades europeias cristãs, e fundaram outras tantas. Como resultado as cidades medievais europeias caracterizavam-se por labirintos de ruas tortuosas e estreitas, becos sem saída, com pequenos pátios pouco acessíveis, e um aglomerado de casas aparentemente sem qualquer ordem ou planeamento. Assim era Aschbouna, a Lisboa moura. Quando em 1147 o rei Dom Afonso Henriques reconquistou Lisboa, em toda a Europa já se fazia o resgate dos traçados regulares da antiguidade nas novas cidades que iam surgindo. Após a reconquista da Península Ibérica verificou-se um aumento da população urbana e o crescimento e a expansão dos núcleos urbanos. As expansões freqüentemente se davam em torno de castelos, mosteiros ou locais de grande acessibilidade e boas condições de comércio. A Europa, recém independente da dominação islã, estava passando por um período de reafirmação e de definição dos territórios das diferentes nações. Como forma de consolidação das nações e dos territórios, muitos países europeus fundaram, entre os séculos XII e XIV, novas cidades, planeadas com base em teorias Renascentistas que estavam em vigor. Tais teorias se baseavam nos princípios do urbanismo romano, que consistia essencialmente no desenho de uma malha em quadrícula, com dois eixos fundamentais que cruzavam a cidade ligando as portas da muralha, e uma praça situada no cruzamento de vias importantes, localizada no centro da malha.

Portugal não ficou fora deste cenário. Entre os reinados de Dom Afonso III e Dom Diniz muitas cidades foram fundadas, concebidas segundo aqueles padrões geométricos, embora à sua própria maneira. A ortogonalidade não era tão rígida, e as praças só surgiram alguns anos, e muitas cidades depois. O que importava não era a quadrícula, mas a regularidade do traçado, que era obtida a partir de um conjunto de quarteirões de tamanho idêntico, sempre com o mesmo número de lotes, todos com o mesmo tamanho e orientação. Os lotes dispunham-se lado a lado, e cobriam toda a largura do quarteirão; neles as casas eram construídas todas do mesmo lado, definindo uma continuidade de fachadas num dos lados do quarteirão, e os fundos deixavam-se livres para os pátios e pomares. Disto obtinha-se uma hierarquia de ruas – ruas principais ou de frente com fachadas com características uniformes, e ruas de traseira para onde davam os pátios –, que tinham as mesmas dimensões segundo suas funções principais. As muralhas, que eram indispensáveis, não acompanhavam o perímetro dos quarteirões, como exemplificavam os modelos romanos. Em vez disso, tinham um perímetro mais amplo em relação ao espaço dos quarteirões, e seu formato era circular ou ovalado deixando terrenos vazios que funcionavam como praças, dada a ausência destas. Visto tratarem-se, quase sempre, de cidades defensivas, estas eram implantadas em sítios elevados, o que fazia com que a muralha fosse freqüentemente irregular, acompanhando o relevo segundo as estratégias de defesa.

No entanto, estas técnicas só se podiam aplicar no caso em que uma nova cidade fosse implantada como um todo, com planejamento prévio, tal modo que seus planos urbanísticos fossem traçados antes da ocupação do lugar. Lisboa, que já era uma cidade consolidada, só se iria beneficiar das novas teorias no final do século XVI, quando se fundou o Bairro Alto. À época dos descobrimentos a metrópole caracterizava-se por um número sem fim de ruas tortuosas e becos sem saída, sempre muito estreitos e de aparência labiríntica, típico do estilo mouro de fazer cidades. Esta é a Lisboa que serviu de modelo de referência na fundação de novas cidades em todo o Império Ultramarino. Embora os portugueses já tivessem fundado várias cidades novas ao longo do território português da Península Ibérica, e até mesmo nas novas terras conquistadas dos Açores e da Madeira, tendo como base o novo urbanismo, as cidades do ultramar da primeira metade do século XVI resultaram de um processo de ocupação gradual e espontâneo, desprovido de tais planejamentos. Elas foram erguidas segundo o saber empírico, que tinha como principal modelo a cidade de Lisboa, dada a sua importância no contexto da história de Portugal durante os séculos XII e XV. Assim, os construtores das cidades ultramarinas, que tinham como ideal de cidade a metrópole lisboeta, fizeram, consciente ou inconscientemente, réplicas da grande capital. Ao falar da morfologia dessas cidades, Manuel Teixeira relata:

“[...] todas elas tinham os mesmos modelos de referencia, o que lhes dava um caráter comum. Estes modelos de referência eram as cidades existentes construídas em Portugal.”

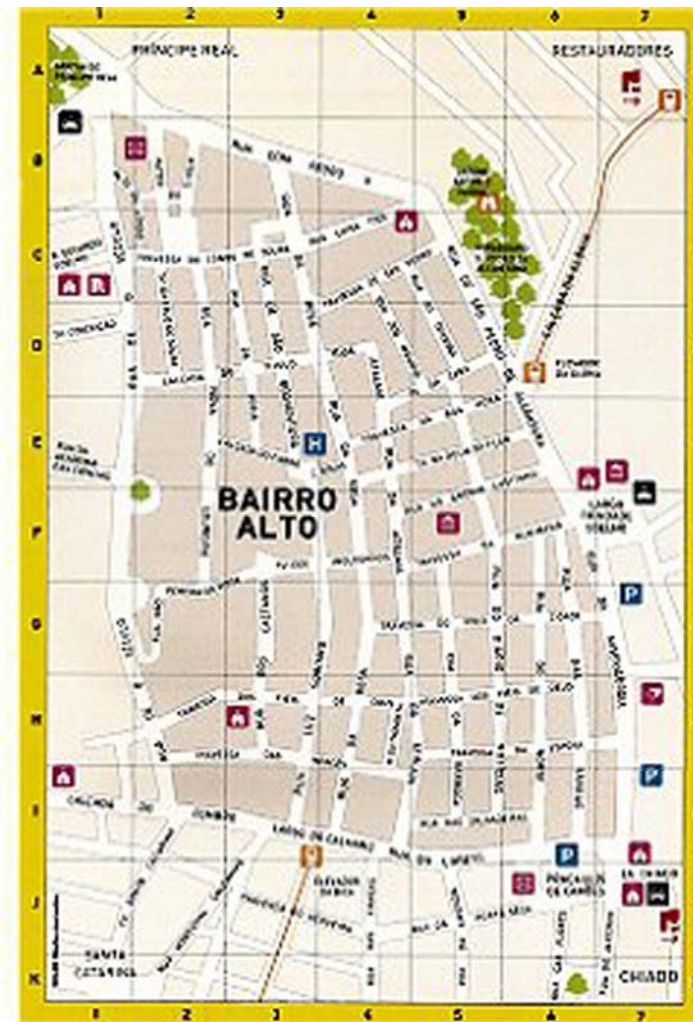


IMAGEM26. Bairro Alto de Lisboa. Construído no final do século XVI, este apresenta traçado regular e forte ortogonalidade, distinto do resto da cidade que se caracteriza por becos e ruas tortuosas e irregulares.

*Isto não significa que os construtores destes núcleos urbanos levassem com eles planos desenhados ou instruções específicas sobre a fundação das cidades. Pelo contrário, na maior parte das vezes estes modelos de referência eram conhecidos empiricamente e, em cada local, adaptados livremente às condições existentes. Apesar da diversidade de condições locais e da forma aparentemente casual como estes núcleos urbanos eram construídos, a tradição urbana que lhes estava na base era suficientemente forte para assegurar uma identidade e uma coerência formal bastante fortes entre todas elas.*¹

Além de Lisboa, as outras cidades que inspiraram, empiricamente, a construção dos novos núcleos urbanos, particularmente os que se consolidaram no início do século XVI, foram as algarvias, pois dos portos do Algarve chegaram a partir algumas frotas rumo à Índia. A armada que partiu rumo a Ceuta saiu de Tavira, uma cidade portuária no extremo sul de Portugal. Entretanto, a centralização das atividades ligadas ao ultramar na capital, todas as frotas partiam da foz do Tejo, e todos os que nelas embarcavam tinham permanecido um tempo mínimo na cidade. O fato de que a administração das frotas que partiam, bem como o controle de toda a mercadoria que chegava ao Reino de Portugal passou a concentrar-se somente à foz do Rio Tejo, permite pressupor que Lisboa tenha sido a mais forte influência no surgimento espontâneo inicial dos núcleos

¹ Teixeira, Manuel C. *O Início Da Expansão Urbana Portuguesa No Século XV*. in: *O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil*. Livros Horizonte, 1999

urbanos do ultramar, mesmo que os viajantes tivessem como modelos primários outras cidades portuguesas.

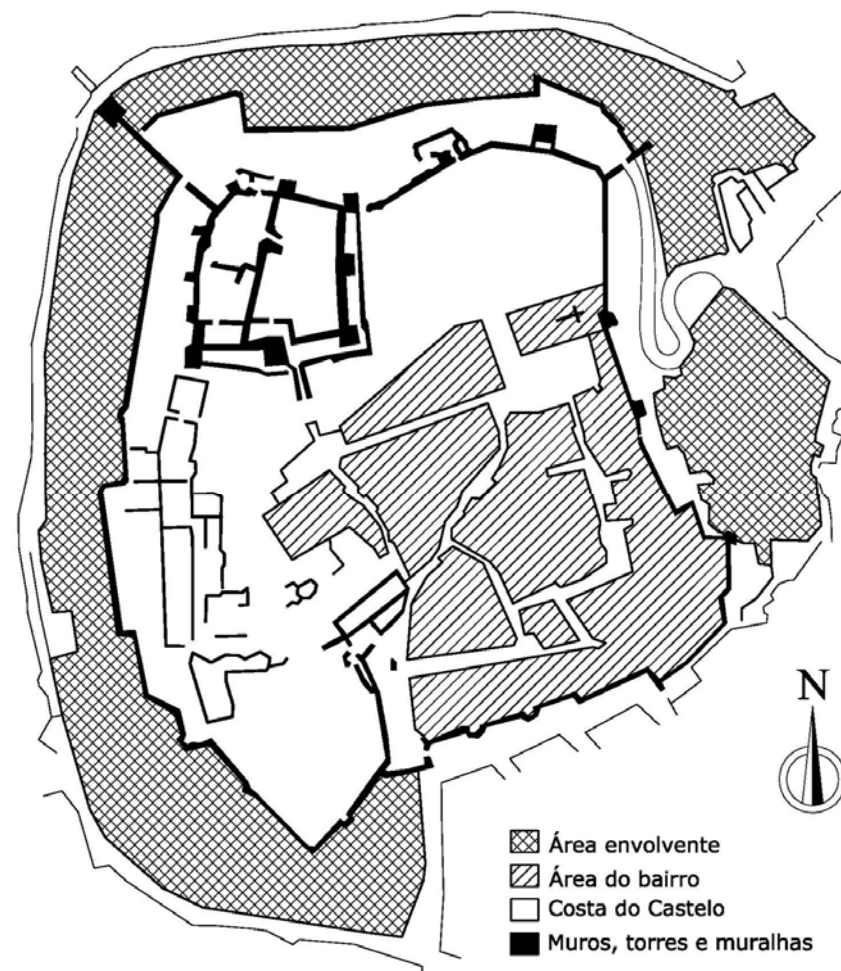


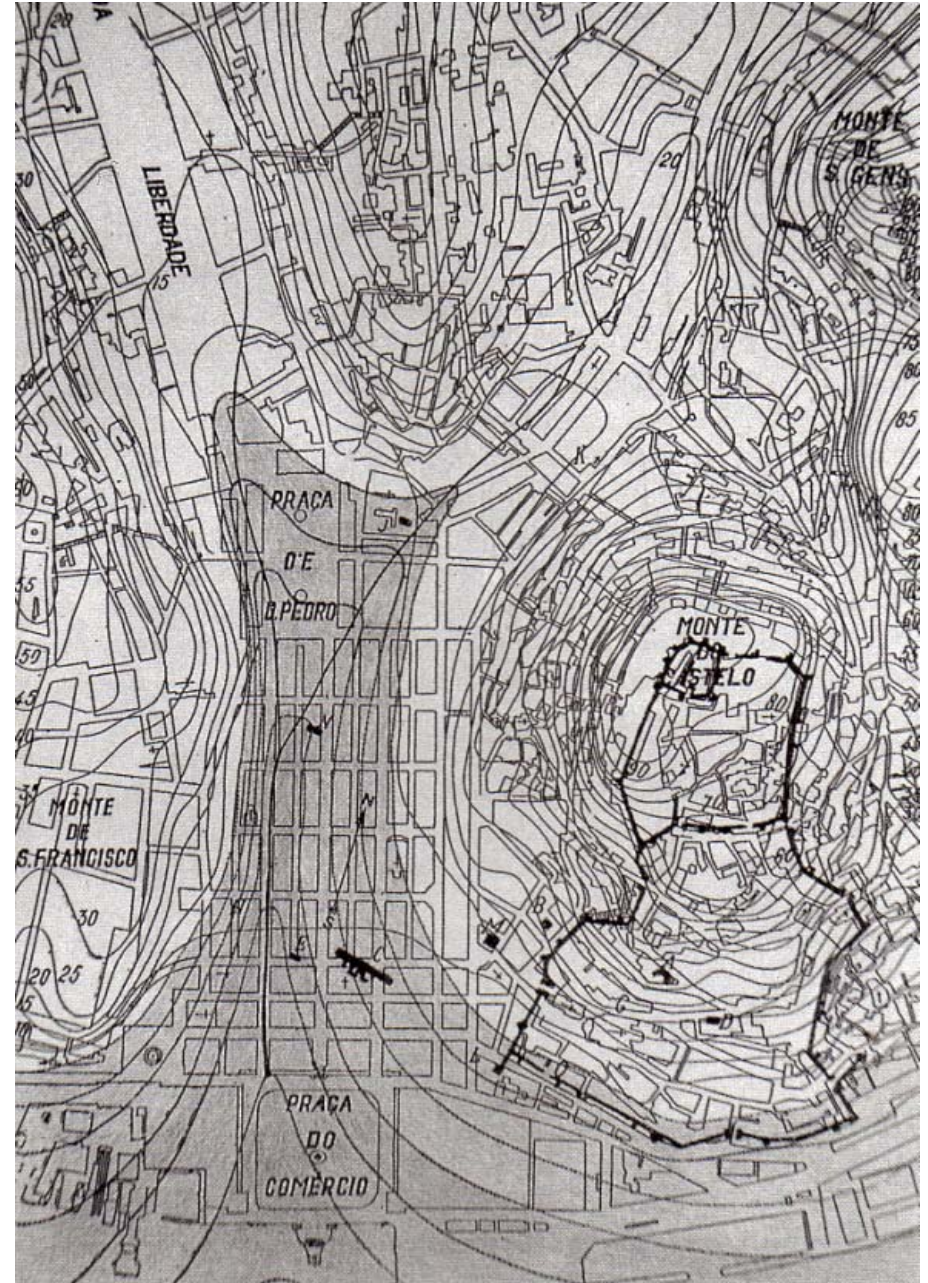
IMAGEM 27. Planta do Castelo de São Jorge.

2.3. Lisboa - cidade modelo

Como era, então, a metrópole dos descobrimentos?

Seqüência iconográfica

O material iconográfico para o estudo de Lisboa é diversificado, porém, restrito. Além da análise de mapas, gravuras e vistas elaboradas pelos desenhistas e cartógrafos dos séculos XVI e XVII, um olhar sobre alguns desenhos elaborados mais recentemente, fotografias e gravura ajudará a compreender a Lisboa quinhentista.



ÍCONOGRAFIA 01

Título e/ou inscrições: O esteiro do Tejo em tempos pré-históricos. Fonte: *A Baixa Pombalina – Passado e Futuro*, pg. 24. Maria Helena Ribeiro dos Santos. Livros Horizonte, 2000. Autor: Vieira da Silva

Este desenho mostra a antiga Cerca Moura de Aschbouna, onde estão marcadas as linhas topográficas da área da cidade e entorno.

A área sombreada corresponde ao vale do esteiro que existia na época da ocupação romana, anterior ao século V (ver IMAGEM 01). Ali desagavam as ribeiras de Arroios e de Santo Antão¹ caracterizando uma região alagada, e, portanto, ao mesmo tempo uma proteção à cidade e um limite ao seu crescimento.

Pode-se observar que a Cerca Moura ultrapassa muito pouco a marcação das áreas inundadas. Visto que este esteiro sofreu rápido assoreamento natural na segunda metade do primeiro milênio, pode-se deduzir que o esteiro estivesse mais estreito, permitindo que os limites da muralha se prolongassem nas áreas que já se tivessem sedimentado e secado, mas constituindo ainda barreira natural ao crescimento da cidade.

¹ Constatou-se, nas fontes consultadas, divergência entre os nomes das ribeiras. Maria Helena faz referência às ribeiras de Santo Antão e Arroios, enquanto que Isabel Moitinho de Almeida, no texto Caracterização geológica do esteiro da Baixa, refere-se às ribeiras de Vale de Pereiro e de Arroios. Para o assunto aqui tratado, não se vê necessário apurar esta informação, pois interessa apenas saber que existia uma área alagada que foi assoreada, e, depois de seca, passou a ser ocupada pela metrópole dos descobrimentos.

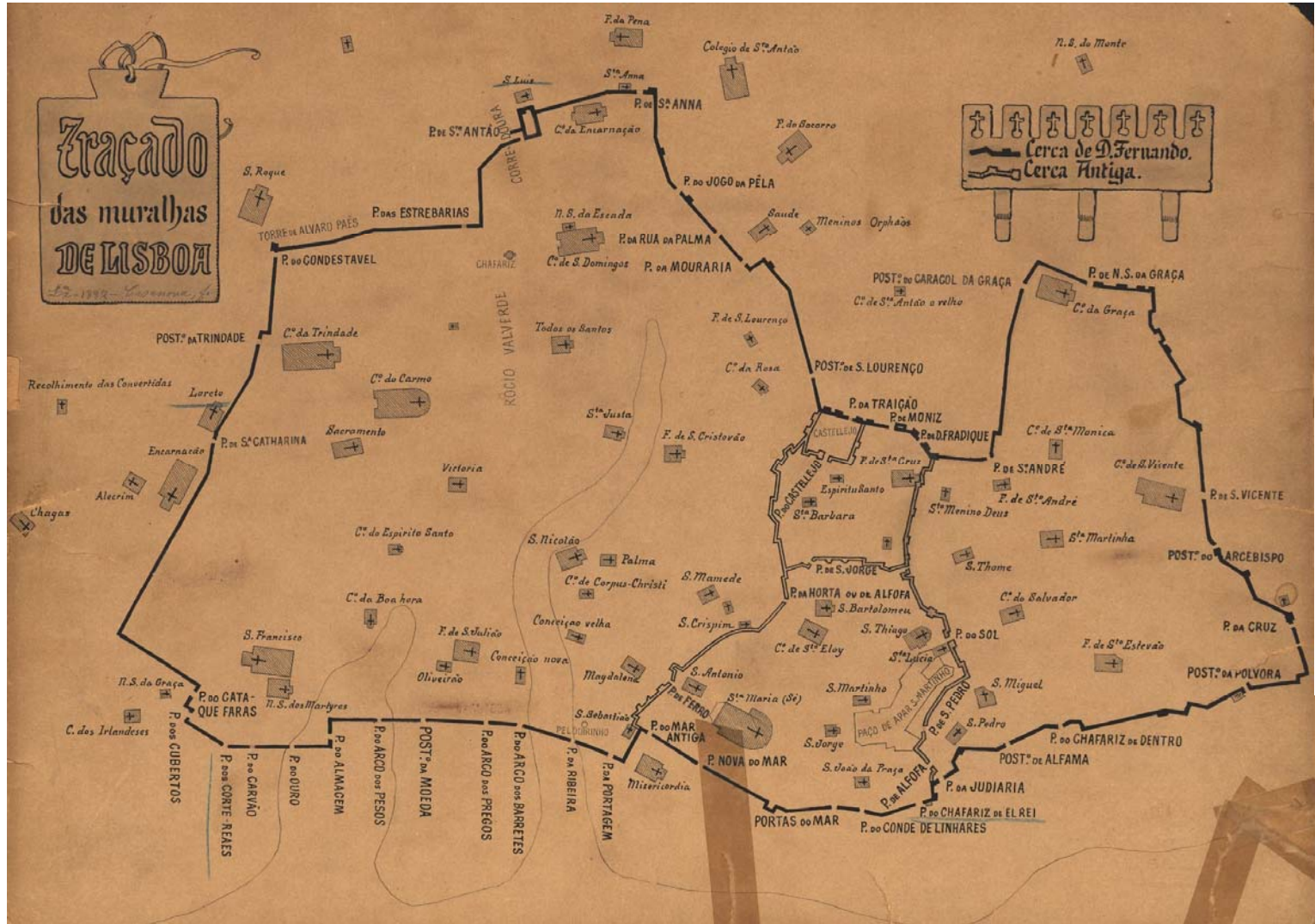


ÍCONOGRAFIA 02

Título e/ou inscrições: Lisboa Medieval. Disponível em: http://media.photobucket.com/image/Lisboa%20medieval/eggstasy/lisbon_cam28.jpg.

Acessado em: 21 abr. 2009. Autor: não informado.

Não foi possível apurar na fonte desta imagem qualquer tipo de informação. Entretanto a fotografia fala por si. Esta maquete reconstrói a antiga Aschbouna, onde se pode ver no alto do morro o Castelo de São Jorge, com suas primeiras muralhas, construídas ainda durante o domínio romano. A pequena vila no interior desta primeira muralha terá sido o primeiríssimo assentamento urbano naquele local. Uma segunda muralha, que desce até às margens do rio Tejo, abriga a cidade medieval, construída pelos mouros. Neste modelo fotográfico encontra-se um templo no meio do casario, que, pela sua forma deve corresponder à mesquita, indicando que esta seria ainda a cidade moura, visto que após a reconquista cristã aquele templo foi reformado e passou a abrigar a Sé de Lisboa. Também se pode ver a foz das ribeiras de Arroios e Santo Antão, desaguando no Tejo, constituindo a oeste um limite natural ao crescimento da cidade naquela direção. Pode-se ver ainda a expansão da cidade para fora das cercas existentes.



ÍCONOGRAFIA 03

Título e/ou inscrições: Traçado das Muralhas de Lisboa. Disponível em: <http://purl.pt/1524/1/P1.html>. Acessado em: 07 abr. 2009. Data de publicação: 1892. Autor:

Casanova.

Nesta imagem podem ver-se as Cercas Moura e Fernandina da cidade de Lisboa. Com uma linha mais fina está marcado o perímetro do antigo esteiro inundado, bem mais estreito que a área demarcada no desenho de Vieira da Silva, podendo corresponder à sua configuração num período posterior.

Esta gravura tem ainda a enumeração das portas de acesso, e a localização e identificação dos edifícios religiosos que existiam dentro e fora da muralha no período Fernandino.



ÍCONOGRAFIA 04

Título e/ou inscrições: *OLISSIPPO quæ nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitanæ, ad Tagum totig Orientis, et multarum Insularum Africæque et Americæ emporium nobilissimum.* Disponível em: http://historic-cities.huji.ac.il/historic_cities.html. Acessado em: 19 jul. 2008. Data de publicação: 1572. Autores: Georg Braun e Franz Hogenberg.



ÍCONOGRAFIA 05

Título e/ou inscrições: OLISSIPPO LISABONA. Disponível em: <http://purl.pt/1755/1/>. Acessado em: 22 jan. 2009.



ÍCONOGRAFIA 06

Título e/ou inscrições: OLISSIPPO LISABONA. Disponível em: <http://purl.pt/3976/2/index.html>. Acessado em: 21 abr. 2009.

As imagens 04, 05 e 06 representam a cidade de Lisboa na segunda metade do século XVI. Há uma grande semelhança entre os mapas, podendo ter sido copiados uns dos outros. A gravura de Braun e Hogenberg (imagem 04) é a que apresenta legenda mais completa, com enumeração dos portões da muralha, dos edifícios públicos, igrejas, terreiros e praças.

A zona portuária encontra-se fora da muralha, e as feitorias, os armazéns e os edifícios públicos ligados à atividade portuária estão como que colados às muralhas. Às margens do Tejo pode-se ver um intenso movimento de embarcações, e encontram-se vastas áreas livres, também extra-muros, que era, provavelmente, onde as transações comerciais entre mercadores se davam.

Por detrás do porto, dentro das muralhas, as igrejas, o castelo, o hospital na Praça do Rossio e outras construções religiosas e públicas estão representados em proporções aumentadas, chamando a atenção para estas edificações. O casario distribui-se por toda a área dentro da muralha definindo ruas bastante sinuosas. A maior praça é a do Rossio, mas podem se ver pequenas áreas livres defronte das igrejas, além do largo do Pelourinho. A oeste a cidade já se expandiu para fora das muralhas, e encontram-se algumas igrejas com o casario ao redor.

De um modo geral, a cidade está composta por quarteirões de tamanhos e formas irregulares, cada um com um número de construções desigual

dos demais quarteirões. Na parte mais antiga da cidade (desde o castelo até ao rio), os quarteirões tendem a ser longilíneos, em alguns casos com apenas uma fileira de casas; a oeste, fora das muralhas, observa-se uma ocupação diferente, com quarteirões mais retangulares, com as habitações junto à rua e um miolo arborizado.



ÍCONOGRAFIA 07

Título e/ou inscrições: OLISIPO, SIVE VT PERVETVSTÆ LAPIDVM INSCRIPTIONES HABENT, VLYSIPPO, VVLGO LISBONA FLORENTIS SIMVM PORTVGALLÆ EMPORIV. Disponível em: http://historic-cities.huji.ac.il/portugal/lisbon/maps/braun_hogenberg_l_1_1.html. Acessado em: 19 jul. 2008. Autores: Georg Braun e Franz Hogenberg. Data de publicação: 1572

Vista da cidade de Lisboa anterior a 1572. O Castelo de São Jorge coroa a colina, e o casario se alastra desde o castelo até à margem do Tejo, espalhando-se numa vasta área a oeste, indo além dos limites da muralha. Esta gravura permite-nos perceber quão denso é o casario. Observa-se ainda que as edificações chegam a ter quatro a cinco pavimentos.



ÍCONOGRAFIA 08

Título e/ou inscrições: PLAN DE LA VILLE DE LISBONNE EN 1650 ÉXISTANT AUX ARCHIVES MUNICIPALES.

Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/MEDIAS1/5.1.htm. Acessado em: 20 abr. 2009. Autor: João Nunes Tinoco.

Esta planta de Tinoco mostra a cidade de Lisboa em 1650. Nela não estão mais representadas as muralhas, mas é possível desenhar o seu perímetro, pois em seu lugar ficaram as ruas. Elaborado com maior precisão, este mapa permite-nos ver claramente a irregularidade da malha, tanto no sinuoso das ruas, quanto no amorfo dos quarteirões. Na margem esquerda percebe-se a diferença no tipo de ocupação do solo, onde os quarteirões são retangulares, e de tamanhos regulares. Esta área corresponde às expansões da cidade para fora da Cerca Fernandina, que ocorreram num período em que já se verificavam grandes obras públicas em Lisboa, patrocinadas pelo lucrativo comércio das expedições marinhas. É o Bairro Alto de Lisboa.

Características gerais da cidade

O SÍTIO FÍSICO: Lisboa situa-se a oeste da Península Ibérica, à foz do Rio Tejo. Na época dos descobrimentos a cidade compreendia uma área que ia desde o alto da colina de São Jorge, ocupando toda a encosta até à margem do rio, cujo leito profundo proporcionava boas condições portuárias. A colina, elevada, era um excelente abrigo natural, facilmente defensável. Devido à proximidade com o mar, as águas do Tejo eram salobras e impróprias para o consumo doméstico. O abastecimento de água potável à cidade provinha de duas ribeiras próximas, a ribeira de Santo Antão e a ribeira de Arroios, que também irrigavam os campos ao redor onde se praticava a agricultura. A proximidade com o oceano facilitava os trajetos marítimos com outros centros urbanos próximos.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MALHA: nos primeiros anos do século XVI estavam sendo realizadas em Lisboa várias obras públicas. Não obstante, a cidade já estava consolidada num formato que só viria a ser alterado quando do terremoto de 1755 que destruiu uma vasta área da metrópole. Das áreas que não foram destruídas pelo sismo, o atual bairro de Alfama, que é herança de uma das primeiras fases de crescimento de Lisboa, nos permite compreender como era a estrutura da cidade em 1500, pois tal como foi sendo edificada ao longo dos anos, pelos mouros e pelos cristãos, assim perdura até aos dias de hoje, quase intacta. As

adaptações que nele foram feitas ao longo do tempo² não comprometeram suas características originais.

Naquele tempo, podiam então distinguir-se duas grandes áreas edificadas:

- a) uma, às margens do Tejo – à qual se passa a designar por zona portuária –, onde existiam grandes armazéns, estaleiros e fundições, além de edifícios públicos como alfândegas, casas de câmbio e repartições de fiscalização e administração. Ocupavam uma faixa longilínea ao longo da costa, com quarteirões de forma irregular, mas alongada, onde se dispunham lotes amplos. Existiam entre as edificações grandes áreas livres para o desenvolvimento das atividades portuária e comercial. Portanto, percebe-se na malha uma sequência de áreas não edificadas, separadas umas das outras por blocos edificados de grandes dimensões. Esses grandes pátios não edificados deram lugar, na primeira metade do século XVI, ao Terreiro do Paço e ao Paço Real. As feitorias erguiam-se junto à margem do rio, podendo ter pátios atrás de si.
- b) Outra, que se espalhava desde o alto da colina de São Jorge até às áreas mais baixas contíguas à região do porto, que era composta pelo denso casario. Aqui a malha urbana era composta por quarteirões de tamanhos e formas irregulares, que se iam

² Adaptações para o fornecimento de água encanada, instalações de luz elétrica, telefone, e outros tipos de infra-estruturas contemporâneas.

assentando no solo conforme o relevo permitia. Cada quarteirão era composto por um número desigual de lotes, e, por sua vez, cada lote tinha tamanho e forma diferente dos restantes lotes do mesmo quarteirão. As ruas eram muito estreitas – tão estreitas que depois do terremoto de 1755 os topos de algumas edificações que se localizavam cada uma em um lado da rua se juntaram. Em meio ao casario as torres das igrejas se destacavam da massa edificada, de frente das quais se abriam pequenos pátios ou adros. Dentre o denso casario já se havia formado e consolidado a Praça do Rossio.

Existiam duas muralhas de defesa, das quais a mais recente, a Cerca Fernandina, envolvia toda a cidade, havendo ainda áreas livres no seu interior que eventualmente funcionavam como praças.

O NÚCLEO URBANO: o primeiro núcleo urbano de Lisboa foi, como vimos, no alto da colina de São Jorge, onde se construiu o Castelo fortificado e as muralhas abaluartadas, dentro das quais se consolidou a cidade (romana). Descobertas recentes em sítios arqueológicos comprovam que a cidade contava com um sistema de abastecimento de água por meio de aquedutos, termas, um teatro, templos cristãos e edifícios arquitetônicos com frontões e colunatas. Grande parte deste patrimônio arquitetônico foi destruído pelas recorrentes batalhas entre vários povos pela sua cidade. Importa saber que, durante a breve

ocupação dos Visigodos foi construído o Templo Visigótico da Sé, que ficou parcialmente destruído em consequência dos conflitos no local.

Entre 714 e 1147 verificou-se acentuado crescimento da cidade, que se expandiu na direção sul até às margens do Tejo, e foram erguidas novas muralhas que desciam o morro até ao rio. Visto que neste período a ocupação era muçulmana, o traçado resultante desse crescimento é tipicamente mourisco. Em meio a estreitas e tortuosas ruas e a becos sem saída se distribuíam as edificações de até quatro pavimentos, geminadas umas nas outras. Ainda neste período o Templo da Sé foi reconstruído e ampliado, e transformado na principal mesquita. Perto desta foi erguida a Aljama, um edifício a partir do qual se administrava o sistema político-religioso.

Quando, em 1147, Afonso Henriques reconquistou a cidade, os portugueses ocuparam-na e a ela se adaptaram, com todo seu estilo mourisco de ser. O sucesso da atividade comercial, a principal entre os portugueses, atraiu para si muitas pessoas; registra-se um segundo momento de grande crescimento, desta vez na direção oeste, ocupando todo o vale assoreado das ribeiras de Santo Antão e Arroios. Sempre estimulada pela intensa atividade comercial e portuária, a nova fase de desenvolvimento foi marcada por grandes obras públicas às margens do rio, a fim de melhorar e ampliar as atividades ali desenvolvidas. Também foram ali construídos os palácios do governo. Com isto o centro comercial e administrativo que antes era no alto da colina, junto ao castelo, foi

transferido para perto do porto, que era a área mais movimentada da cidade.

No decorrer dos anos 1400, paralelamente às obras que se fizeram para melhorar o porto, foram construídas muitas igrejas, mosteiros, conventos e demais edificações religiosas. Muitas destas edificações eclesiásticas foram erguidas em áreas que estavam fora das muralhas existentes, e, visto que ao redor destas se consolidavam novas áreas habitacionais, foi na sua direção que a cidade se ampliou. Os novos bairros tinham características semelhantes às do núcleo urbano mourisco, com ruas tortuosas e estreitas e pequenos adros defronte das igrejas.

Conclui-se que os principais elementos estruturadores da cidade foram o comércio e a atividade portuária e as instituições religiosas.

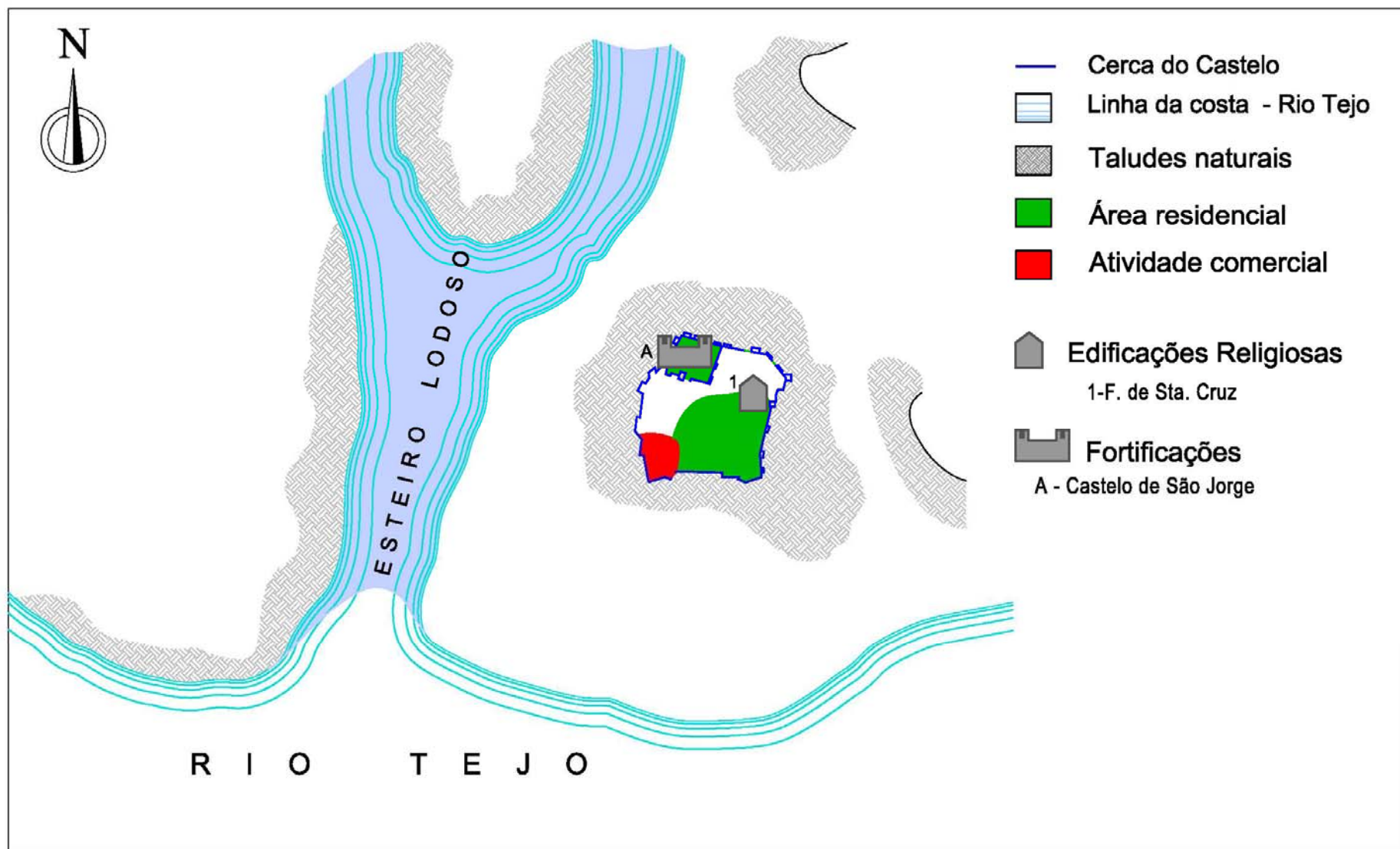
Em 1500, Lisboa era uma cidade muito movimentada, e podia-se nela distinguir duas áreas urbanas principais:

- a) uma, ao longo das margens do rio, que estava equipada com um amplo porto, onde se encontravam muitos armazéns, casas de câmbio, alfândegas e outras instituições ligadas ao comércio, às navegações e à administração pública;
- b) outra, por detrás da primeira, indo morro acima, onde se distribuía os bairros habitacionais, inúmeras igrejas com adros à frente, a Praça do Rossio e alguns terreiros livres que

improvisadamente desempenhavam o papel de praças, além de outras instituições de serviços públicos como o hospital.

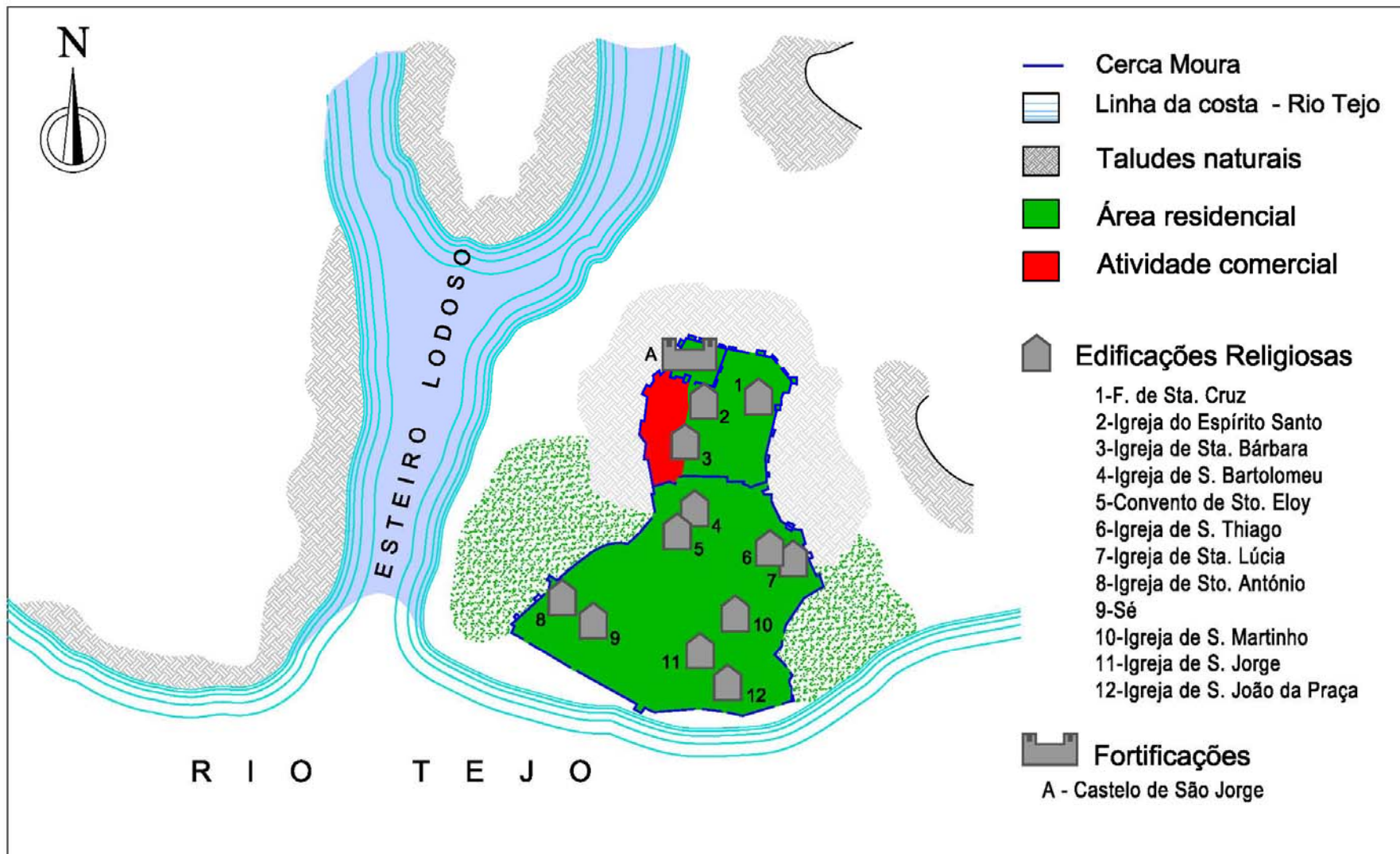
A estas duas áreas podemos designar Cidade Alta e Cidade Baixa, entendendo-se como Cidade Alta não apenas a condição topográfica do relevo – com o assentamento urbano subindo morros ou colinas –, mas por de conter, principalmente, os bairros habitacionais e as edificações religiosas; da mesma forma, entenda-se a Cidade Baixa não apenas por sua topografia mais baixa e sua proximidade com a água – a criação do porto –, mas pelas atividades comerciais, portuárias e administrativas que ali se desenvolviam. Não se quer com isto dizer que não se praticasse o comércio na Cidade Alta, ou que nela não se pudesse instalar algum tipo de instituição político-administrativa, ou que, na via inversa, não se pudessem encontrar instituições religiosas ou habitações na Cidade Baixa. Porém, estas situações seriam atípicas em cada caso.

Esta configuração urbana bem definida influenciou, durante todo o século XVI, o modo lusófono de fazer cidades nas terras além-mar.



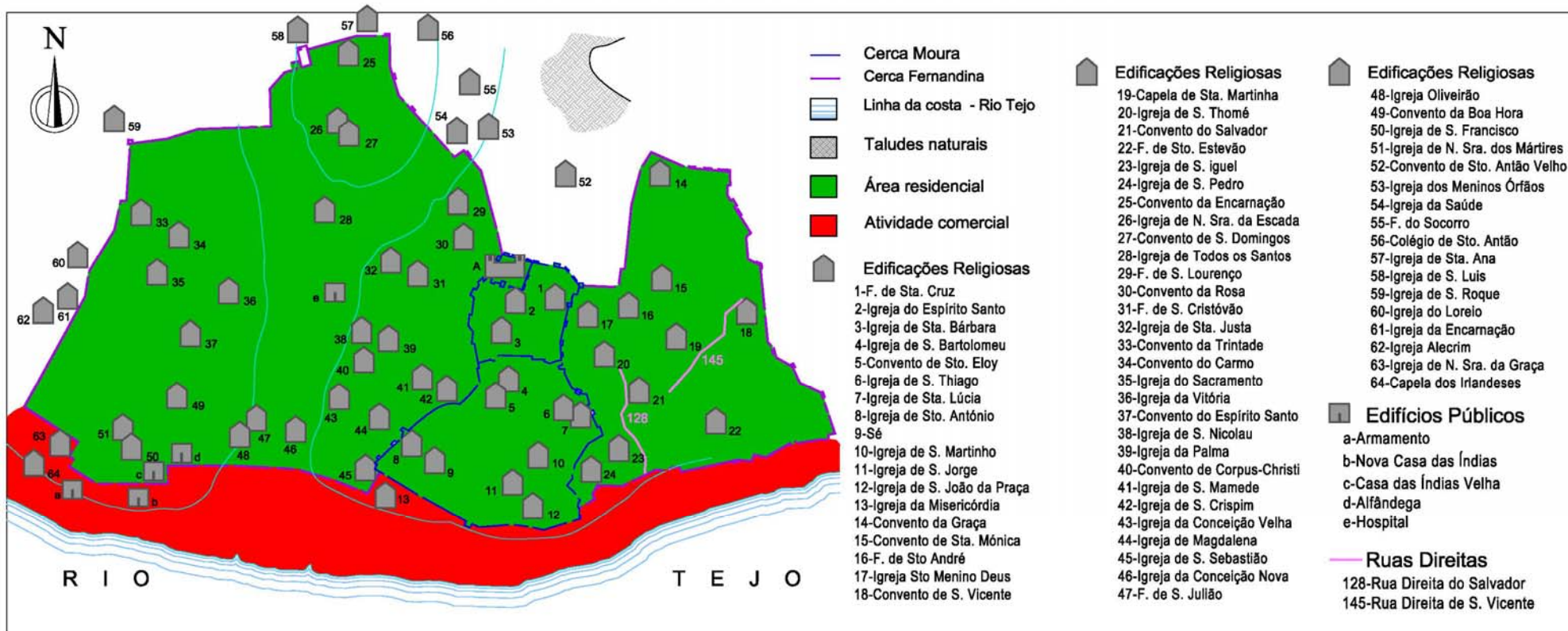
MAPA RESUMO 01

O primeiro núcleo urbano de Lisboa, fundado pelos Romanos em 205 a.C.



MAPA RESUMO 02

A primeira expansão da cidade deu-se em direção ao Rio Tejo, durante a ocupação muçulmana, entre 711 e 1147.



MAPA RESUMO 03

Lisboa à época dos descobrimentos, no início do século XVI.

3. OS ESTUDOS DE CASO

Como vimos no capítulo anterior, nos séculos XIII e XIV Portugal, assim como muitos outros países da Europa, reconquistou várias cidades que tinham sido tomadas dos romanos e ocupadas pelos mouros ou pelos turcos otomanos. Dentre as vilas e cidades reconquistadas está o núcleo urbano que se havia estabelecido no alto de uma colina, à foz do Rio Tejo - Lisboa. Percebendo a vantagem de sua localização privilegiada junto ao mar, os governantes da cidade (e do país) estrategicamente exploraram seu potencial de entreposto comercial. A cidade desenvolveu-se rapidamente, e tornou-se a metrópole a partir da qual frotas navais saíam navegando ao longo da Rota da Índia.

A viagem até à Índia durava vários meses, variando de acordo com as condições do clima em alto mar, e era necessário fazer, de tempos em tempos, paradas em terra firme para o abastecimento das embarcações. Disto começaram a surgir pequenas feitorias que se desenvolveram, tornaram-se cidades consolidadas, e algumas delas chegaram a ser as capitais das províncias ultramarinas. Em alguns casos a ocupação dos novos territórios foi pacífica, em outros, ocorreram batalhas de conquista territorial.

Segundo Manuel Teixeira, existiam três tipos principais de implantações urbanas ao longo das rotas de navegação:

“[...] as feitorias, os fortes e os núcleos urbanos. Estas implantações eram localizadas em pontos estratégicos da costa,

cumprindo vários objetivos: bases para a proteção das rotas marítimas, portos de abrigo para o abastecimento dos navios, feitorias comerciais ou núcleos de colonização territorial. Fortes, feitorias e núcleos urbanos não eram realidades completamente distintas, fixas e imutáveis. Pelo contrário, uns tendiam a evoluir a partir dos outros. Em muitos casos, as feitorias rapidamente evoluíam para estruturas fortificadas e, por sua vez, muitas cidades desenvolviam-se a partir de feitorias ou fortes.”¹

Os locais onde estes núcleos urbanos estavam surgindo apresentavam características próprias e particulares. Tratavam-se de países distintos, ou, no caso da África onde ainda não havia uma delimitação geográfica de países, eram locais habitados por povos de etnias diferentes; tratavam-se também de locais com as suas próprias condições de clima. Estas variações étnicas e climáticas imprimiram suas particularidades nas cidades que se consolidaram, contribuindo para uma riqueza cultural arquitetônica no legado que os descobrimentos deixaram. Não obstante, as características do urbanismo e da arquitetura portuguesa foram estruturadoras daqueles traçados, existindo até hoje uma identidade comum em todas elas, e entre elas e seu modelo luso - Lisboa.

A seguir, será feita análise de documentos iconográficos referentes a cinco dessas cidades portuguesas que se consolidaram em decorrência

¹ Teixeira, Manuel C. *O Início Da Expansão Urbana Portuguesa No Século XV*. in: *O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil*. Livros Horizonte, 1999

das expansões marítimas, nomeadamente: **Luanda**, em Angola, **Ilha de Moçambique**, em Moçambique, **Salvador**, no Brasil, **Goa**, na Índia e **Macau**, na China. No contexto dos descobrimentos, todas estas cidades surgiram e se consolidaram devido à presença portuguesa nos seus locais, e foram fundadas no decorrer do século XVI. De um império muito mais vasto, escolheram-se estas cidades pelo fato delas terem sido as primeiras capitais nos diferentes países – considere-se Moçambique,

Brasil e Angola –, e, nos casos da Índia e da China, embora Goa e Macau não possam ser apontadas como as primeiras capitais daqueles países (que àquele tempo já estavam consolidados), elas foram importantes entrepostos comerciais no Oriente, a partir das quais foi possível continuar a expandir o império naquela região do globo.



IMAGEM 28: Localização das cidades de Lisboa, Moçambique, Goa, Salvador, Luanda e Macau no Globo.

3.1. Moçambique

Segundo Relatório da ilha de Moçambique elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique e pela Arkitektskolen i Aarhus da Dinamarca², os povos que originalmente habitavam a Ilha de Moçambique eram os Bantos³, cuja economia se baseava na agricultura de cereais; e também na produção de gado bovino e do artesanato. Estes mantinham contato com navegadores árabes e persas, mercadores que procuravam principalmente o ouro, e que em troca levavam para o continente africano tecidos finos e miçangas de vidro. Este contato entre Bantus e Árabes deu origem a uma outra civilização costeira, os Swahili, da qual descende a etnia Naharra, dos habitantes da Ilha de Moçambique.

Quando a frota de Vasco da Gama chegou pela primeira vez à Ilha de Moçambique, em 1498, os navegadores constataram que ali se davam relações de troca de mercadorias entre os árabes e os locais, onde miçangas de vidro, especiarias, panos finos e sedas trazidas pelos muçulmanos eram trocadas por ouro e marfim. Os europeus se interessaram imediatamente por aquele comércio, particularmente pelo ouro com o qual poderiam comprar as especiarias da Índia. O “xeque” que governava o povoado ali existente autorizou a parada dos portugueses para o aprovisionamento das embarcações, e bem os recebeu.

² SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – MOÇAMBIQUE, ARKITEKTSKOLEN I AARUS – DANMARK. *Ilha de Moçambique – Relatório 1982* – 85. Pg. 10.

³ Os Bantos são um grande grupo etnolinguístico que ocupava uma vasta área da África Subsariana, do qual descendem a grande maioria dos grupos étnicos atuais da África Austral. Os Swahili e os Naharra são descendentes dos Bantos, e que, à chegada dos portugueses, habitavam ao longo da costa de Moçambique.

Entretanto, quando os estes tentaram estabelecer ali uma feitoria, a permissão não lhes foi concedida. À resistência dos Naharra, os portugueses atacaram o povoado à força de armas de fogo, expulsando-os do local. Os Swahili, que comercializavam no local havia muitos anos, também se mostraram insatisfeitos com a presença dos europeus, e atacaram-nos, mas depois de alguns anos de conflitos entre os dois povos, venceram os portugueses, que passaram a dominar não apenas a ilha, mas outras terras ao norte de Moçambique.

Apesar do clima insalubre e da falta de água e de alimentos, os portugueses se estabeleceram na ilha, pois sua localização era estratégica, visto que oferecia um ponto de parada no caminho para a Índia, e permitia a conquista para interior daquela costa, de onde vinha o ouro.

A primeira feitoria foi fundada em 1507, na parte norte da ilha, e rapidamente evoluiu para uma pequena fortaleza, o Forte São Gabriel. Em 1509 o sucesso do comércio com a Índia já gerava bons lucros ao Reino de Portugal, e, para melhor gerenciar tão lucrativo investimento, se estabeleceu em Cochim, Goa, uma nobreza portuguesa, representada pelo vice-rei da Índia a quem estava subordinado o Capitão-general de Moçambique. Com os olhos voltados para a Índia, pouco se investiu em Moçambique, e a cidade não se desenvolveu muito. No ano de 1562 o governo da Ilha de Moçambique tornou-se independente de Goa. Por volta de 1570, no auge da época do ouro, um capitão português passou a

residir permanentemente na Ilha, para poder governar a intensa atividade comercial e gerenciar o crescimento que a cidade então vinha registrando, pois se tornara a Capital da Província Ultramarina de Moçambique. Em 1593, criou-se a primeira alfândega. Todos os produtos comercializados na costa de Moçambique (ouro, prata e marfim) deveriam passar por esta, para que dali fossem destinados aos seus locais de comércio, ou enviados a Portugal ou à nobreza instalada em Goa. Em finais do século XVI a Ilha de Moçambique era um povoado com duas fortalezas, hospital, igrejas e casas de convento, e muitas residências, e vinha ganhando importância comercial.⁴

⁴ As principais fontes consultadas para a elaboração do resumo histórico foram:
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – MOÇAMBIQUE, ARKITEKTSKOLEN I AARUS – DANMARK. *Ilha de Moçambique* – Relatório 1982 – 85.
- Relatório da Missão à Ilha de Moçambique – 1981. Análise e sugestões para a sua reabilitação. Fundação Calouste Gulbenkian.

Sequência iconográfica

Dentre o material iconográfico utilizado para o estudo da Ilha de Moçambique serão analisados mapas antigos adquiridos através de fontes diversas, e mapas contemporâneos que constam no Relatório da Ilha de Moçambique, um levantamento realizado entre 1982 e 1985 sobre as condições da cidade histórica.



ÍCONOGRAFIA 09

Título e/ou inscrições: *Insulæ & Ars Mosambique*. Disponível em: http://historic-cities.huji.ac.il/historic_cities.html. Acessado em: 19 jul. 2008. Digitation source: Caert Thresoor - miniature atlas. Publisher: Langenes Barent. Date: first edition 1598. Autor: Petrus Kaerius.

Este é o mapa mais antigo que se conseguiu para esta análise; foi publicado em 1598 e representa a cidade numa fase do crescimento que não corresponde aos primeiros anos de sua fundação, mas que nos mostra uma estrutura que teria correspondido às primeiras fases de desenvolvimento do núcleo urbano para fora das muralhas do Forte São Gabriel.

Nele estão retratados a Fortaleza de São Sebastião, com a sua capela de Nossa Senhora do Baluarte, o cemitério e capela de São Gabriel, a Fortaleza Velha, o convento de São Domingos, a igreja da Misericórdia (no mapa indicada apenas com uma cruz e a letra A), a igreja de Santo António, o casario e algumas embarcações que indicam o lado da ilha onde estava o porto. Fazendo bom uso do recurso da cor, o mapa distingue dois tipos de habitação representando umas com os seus tetos pintados a vermelho, e outras sem cor, definidas apenas pelo seu contorno. Pela forma como estas se distribuem no mapa, pode-se concluir que as primeiras correspondem às casas de pedra e cal onde habitavam os colonos, e as segundas, às palhotas de caniço⁵ e palha onde moravam os nativos. Algumas cruces e formas retangulares sugerem ainda a existência de um cemitério.

⁵ O caniço é uma planta do género *Typha*, cuja forma do tronco se assemelha muito à de um bambu, mas com um diâmetro não superior a 2 centímetros. É muito usado na construção de casas tradicionais em Moçambique, as palhotas, que têm formato circular, estrutura de madeira nas paredes e na cobertura, e onde se cobrem as paredes com o caniço, e a cobertura com sisal ou folhas de palmeira. No decorrer dos anos, com a consolidação e crescimento da cidade, as palhotas de caniço foram substituídas por casas de pau-a-pique, madeira e palha.

O mapa indica ainda que a ilha encontra-se edificada em toda a área central, ocupando grande parte da ilha. Entretanto, em mapas que posteriormente serão analisados pode-se verificar que no início do séc. XVII a ocupação da ilha restringia-se a uma pequena área ao norte.



IMAGEM 29. O Bairro de Macuti na parte sul da Ilha de Moçambique, com casas com paredes de madeira (troncos de árvores) e pau-a-pique, e cobertura de folhas de palmeira.



ÍCONOGRAFIA 10

Título e/ou inscrições: MOSAMBIQUE. Autor: António Bocarro.

Disponível em: http://www.evora.net/BPE/Documento_do_mes/outubro/documento_do_mes_outubro.htm. Acessado em: 22 abr. 2009.

in: Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental. Data de publicação: 1635.

Não se conseguiu apurar a data de elaboração deste mapa, mas dada a quantidade de habitações, quarteirões e ruas nele representados é, com certeza, posterior às iconografias 09 e 15. Dadas as distorções comuns neste tipo de gravura, não se pode afirmar que este seja posterior à iconografia 13.

Nele a ilha está ocupada em toda a sua extensão. Como já se viu, a cidade foi implantada ao norte da ilha, tratando-se, portanto, de uma representação pitoresca, no que diz respeito à área edificada da ilha. Entretanto, esta gravura representa de forma bem detalhada os detalhes das construções, permitindo-nos dela extrair informações sobre o parcelamento do solo, a implantação das edificações nos lotes, as fachadas, etc.

Os quarteirões são de tamanho e forma irregulares, definidos por sequências de fachadas ou por muros, e contendo um número variável de lotes, cujas dimensões e forma são também variáveis. Na sua maioria as casas estão implantadas na parte frontal dos lotes, deixando áreas de quintal nos fundos. As ruas, irregulares, são definidas por seqüências de fachadas ou por muros. Alguns contornos com formas semelhantes a pelourinhos podem ser indicações de praças, ou descompressões na malha edificada, correspondentes aos acessos de igrejas, capelas ou mosteiros/conventos.

Podem identificar-se, mais uma vez, dois diferentes tipos de habitação: as casas de pedra e cal, que pertenciam aos portugueses e aos *molungos* (pessoas financeira e/ou materialmente prósperas) e as construções de palha e caniço, onde habitavam os escravos/criados e suas famílias.

Dentro da Fortaleza de São Sebastião encontram-se diversas edificações, dentre elas a capela de Nossa Senhora do Baluarte.

Aparece também nesta gravura a ilha de São Lourenço, a sul, com o fortim de mesmo nome.

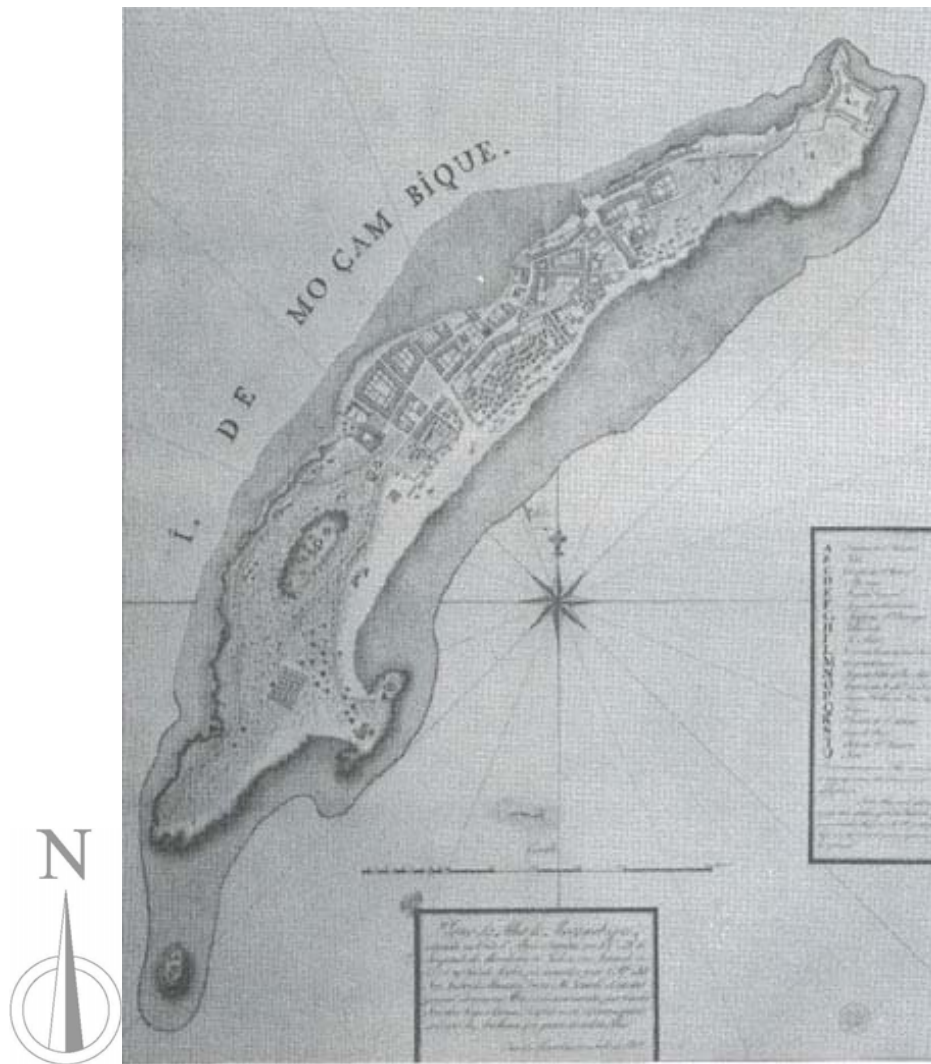


A estrutura da cidade representada nesta gravura não difere muito da anterior. No norte da ilha está a Fortaleza de São Sebastião, e a cidade desenvolve-se mais ao centro, próximo ao Forte São Gabriel, com seus quarteirões ainda em formação. Entre a cidade e a fortaleza há uma área não edificada – o cemitério, e ao sul, a Capela de Santo António. Tal como na gravura anterior, a cidade parece ocupar a ilha toda. É provável que este tipo de representação fosse um recurso para indicar que este era o núcleo edificado em toda a ilha, não havendo nela outras construções.



ÍCONOGRAFIA 11

Título e/ou inscrições: MOZAMBIQUE. Disponível em:
<http://www.raremaps.com/gallery/detail/11204/Mozambique/Mallet.html>
Acessado em: 13 jun. 2009. Autor: Allain Manesson Mallet, 1683.



ÍCONOGRAFIA 12

Título e/ou inscrições: I. DE MOÇAMBIQUE. Fonte: copiado do livro SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – MOÇAMBIQUE, ARKITEKTSKOLEN I AARUS – DANMARK. *Ilha de Moçambique* – Relatório 1982 – 85. pg.23. Autor: não informado.

Comparando este mapa com outros existentes no Relatório da Ilha de Moçambique, concluiu-se que se trata de uma representação da cidade da Ilha de Moçambique de cerca de 1800.

Pode-se verificar que no início do séc. XIX a ilha era ocupada ao norte e centro, encontrando-se essencialmente não edificada em toda área sul. As construções que existiam na parte sul da ilha eram escassas e não duráveis, feitas de materiais perecíveis como a palha e o caniço. O grande número de construções deste tipo ao sul da ilha viria a consolidar, anos mais tarde, a cidade do macuti.

Inscrições:

CARTA TOPOGRAFICA DA ILHA DE MOSSAMBIQUE

que por ordem

DO ILL.^{MO} EX.^{MO} SENHOR FRANCISCO DE MELLO DE CASTRO

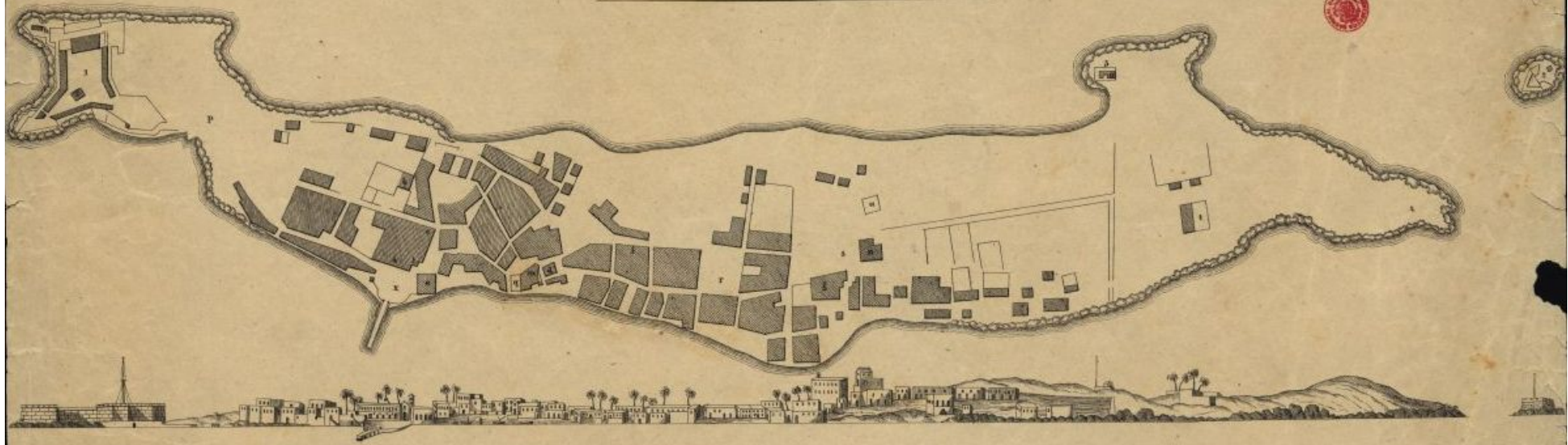
GOVERNADOR E CAPITAM GENERAL

tirou o Cap.^{am} de Infantaria, e Engenheiro Gregorio Thaumaturgo de Britto, no anno de 1754 e juntamente algumas obras de Fortificação que precisa a dita Ilha, cujas vão em projecto declaradas abaixo

Este mapa é um plano para a defesa da Ilha de Moçambique, e apresenta detalhes das fortificações a construir. Apesar de datado de 1754, no que interessa a este estudo esta carta permite-nos verificar que em meados do século XVIII a cidade ocupava apenas uma pequena área na parte norte da ilha, mais próxima ao centro. De fato, a estrutura da Ilha pouco modificou entre 1600 e 1750, conforme se pode verificar nos estudos realizados pela equipe da Secretaria de Estado da Cultura, no seu relatório⁶.

⁶ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – MOÇAMBIQUE, ARKITEKTSKOLEN I AARUS – DANMARK. *Ilha de Moçambique – Relatório 1982* – 85. Para consultar os mapas do desenvolvimento da Ilha, ver páginas 24 a 32.

Planta da Ilha e Perspectiva da Cidade
de
MOÇAMBIQUE.



- 1 Fortaleza de S. Sebastião
- 2 Forte de S. Lourenço
- 3 Forte de S. Antão
- 4 Palácio do Governador
- 5 Convento de S. Domingos (Quartel)
- 6 Igreja e Hospital da Misericórdia

- d Casa da Junta da Fazenda
- e Alfandega
- f Casa da Camara, e Cadeia
- g Casa de S. João de Deus, Hosp. Militar (Quartel)
- h Capella da S. do Baluarte
- i Igreja de S. Sebastião

Escala de 0 50 100 200 Braças.

Ench. Das Offas das Martegas Nº 12, 2.ª Ed.

- l Capella de S. Paulo
- m Igreja Matriz
- n Capella da S. da Saúde, Cemiterio
- o Capella de S. Antão
- p Campo de S. Gabriel
- q Largo da Sé

- r Largo de Pelourinho (Bazar)
- s Largo de S. João de Deus
- t Cisterna
- u Lavadeiro publico
- x Largo do Palacio
- y Ponta da Ilha

J. Faust. inv. a fecit.

ÍCONOGRAFIA 14

Título e/ou inscrições: Planta da Ilha e Perspectiva da Cidade de MOÇAMBIQUE. Autor: Faustino J. Ano de Publicação: 1835, Lisboa. Disponível em: <http://purl.pt/1433/1/P1.html>. Acessado em: 14 jun. 2009.



Datada de 1835, a planta mostra que a ilha estava edificada mais ao norte do que ao sul, com as construções concentradas no lado do porto (a oeste), abrigadas do mar aberto. Da legenda apresentada, seriam anteriores a 1600: a fortaleza (1) e a igreja (i) de São Sebastião, a capela de Nossa Senhora do Baluarte (h), a igreja e o hospital da Misericórdia (c), o Convento de São Domingos (b), a fortaleza (3) e a capela (o) de Santo Antônio, e a capela de São Paulo (l). Toda a parte sul da ilha foi representada como que totalmente desocupada, mas sabe-se que muito provavelmente ali habitavam os nativos da terra em suas palhotas de caniço.

Na perspectiva pode-se ver que as construções tinham, na sua maioria, dois pavimentos, mas existiam também pequenos prédios de até cinco pavimentos. Esta gravura também nos permite perceber o relevo da ilha.

É interessante também notar que o autor do mapa usou duas texturas diferentes para representar a linha da costa que delimita a ilha: uma linha simples representa as praias, onde era possível construir o porto, e uma representação de pedras mostra o perímetro da ilha onde as rochas e bancos de corais tornavam inacessível o acesso de embarcações.



ÍCONOGRAFIA 15

Título e/ou inscrições: *Ilha ca. 1600*. Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – MOÇAMBIQUE, ARKITEKTSKOLEN I AARUS – DANMARK. *Ilha de Moçambique* – Relatório 1982 – 85. pg.24.

Trata-se de um mapa contemporâneo onde, sobre a malha atual da cidade se assinalou, em vermelho, o estágio de desenvolvimento da cidade em 1600.

Verifica-se que a cidade se desenvolveu na metade norte da ilha, com a Fortaleza de São Sebastião na extremidade norte, ocupando toda a ponta da ilha, e o primeiro núcleo urbano um pouco a sul. Dentro da fortaleza já tinha sido construída a Capela de Nossa Senhora do Baluarte. Entre a fortaleza e o povoado existe uma área livre, onde era o cemitério, e onde estava a capela de São Gabriel.

Uma linha contínua edificada ao longo da costa sugere a construção de edificações que deveriam atender às necessidades da atividade portuária.

Outras linhas ininterruptas no interior da ilha indicam a implantação geminada de habitações que se dispunham de maneira a formar as primeiras ruas e quarteirões; as ruas, irregulares, definidas por uma sequência contínua de fachadas, e os quarteirões, também irregulares, com um perímetro externo edificado e um miolo não edificado de pátios e quintais arborizados.

Características gerais da cidade



O SÍTIO FÍSICO: seu sítio é uma pequena ilha, no Oceano Índico, com “cerca de 3 km de comprimento por 200 a 500m de largura”⁷. A costa é recortada e rebuscada, e apresenta reentrâncias acolhedoras no lado continental, o que proporciona bons locais de abrigo para as embarcações à vela. Entretanto, há à

sua entrada bancos de coral e areia que dificultam a chegada de navios à praia. O acesso à praia de embarcações de maior porte se dá por um único canal natural, formado por uma estreita orla de rochedos, condicionando assim a localização do porto à parte norte da ilha, nas margens do lado continental. A topografia, no geral, apresenta variações pouco marcantes, estando toda a plataforma da ilha cerca de 80 centímetros acima do nível do mar. A orla de rochedos de coral formam uma proteção natural contra a força abrasiva do mar, e permite a construção de edificações junto à rebentação.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MALHA:

A cidade se dividia, funcionalmente, em duas áreas: a zona portuária e o povoado (a que se passará a designar por cidade).

A zona portuária localizava-se junto à praia. Nela, as feitorias edificadas sobre os rochedos definiam linhas de ocupação paralelas à costa, tanto para norte como para sul da Fortaleza Velha. Os lotes implantavam-se lado a lado, formando dois grandes quarteirões que tinham forma retangular alongada e eram cercados por muros; continham as edificações na extremidade oposta ao mar, deixando pátios livres voltados para a praia, onde se podia descarregar a mercadoria, ou guardar pequenas embarcações. Em sua maioria, as construções ocupavam toda a frente do lote, ficando geminadas umas nas outras, constituindo assim uma massa edificada contínua que definia a rua.

Na cidade os quarteirões tinham formas mais ou menos retangulares e tamanhos variáveis. Eram definidos pelas sequências dos alçados das edificações e pelos muros, e continham, cada um, um número variável de lotes, cujas dimensões e forma eram também variáveis. Na sua maioria as casas encontravam-se implantadas na parte frontal dos lotes, deixando áreas de quintal nos fundos, frequentemente arborizadas. As ruas começavam a desenhar uma malha irregular, e eram definidas pela sequência de fachadas geminadas. Em meio ao casario destacavam-se as edificações religiosas, em frete às quais se configuravam pequenos terreiros ou praças.

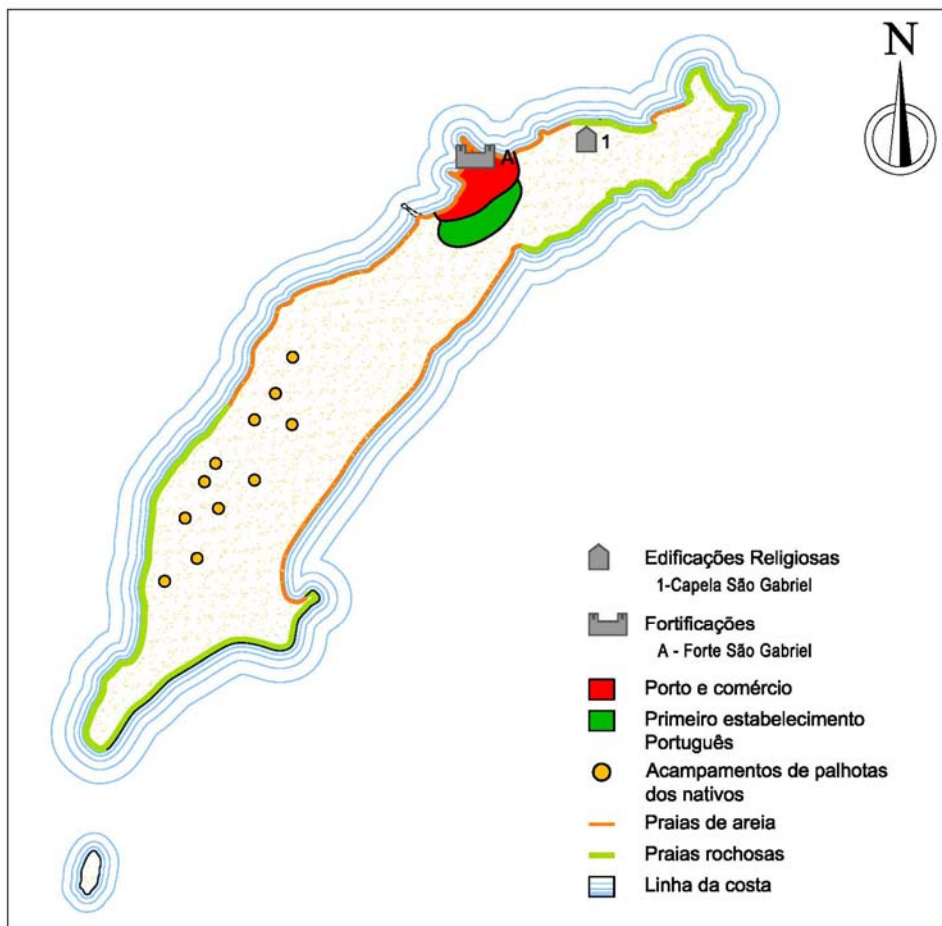
A cidade não era protegida por muralha, mas existiam quatro fortificações em toda a ilha, em locais estratégicos de defesa.

⁷ In: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – MOÇAMBIQUE, ARKITEKTSKOLEN I AARUS – DANMARK. Ilha de Moçambique – Relatório 1982 – 85, pg. 40.

O PRIMEIRO NÚCLEO URBANO: A primeira implantação urbana foi uma feitoria que se constituía, provavelmente, de uma cerca de caniço e algumas palhotas no seu interior. Estas rapidamente foram substituídas por uma fortaleza, “à maneira dos pequenos castelos de Portugal”⁸, a Fortaleza de São Gabriel, que se localizava próxima ao porto, e que foi demolida poucos anos depois; às suas ruínas passou a designar-se Fortaleza Velha, indicação recorrente no material iconográfico analisado. O primeiro núcleo urbano começou a desenvolver-se ao redor desta fortaleza, e era constituído pela capela de São Gabriel, algumas feitorias sobre os rochedos e junto ao mar, e algumas construções provisórias feitas com materiais locais que compunham o povoado, e que foram gradualmente sendo substituídas por edificações de pedra, cal e madeira. Na ponta norte da ilha, construiu-se uma muralha abaluartada para defesa, por detrás da qual se ergueu, em 1522, a capela de N^a Sra. do Baluarte. A Fortaleza de São Sebastião só começou a ser edificada naquela ponta da ilha em 1558, e foi concluída em 1620 deixando a capela fora das suas muralhas. Entre o povoado e o baluarte e fortaleza havia uma área desabitada onde se instalou o cemitério. Próximo à Fortaleza de São Gabriel, em meio ao povoado, implantou-se, em 1556, a Santa casa da Misericórdia. Ao norte do povoado, numa área periférica à cidade, e próxima ao cemitério, foi construído, em 1578, o convento de São Domingos. O colégio dos jesuítas e a capela de São Paulo só foram erguidos em 1610. O casario desenvolveu-se em meio a este sistema

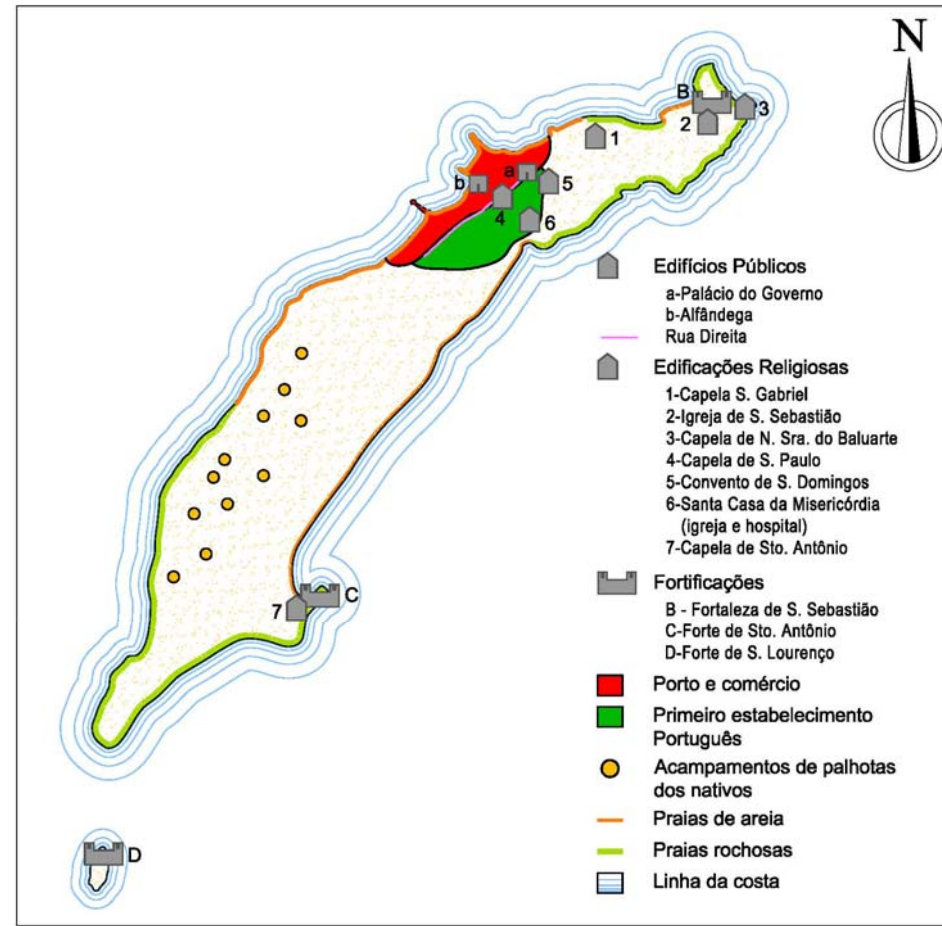
religioso e de defesa, contendo-se na parte centro-norte da ilha, próximo da Fortaleza Velha e ao porto. Na parte sul foram edificados dois fortins, o de Santo António, em 1587, numa saliência da ilha voltada para o lado do oceano, e o de São Lourenço, em 1588, na ilha de mesmo nome, reforçando os sistemas de defesa da ilha.

⁸ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – MOÇAMBIQUE, ARKITEKTSKOLEN I AARUS – DANMARK. Ilha de Moçambique – Relatório 1982 – 85, pg. 12.



MAPA RESUMO 04

O primeiro estabelecimento português em Moçambique.



MAPA RESUMO 05

Moçambique no final do século XVI.

3.2. Goa

Breve histórico

Quando os portugueses chegaram à foz do rio Mandovi, no mar Árábico, na costa oeste da Índia, encontraram ali um próspero povoado cuja vila era cercada por uma muralha, e, estando junto à praia, desfrutava de um porto natural, onde habitavam muçulmanos Bijapur, sob chefia do sultão Adil Sahah. Em novembro de 1510 Alfonso de Albuquerque e sua armada derrotaram o sultão depois cerca de nove meses de sucessivas batalhas, e conquistaram e ocuparam a ilha. Albuquerque creu que a Santa Catarina tivesse protegido e ajudado os portugueses na última batalha, e em gesto de devoção e agradecimento a ela logo mandou erguer uma Capela dedicada à santa. Esta foi, provavelmente, a primeira construção erguida pelos portugueses em Goa. Nos dois anos consecutivos Adil Sahah continuou, em vão, a atacar a ilha, decidido a retomar a cidade. Com a insistência do sultão, Alfonso de Albuquerque mandou rapidamente erigir nova muralha para a cidade e concentrou-se na construção e fortalecimento dos seus sistemas de defesa, tal modo que em 1512 já haviam sido construídos na ilha de Goa os fortes de Benastarim, Devarim e Panjim, e também um hospital.

Dentro da muralha desenvolveu-se uma cidade cujas ruas principais *“partiam do centro em direção às portas, de forma radial, e as secundárias ligavam-nas entre si, orientadas em função dos centros religiosos mais*

*importantes”*¹. À medida que se ia edificando a cidade colonial as construções muçulmanas que existiam na ilha foram sendo demolidas, resultando numa cidade cujo traçado era essencialmente medieval, estruturado em função do porto e do rio visto que era alimentado pelo comércio marítimo, assemelhando-se às cidades portuguesas.

Estimulado principalmente pelos Franciscanos, o exercício do catolicismo em Goa foi intenso, particularmente pela obra do missionário Francisco Xavier. Tal fervor levou a cidade a receber o apelido de “Roma do Oriente”, e resultou na construção de muitas igrejas que contribuíram fortemente para a sua beleza e exuberância. Ao descrevê-la, Francisco Pyrard de Laval, que foi um navegador e aventureiro que permaneceu no Oriente por longo tempo, relatou que naquela cidade havia tantas igrejas que *“não há praça, rua ou beco onde não haja alguma”*².

Visto ser a capital de todo o comércio no Oriente, e, por se ter ali instalado uma nobreza portuguesa (representada pelo vice-rei da Índia, a quem estavam subordinados os Capitães-generais das rotas comerciais portuguesas), Goa foi, naturalmente, receptora de boa parte dos tesouros adquiridos e o retrato da abundância daquele novo império. Goa Dourada! Assim era chamada. Os depoimentos escritos de navegadores, viajantes

¹ Um percurso ao encontro do medievalismo em Macau. Carlos Baracho. In: RC - Revista de Cultura nº 34 (II série) Edição em Português. Instituto Cultural de Macau – 1998. pg. 149.

² Citado por Carlos de Azevedo em: *Arte Cristã na Índia Portuguesa*. Págs. 23. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa – 1959.

e historiadores relatam as riquezas daquelas terras e a exuberância da cidade e das suas gentes.

Goa chamava atenção pela quantidade de edificações, seu tamanho, beleza e ostentação; mas não só. A semelhança com as cidades portuguesas era notável. Um provérbio daquele tempo dizia, “*Quem viu Goa, dispensa ver Lisboa*”! Linschoten, um viajante holandês que residiu em Goa durante alguns anos, e que viajou na rota da Índia a bordo das naus portuguesas, descreveu a cidade dourada dizendo ‘*La ville est ornée de beaux édifices bâtis à la mode de ceux de Portugal*’. Outros viajantes e historiadores fizeram afirmações semelhantes, ressaltando, em sua maioria, a riqueza das igrejas, cuja beleza e primor de detalhes as fazia ressaltar em meio ao casario.

Sequência iconográfica

Dentre o material iconográfico de que se dispôs para o estudo de Goa, pôde perceber-se que dois ou três mapas ou gravuras que se apresentam como que elaborados por autores diferentes, cada um de uma colônia particular, são na verdade idênticos, o que revelou o processo de roubo, pirataria e cópia de mapas daquele tempo.

Embora tivesse sido possível obter imagens anteriores à conquista da cidade, não se conseguiram mapas que mostrassem os primeiros estágios de desenvolvimento de Goa, apresentando-se apenas mapas da cidade já no auge do seu desenvolvimento. Não obstante, é possível, pela associação entre as informações dos mapas e do material teórico consultado, identificar o primeiro núcleo urbano.



ICONOGRAFIA 16

Título e/ou inscrições: "Goa fortissima Indiae urbs in Christianorum potestatem anno salutis 1509 deuenit." Autores: Georg Braun e Franz Hogenberg. Disponível em: http://historic-cities.huji.ac.il/historic_cities.html. Acessado em: 19 jul. 2008. © The Hebrew University of Jerusalem & The Jewish National & University Library.

Esta gravura é uma vista da ilha de Goa antes da ocupação portuguesa. Nela está representado um povoado que muito provavelmente era dos muçulmanos Bijapur, chefiados pelo sultão Adil Sahah.

Dentro de um perímetro amuralhado estão as casas, uma mesquita e um palácio. A praia, também defendida pela muralha, abriga embarcações de grande e pequeno porte. À direita, em direção ao mar, vê-se um sistema de defesa composto por barreiras no leito do rio, fortificações nas duas margens do rio, e dois castelos, com as inscrições Pangura, ao meio, e Nuradoÿro, na extremidade. Dadas as distorções comuns neste tipo de

gravuras, as distâncias entre os castelos e a vila eram certamente maiores do que as que a gravura representa. Assim, é possível que a localização do castelo de Pangura nesta gravura corresponda à posterior localização de Panjim.



ICONOGRAFIA 17

Título e/ou inscrições: GOA. (inscrições ilegíveis).

Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>.

Acessado em: 13 jul. 2008. Autor: o site de onde a imagem foi copiada não continha quaisquer tipo de informações acerca da gravura, pelo que são desconhecidos o autor, a data, e o arquivo de onde esta pode ser tido copiada inicialmente.

Trata-se de mais uma vista da ilha de Goa, anterior à ocupação portuguesa. É muito semelhante à gravura anterior, contendo os mesmos elementos em si representados.



ICONOGRAFIA 18

Título e/ou inscrições: ILHA DE GOA. *The Island of Goa, from the "Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da India Oriental" 1600s.*
Disponível em: <http://www.colonialvoyage.com/goa.html>. Acessado em: 30 abr. 2008. In: "Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estados da Índia Oriental" 1600s.

Este mapa representa a ilha de Goa que está como que abraçada por braços de terra firme e pelas ilhas vizinhas. Nele estão também representados o Forte de Mormugão, a sul, e o Forte da Aguada, ao norte, além de uma grande muralha que circunda toda a ilha, a leste (a parte superior do mapa está voltada para sul), área esta que corresponde mais ou menos ao perímetro da cidade de Goa no auge do seu desenvolvimento. Nota-se uma ausência de edificações, havendo, porém, sinalizações em cruz, que podem ser indicações da localização das igrejas e casas religiosas existentes. Uma única edificação aparece na gravura, e, pela sua localização, deduz-se que se trata do Arco dos Vice-Reis (fotografia ao lado), o portão de entrada da cidade. Foi uma das primeiras edificações a ser erguida, sob ordem de Albuquerque. Por estar assinalado neste mapa onde, fora as edificações religiosas, apenas os mecanismos de defesa foram representados, se deduz que este deveria ter significativa importância para a segurança da cidade.

Há um destaque dado ao relevo da ilha, seja pelo uso da cor, seja pela representação de montanhas.

Trata-se provavelmente de um mapa para o estudo do sistema de defesa da cidade.



IMAGEM 30. O Arco dos Vice-Reis, antigo portão de entrada na cidade.



ICONOGRAFIA 19

Título e/ou inscrições: SELO DE GOA.

Goa no mapa de Pedro Barreto de Resende, 1635 (Scott: 549).

Disponível em: <http://www.girafamania.com.br/asiatico/india-portuguesa.htm>.

Acessado em: 12 jul. 2008. Autor: selo emitido por Portugal, desenhado a partir do mapa de Pedro Barreto de Resende de 1635.

Neste selo que comemora os 450 da fundação do Estado da Índia, tem-se uma representação da ilha de Goa extremamente semelhante ao mapa analisado anteriormente – a ilha de Goa rodeada de outras ilhas e de terra firme, com o relevo em destaque, uma muralha demarcando uma área a leste da ilha, algumas fortificações, algumas pontuações com cruces, que

seriam indicações das igrejas católicas que foram construídas pelos portugueses naquela região a partir do século XVI, e uma única edificação que, pela sua localização, poderá corresponder ao portão de entrada na cidade, o Arco dos Vice-Reis. Além de estarem representados neste selo os mesmos elementos que aparecem no mapa anterior, nota-se que os símbolos usados para a demarcação dos edifícios religiosos, bem como a indicação do portão as cidade, são iguais.

Devido à informação incompleta que se obteve do mapa anterior, não foi possível informar a sua autoria. Entretanto, dada a estreita semelhança daquele mapa com o selo aqui apresentado, pode-se deduzir que o autor daquela gravura tivesse sido Pedro Barreto de Resende, e que o mesmo seja datado de 1635.

Pode-se ver que há marcação de construções religiosas por toda a ilha, e pelos territórios em volta, mas que é dentro do perímetro da muralha que se concentram e maíos número. Isto viria a reafirmar as observações dos viajantes acerca da inúmera quantidade de igrejas existentes na cidade dourada.



ICONOGRAFIA 20

Título e/ou inscrições: PLANTA DA ILHA DE GOA NA ÍNDIA e suas Terras confinantes. Disponível em: <http://purl.pt/3987/1/P1.html>.

Acessado em: 14 jun. 2009. Autor: d'Orgeval, 1747.

O mapa acima representa o território português conquistado nas terras vizinhas a Goa até à primeira metade do século XVIII. Nele, destaca-se a Ilha de Goa, e a Cidade Dourada, demarcada pelas muralhas que a cercavam.

NOTA: Existe um mapa idêntico a este, porém com todos os textos em francês. Certamente trata-se de um caso de cópia de mapas. Uma vez que se conhece o autor do mapa com português, e não há conhecimento do autor do mapa em francês, é provável que o mapa original seja o Português.



ICONOGRAFIA 21

Título e/ou inscrições: *Vuë de la ville de Goa. "... dans les indes du côté de l'eau, dans l'île du même nom aujourd'hui appartenant aux portugais; sy devant il appartenoit au Royaume Decan."* Disponível em: <http://purl.pt/5285/1/> Acessado em: 26 abr. 2009. Academie Imperiale d'Empire des arts liberaux.

Autores: Nabholz, Johann Christoph, 1752-1797.

A gravura divide-se em duas partes, nas quais podem ser identificadas duas formas de ocupação distintas: em primeiro plano, lotes definidos por muros, com edificações mais para dentro, e grandes pátios voltados para o rio, com barcos recolhidos e elefantes, sugerindo trabalho de carga; em segundo plano uma vista que se divide entre a paisagem de montanhas e uma área de denso casario de onde se destacam algumas edificações monumentais. Podem identificar-se a igreja de Nossa Senhora do Rosário e a torre da igreja de Santo Agostinho (fotografias ao lado).

Entre os lotes ribeirinhos existe a representação de um dique, à direita. Porém, esta é a única gravura onde o dique está indicado nesse lado. Comparando este mapa com o que se segue, verificou-se que, embora as suas inscrições estejam pelo lado direito, a imagem torna-se coerente com outras analisadas (vistas e plantas) quando espelhada. Note que o título superior da gravura está espelhado.



IMAGEM 31.
Igreja de Nossa Senhora do Rosário.



IMAGEM 32.
Ruínas de Santo Agostinho – torre.



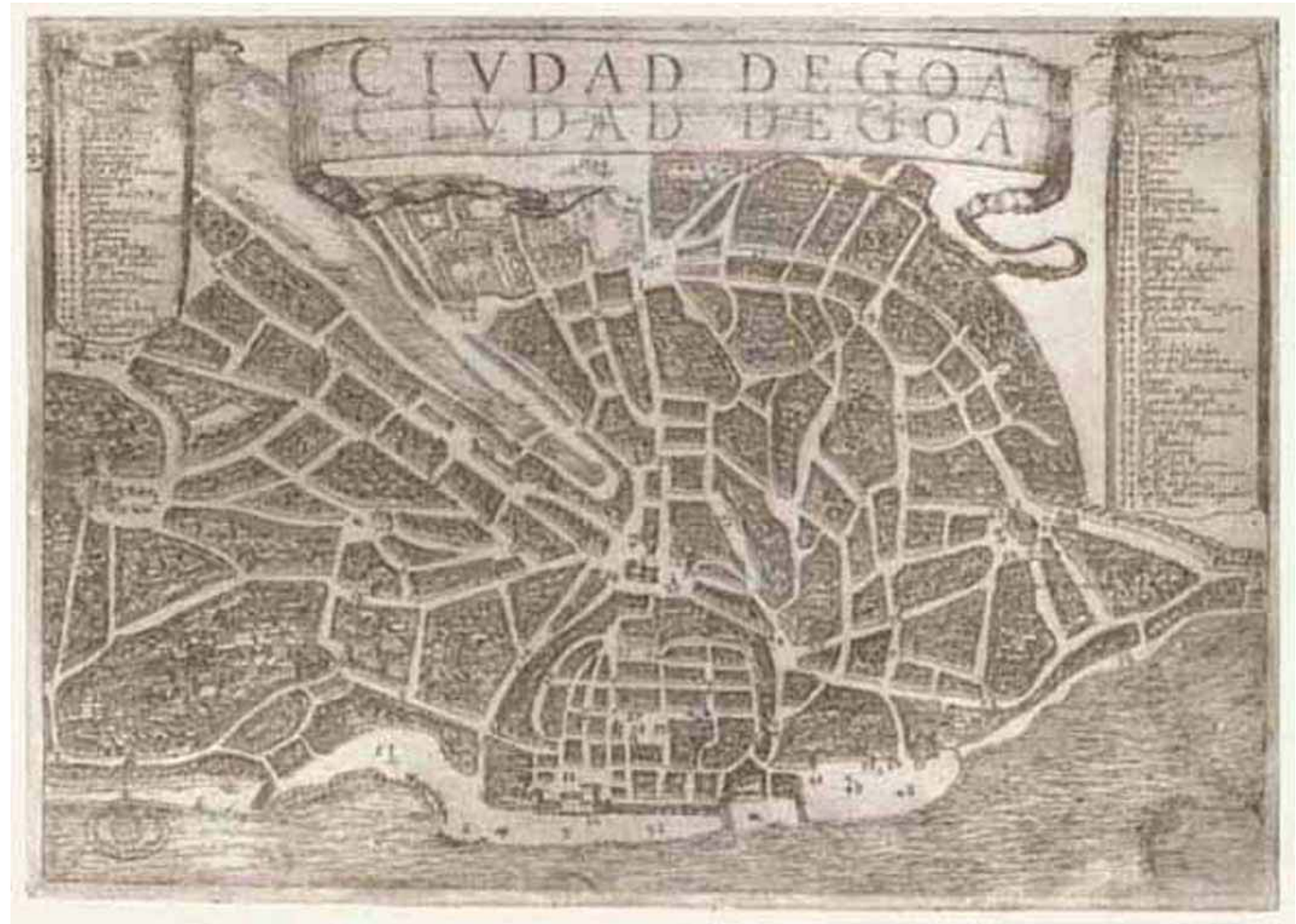
ICONOGRAFIA 22

Título e/ou inscrições: ilegíveis. Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 13 jul. 2008. Autor: o site de onde a imagem foi copiada não continha quaisquer tipo de informações acerca da pintura, pelo que são desconhecidos o autor, a data, e o arquivo de onde esta pode ser tido copiada inicialmente.

Esta vista sobre Goa foi provavelmente desenhada a partir da ilha de Divar, situada em frente ao porto desta cidade.

Em primeiro plano estão alguns nativos e a vegetação da ilha. Atrás destes, três grandes embarcações à vela navegam no rio Mandovi, além de uma série de outras embarcações menores. Na cidade de Goa, implantada na outra margem do rio, distinguem-se novamente duas áreas, a área do porto, junto ao rio, e a cidade com as suas habitações e igrejas ao fundo. Nos bancos de areia, junto à praia, destaca-se o Arco dos Vice-Reis, portão da cidade.

Surge à esquerda denso casario, o que sugere que esta vista terá sido executada em tempos em que a cidade estava já bem desenvolvida e consolidada, visto que nos anos iniciais essa área era reservada à prática da agricultura. Pode ainda constatar-se a representação do dique à esquerda, estando em conformidade com a representação deste nas plantas da cidade.

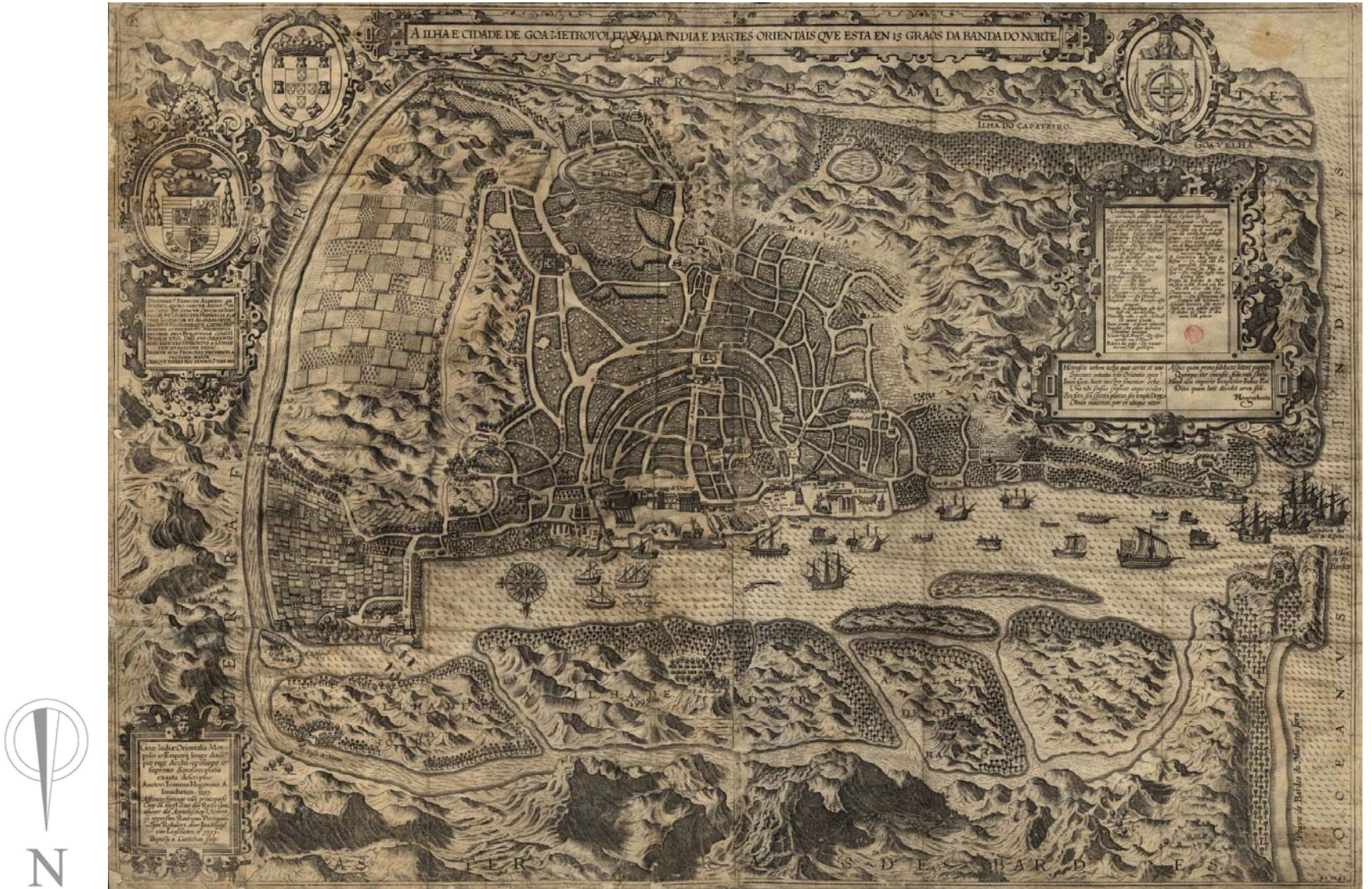


ICONOGRAFIA 23

Título e/ou inscrições: CIVDAD DE GOA. Fonte – disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 18 jan. 2009. Autor: o site de onde a imagem foi copiada não continha quaisquer tipo de informações acerca da pintura, pelo que são desconhecidos o autor, a data, e o arquivo de onde esta pode ser tido copiada inicialmente.

A representação simplificada e resumida desta gravura permite distinguir, na planta da cidade de Goa, dois tipos de malhas; uma, ao centro, compacta, como que circundada por um anel viário, com quarteirões que em sua maioria são mais ou menos ortogonais, com tamanhos desiguais e de pequenas dimensões; outra ao redor deste centro com quarteirões de grandes dimensões com formas e tamanhos variáveis. Pode-se ainda identificar uma área livre junto à praia, certamente correspondente à atividade portuária.

O centro, mais denso, corresponde ao primeiro núcleo urbano que se desenvolveu inicialmente dentro de um perímetro amuralhado, reservando-se os terrenos fora da muralha para a prática da agricultura. Com o crescimento e expansão da cidade a muralha foi demolida e deu lugar a uma via, e os terrenos adjacentes foram destinados ao loteamento urbano.



ICONOGRAFIA 24

Título e/ou inscrições: ILHA E CIDADE DE GOA METROPOLITANA DA INDIA E PARTES ORIENTAIS QVE ESTA EN 15 GRAOS DA BANDA DO NORTE.

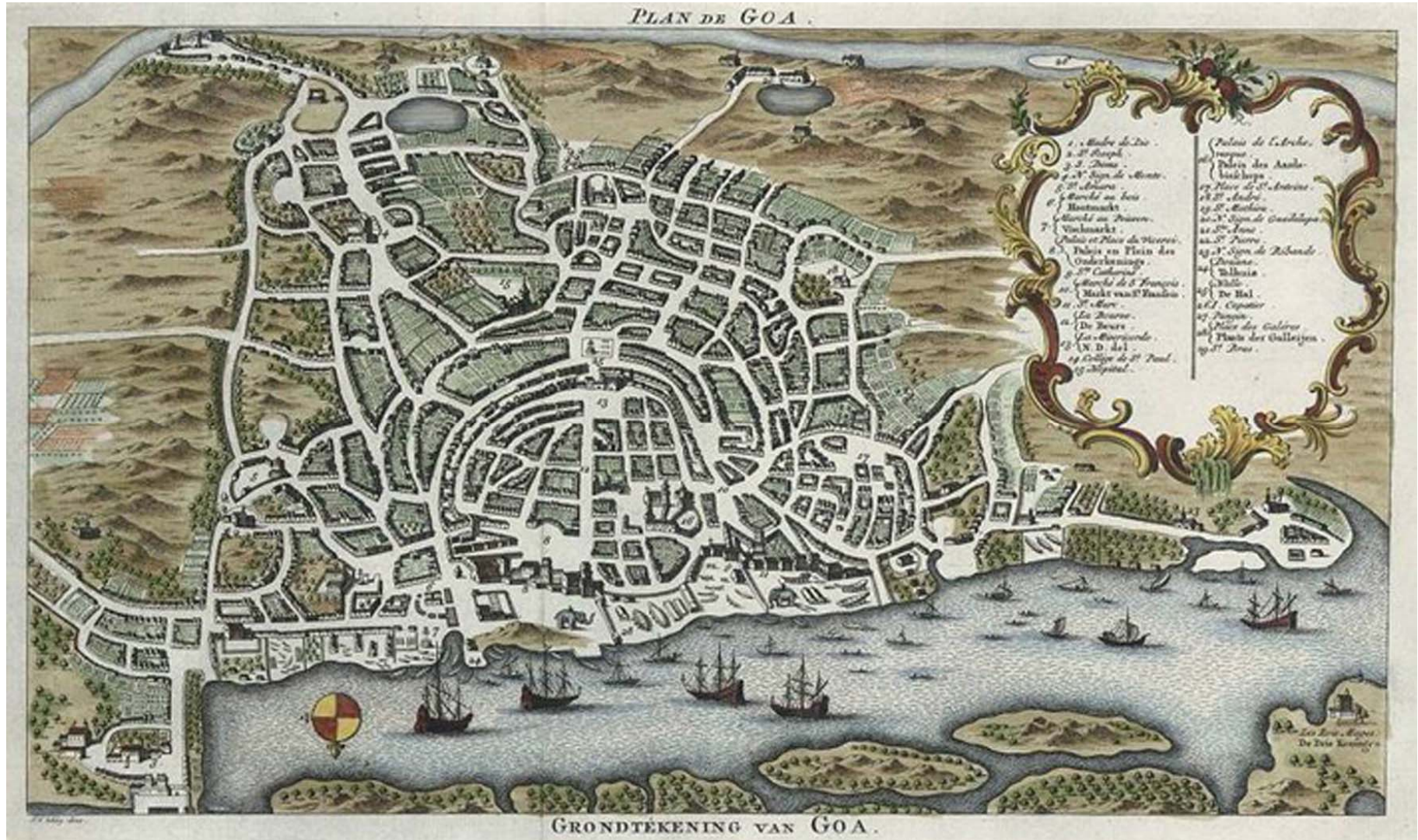
Disponível em: <http://purl.pt/1953/2/P1.html>. Acessado em: 14 jun. 2009. Autor: Ian Huÿgê van Linschoten. Publicação: 1595.

Nesta planta tem-se uma descrição bastante detalhada de Goa. A representação do relevo mostra que a cidade foi implantada numa região de planície cercada por montanhas. Este acidente geográfico limitou a continuação do crescimento da cidade, tornando-se numa das causas de sua decadência e abandono em 1759.

Como o próprio título do mapa sugere, a metrópole do oriente está representada em um dos seus estágios mais avançados de crescimento. Os grandes parcelamentos de terra a oeste foram substituídos por parcelamentos menores.

As feitorias, junto ao rio Mandovi estão minuciosamente desenhadas, com seus barracões e galpões, além de várias embarcações que navegam nas águas do rio e elefantes executando trabalhos com cargas. Este detalhamento sugere que o autor queria destacar e chamar a atenção para a área do porto, pois o comércio e a atividade portuária eram os pilares econômicos da metrópole.

Além do porto, destacam-se também as igrejas e algumas edificações religiosas.



ICONOGRAFIA 25

Título e/ou inscrições: PLAN DE GOA / GRONDTÉKENING VAN GOA. Disponível em: <http://www.antiqueprints.com>. Acessado em: 1 mai. 2008.
 Autor: Jacques Nicolas Bellin.

Nesta planta de Goa, Jacques Nicolas retratou a cidade de 1750, no máximo de seu crescimento. Comparando-a com a imagem anterior, nota-se que o solo foi ainda mais repartido, tratando-se, portanto, de uma gravura posterior.

A cidade tem uma malha bastante irregular, e nela podem distinguir-se os diferentes estágios de crescimento através das diferentes texturas.



ICONOGRAFIA 26

Título e/ou inscrições: GOA. Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 13 jul. 2008. Autor: o site de onde a imagem foi copiada não continha quaisquer tipo de informações acerca da pintura, pelo que são desconhecidos o autor, a data, e o arquivo de onde esta pode ser tido copiada inicialmente.

Dada a estrita semelhança desta planta com a da iconografia 24, uma pode ter sido copiada da outra. Os elementos representados são os mesmos, a textura da malha, o grau de parcelamento do solo, até mesmo as embarcações no leito do rio.

Na parte superior do mapa tem-se uma vista da cidade, na qual se pode ver o denso casario alastrar-se para a esquerda e para a direita do porto.





ÍCONOGRAFIA 27

Título e/ou inscrições: GOA. Disponível no Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/MEDIAS1/11.4.htm. Acessado em: 13 jun. 2009.

Esta planta é provavelmente da primeira metade do século XVIII, no estágio máximo de desenvolvimento a que a cidade chegou antes do seu abandono. Uma tonalidade de verde mais escuro identifica as regiões de montanha; a cidade ocupa praticamente toda a planície, restando pouquíssimas áreas onde ainda seria possível construir. A Oeste existe uma área agrícola, que, segundo relatos diversos, não era suficiente para abastecer a cidade.

Na planta estão assinaladas as igrejas e demais instituições religiosas, além das principais edificações comerciais junto ao porto; estão também escritos os nomes de algumas ruas.



ICONOGRAFIA 28

Título e/ou inscrições: Der marchzu Goa.

Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>

Acessado em: 13 jul. 2008.

Esta gravura permite-nos ver a seqüência de fachadas que define a rua, e o intenso movimento comercial. As fachadas, muito estreitas, dispunham-se contíguas, como que a apoiar-se uma na outra, e tinham, na sua

maioria, apenas a largura suficiente para a colocação de uma porta e de uma janela, lado a lado. Da rua não se podia ver os quintais.

ICONOGRAFIA 29

Título e/ou inscrições:

Cidade da Velha Goa.

Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>
Acessado em: 13 jul. 2008. Autor: o site de onde a imagem foi copiada não continha quaisquer tipo de informações acerca do autor, a data, ou arquivo de onde esta pode ser tido copiada inicialmente.



CIDADE DA VELHA GOA

O próprio título sugere uma Goa não mais dourada. Esta vista terá sido elaborada alguns anos após a transferência da capital de Goa para Panjim. A Goa Dourada, que então era vítima do abandono da sua população, passou a ser chamada de “Goa Velha”, e à nova capital passou a chamar-se “Goa Nova” ou Panjim.

A floresta de palmeira que surge entre as edificações, antes uma área totalmente urbanizada e edificada, denuncia uma Goa abandonada há tempo suficiente para que o matagal de palmeiras lhe tomasse conta do casario e ruas.



ICONOGRAFIA 30

Título e/ou inscrições: PLANTA DA CIDADE DE GOA, EM 1831. Compreendendo um espaço de milha e meia a l'este, Oeste e três quartos de milha Norte,Sul. Disponível em: <http://purl.pt/1414/1/P1.html>. Acessado em: 14 jun. 2009.

Esta planta faz uma relação das edificações remanescentes da Velha Goa após seu abandono, distinguindo as construções que se encontravam em bom estado e as que se encontravam em ruínas. Note que o autor representa a invasão das palmeiras e os lugares onde o mato tomou

conta dos espaços, evidenciando, com isto, o abandono da cidade. Nas legendas, além de identificar as edificações públicas e religiosas, o autor anota o que resta delas e seu estado de conservação.



Características gerais da cidade



SÍTIO FÍSICO: seu sítio é uma ilha que se situa à foz do Rio Mandovi, na costa oeste da Índia, defronte para o Mar Arábico, e que é rodeada por outras ilhas e por braços de terra firme que a deixam protegida. A cidade foi implantada na parte leste

da ilha, numa região essencialmente plana rodeada por montanhas. A proximidade com o continente favorece a penetração para o interior. A foz do rio tem águas profundas, o que proporciona um porto natural junto à planície e permite a navegação embarcações de grande porte. O clima é muito úmido e insalubre, pois o relevo em volta da planície não permite boa ventilação.

Em relação à província de Goa, a cidade está sitiada mais ou menos ao centro de todo o território indo-português.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MALHA:

No primeiro núcleo urbano podiam distinguir-se três formas de ocupação e uso do solo: junto ao rio Mandovi, numa posição ao centro da planície, instalou-se o porto; por detrás deste desenvolveu-se a cidade dentro da muralha que foi erguida logo nos primeiros anos de ocupação; e, para fora da muralha havia grandes parcelas de solo destinadas à prática da agricultura.

A zona portuária caracterizava-se apenas por uma seqüência de lotes irregulares delimitados por muros, com as edificações na extremidade oposta à margem do rio, e grandes pátios livres que iam até às suas margens. Intramuros, a malha era irregular, definida por ruas principais que iam do centro da cidade em direção às portas, e por ruas secundárias que as cruzavam, formando quarteirões de pequenas dimensões e de tamanhos desiguais. Para fora da muralha havia grandes parcelas de solo destinadas à prática da agricultura.

Num primeiro estágio de crescimento, a muralha foi demolida, dando lugar a ruas que herdaram a sua forma, e a cidade começou a expandir-se ocupando as áreas agrícolas mais próximas àquele centro inicial. Algumas áreas foram entregues às ordens religiosas para a construção de conventos e igrejas, em direção aos quais a cidade cresceu, e as restantes continuavam destinadas à prática da agricultura.

Os quarteirões acolhiam um número desigual de lotes que se iam acomodando no relevo, portanto tinham tamanhos diferentes e formas irregulares. Os lotes eram alongados, com uma forma mais ou menos retangular. As casas eram construídas na parte da frontal dos lotes, ocupando toda a sua largura, o que resultava numa seqüência contínua de fachadas geminadas que definiam as ruas, a partir das quais não era possível ver os quintais. Os fundos de lote não eram construídos, sendo reservados para pomares, hortas ou atividades domésticas ao ar livre.

Em frente às principais edificações religiosas abriam-se adros e terreiros onde se realizavam procissões e rituais católicos.

O PRIMEIRO NÚCLEO URBANO: O primeiro núcleo urbano português teria se desenvolvido a partir do povoado que habitava na ilha de Goa à sua chegada. Mas não foi pela conveniência de haver já uma estrutura ali edificada que os estrangeiros optaram por se instalar no mesmo local que o povoado Bijapur. A planície onde a cidade portuguesa se estabeleceu tinha boas condições portuárias e bons terrenos para a prática da agricultura. Era também um local estratégico de contato com o interior, onde se podiam aumentar as trocas comerciais e estabelecer pontos de evangelização da população.

A Capela de Santa Catarina foi, talvez, a primeira construção público-monumental que os portugueses realizaram em Goa. Acreditando que a santa teria favorecido as tropas portuguesas na batalha contra os muçulmanos, Alfonso de Albuquerque mandou edificar a capela no local onde as forças portuguesas entraram na cidade, e sua construção se iniciou ainda em 1510, ficando sua administração a cargo de um grupo de frades Dominicanos, que chegaram à ilha junto com a frota de Albuquerque.

Apesar da vitória contra os Bijapur, Albuquerque se preocupou desde o início em construir uma muralha e algumas fortificações, visto que nos primeiros anos da ocupação portuguesa o sultão Adil Sahah se esforçava

para retomar a cidade. Em 1512 já haviam sido construídos na ilha de Goa a muralha e os fortes de Benastarim, Devarim e Panjim.

À medida que se ia edificando a cidade colonial as construções muçulmanas que existiam na ilha foram sendo demolidas, resultando numa cidade cujo traçado era essencialmente medieval, estruturado em função do porto e do rio visto que era alimentado pelo comércio marítimo, assemelhando-se às cidades portuguesas.

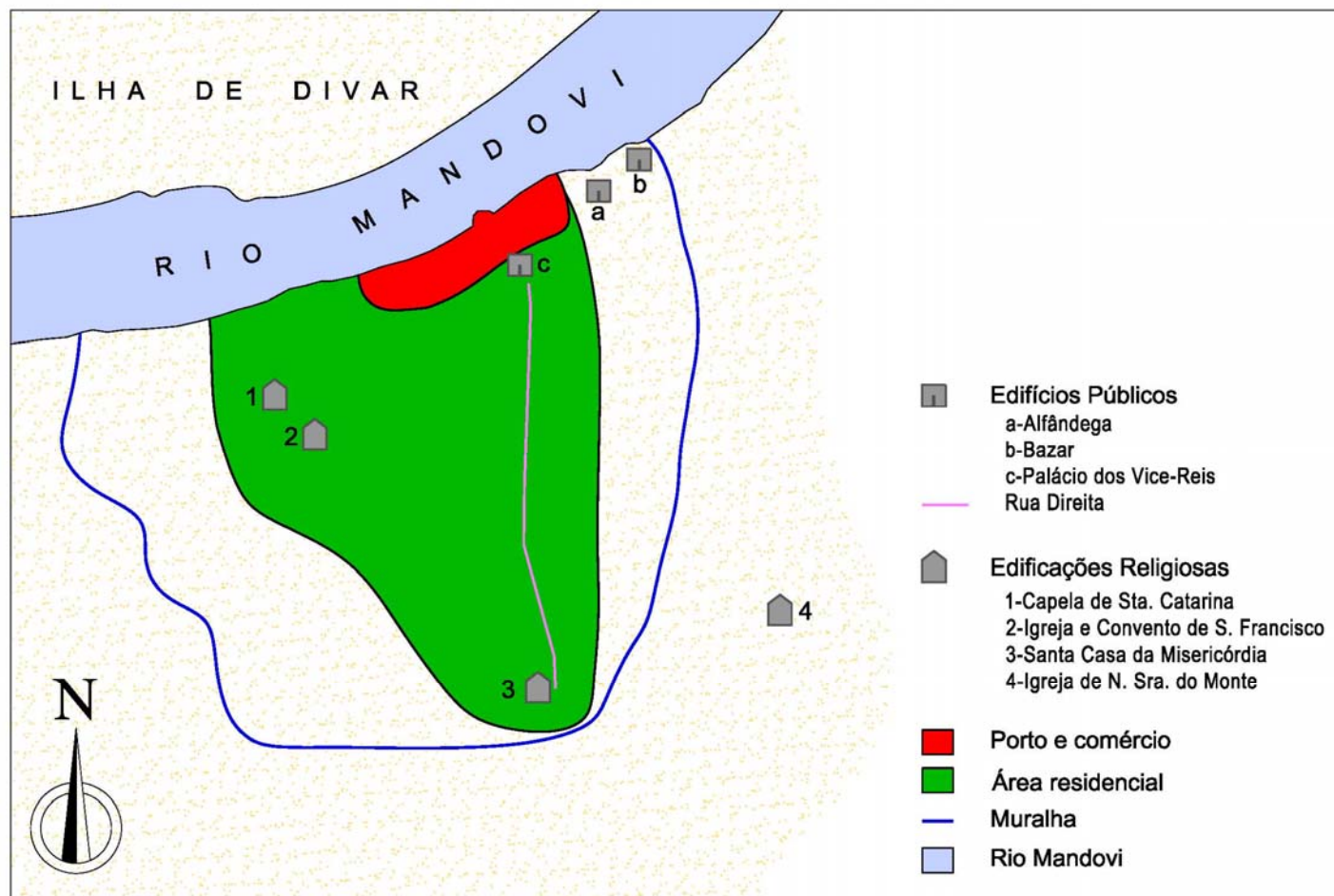
Foram dois os fatores que proporcionaram o rápido crescimento de Goa. De um lado, o intenso comércio atraía muitas pessoas à cidade, que vinham em busca de riquezas e de melhorias de vida, e cuja prosperidade permitia não apenas a rápida construção, mas o uso de materiais mais nobres. De outro, o estabelecimento das ordens religiosas, particularmente a dos Franciscanos, que fez de Goa um importante centro de propagação da fé católica no Oriente. Este fator culminou com a chegada de Francisco Xavier, um missionário que se tornou o patrono de Goa, e cujo ministério resultou em um elevado número de hindus convertidos ao catolicismo. O fervoroso movimento religioso em Goa refletiu-se na construção de muitas igrejas e conventos, e atraiu milhares fiéis.

Assim, em finais de 1500, Goa já era conhecida como a “Lisboa do oriente”, ou como “Goa Dourada”, designações que lhe cabiam pelas riquezas que as atividades portuária e comercial proporcionavam e pelo

esplendor das construções. Também havia quem lhe chamasse de “Roma do Oriente”, reflexo do seu fervor religioso.

Com o acelerado crescimento da cidade a primeira muralha foi demolida, e deu lugar a uma via, e os terrenos adjacentes foram destinados ao

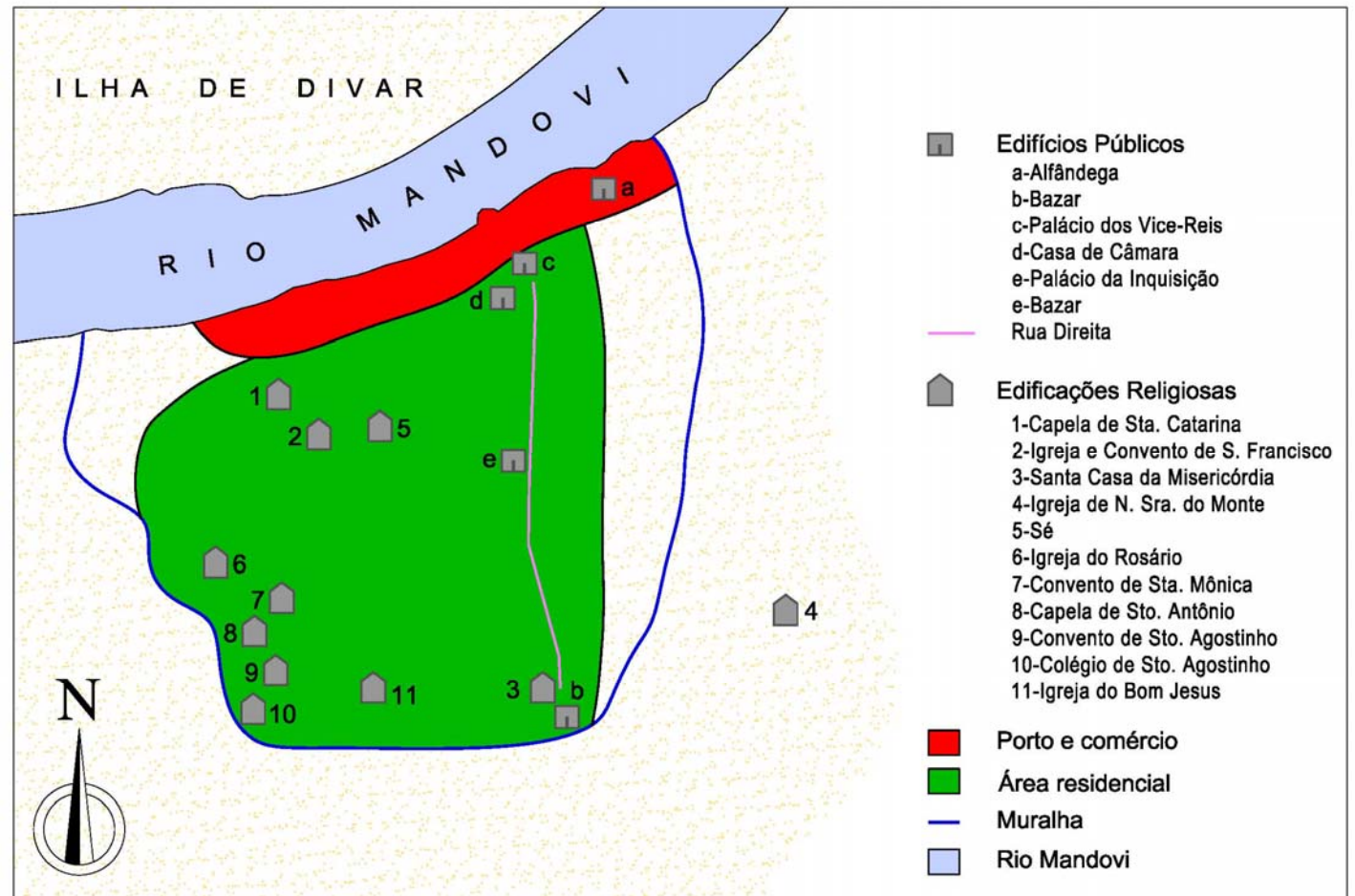
loteamento urbano. Uma nova muralha foi erguida, não mais no centro da planície, mas contornando o perímetro da ilha, deixando toda a planície livre para o desenvolvimento daquela que viria a ser a grande metrópole do oriente.



MAPA RESUMO 06

O primeiro estabelecimento português em Goa.

MAPA RESUMO 07
Goa no final do século XVI.



3.3. São Salvador da Bahia

Breve histórico

Usando o sistema de Capitânicas Hereditárias¹ Portugal conquistou e ocupou, ao longo do século XVI, um vasto território na América do Sul. Eram, ao todo, 15 Capitânicas Hereditárias que foram doadas, dentre as quais cinco couberam ao atual território baiano, distribuídas entre os donatários Francisco Pereira Coutinho (1534) – Bahia; Pedro do Campo Tourinho (1534) – Porto Seguro; Jorge de Figueiredo (1534 ou 1535?) – Ilhéus; Dom Antônio de Athayde (1558) – Ilha de Itaparica e Álvaro da Costa (1566) – Paraguaçu ou Recôncavo.

Em 1536, Francisco Pereira Coutinho desembarcou na sua Capitania, construiu casas para cem moradores, e fundou a vila “do Pereira”, também designada povoação “do Pereira”, que durante nove anos viveu do plantio de algodão e cana-de-açúcar. Em 1545 Pereira Coutinho e a população abandonaram a vila, fugidos dos ataques dos índios Tupinambás que a ocuparam em seguida.

¹ Em 1534, Dom João III, rei de Portugal, decretou a divisão do território brasileiro em 15 faixas de terras que começaria no litoral e terminaria na linha do Tratado de Tordesilhas, e as doou, de forma hereditária. A esta divisão de terras deu-se o nome de Capitânicas Hereditárias. Eram controladas pela coroa portuguesa através do Foral que firmava os direitos, deveres e tributos que a população teria para com o rei e com o donatário e da Carta de Doação que dava plenos poderes ao donatário, salvo sobre os impostos reais. O objetivo era a ocupação do território, protegendo-as assim de invasões das outras potências colonizadoras, e tornar possível a produção açucareira nas novas terras de modo a torná-las rentáveis a Portugal.

Feito rei, e com a intenção de centralizar o poder de todos os territórios pertencentes à coroa portuguesa, e ainda, em face ao resultado insatisfatório daquele sistema de Capitânicas Hereditárias, D. João III comprou a capitania de Francisco Pereira Coutinho e, criando em 1548 o governo-geral, faz desta sua sede militar, política e administrativa sobre os territórios portugueses no novo continente. Enviou à Bahia de Todos os Santos Tomé de Sousa com o cargo de capitão-mor e governador-geral da capitania da Bahia e de todas as capitânicas e terras da costa do Brasil, acompanhado do mestre de obras Luís Dias, encarregado pela grande obra de construção da nova cidade. Aos 29 dias do mês de março do ano de 1549 desembarcaram na antiga Vila do Pereira Tomé de Sousa, Luís Dias, o Padre Nóbrega e seis Jesuítas, além de cerca de mil homens², destinados à construção da cidade de São Salvador.

O governador geral tinha consigo o Regimento de D. João III com as instruções para o traçado da nova cidade, que deveria assentar-se num sítio “sadio e de bons ares e que tenha abastança de auguas e porto em que bem posão amarar os navios e vararem se quando cumprir (...) e no sitio que vos melhor parecer ordenareis que se faça hua ffortaleza de gramdura e feição que a requerer o lugar em que a ffizerdes”³.

² Listadas por Luis Henrique Dias Tavares no livro *História da Bahia*: “... o ouvidor-geral Pero Borges, o mestre-de-obras Luís Dias, o tesoureiro das rendas Gonçalo Pereira, três padres e dois irmãos da Companhia de Jesus, sob as ordens do padre Manuel da Nóbrega, soldados, degredados e trabalhadores destinados à construção da cidade-fortaleza”.

³ Regimento de D. João III a Tomé de Souza. Citado por Manuel C. Teixeira. In: O URBANISMO PORTUGUÊS – Séculos XIII – XVIII – PORTUGAL – BRASIL. Capítulo 6 – O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII. pg. 224. Livros Horizonte, 1999

Considerando-se as determinações da coroa, a construção da cidade iniciou em abril de 1549, depois de se ter analisado as terras de toda aquela baía e de se ter escolhido o sítio para a sua implantação.

Considera-se que a data da fundação da cidade de Salvador seja aquela da chegada da frota de Tomé de Sousa à baía de Todos os Santos, portanto 29 de março de 1549, pois que outras datas não sejam unânimes por parte dos estudiosos do tema⁴.

Durante o seu governo, Tomé de Sousa iniciou a construção de Salvador, concedeu sesmarias para a plantação de algodão e cana-de-açúcar, importou gado da ilha de Cabo Verde introduzindo no Brasil a atividade pecuária, além de cumprir determinações outras do Regimento em mais algumas capitâneas brasileiras. Os sucessores de Tomé de Sousa dizimaram e dominaram as aldeias Tupinambás vizinhas, desbravaram e conquistaram terras para o interior, e estimularam o estabelecimento das ordens religiosas na cidade e entorno.

Com o estabelecimento da União Ibérica, em 1580, a gestão das colônias ficou centralizada na coroa, como era natural dos colonizadores espanhóis, e, com a independência da Espanha, em 1640, Portugal

manteve a subordinação dos governos e capitâneas ao rei de Portugal e a Lisboa, com o objetivo de unificar a colônia. O governo, ficou, então, regido rigorosamente pelas determinações do Conselho Ultramarino. Com isto, Salvador sediou o primeiro governo administrativo de Portugal no Brasil, sendo, a primeira capital do país.

⁴ Em seu livro História da Bahia, Luis Henrique Dias Tavares cita alguns exemplos: Theodoro Sampaio, no livro História da fundação da cidade de Salvador, sugere 13 de junho de 1549, quando foi realizada a primeira procissão de Corpus Christi; para Pedro Calmon, em História da fundação da Bahia, a data deveria ser 1º de maio do mesmo ano, dia em que os trabalhadores começaram a vencer soldos para a construção da cidade.

Sequência iconográfica

Do material a analisar para o estudo da cidade de Salvador contou-se com fontes diversas, desde material iconográfico dos séculos XVI e XVII, até desenhos, gravuras e mapas mais recentes.

O mapa mostra a baía de Todos os Santos em sua extensão, onde se podem ver as suas ilhas e rios que nela deságuam, e que, em conjunto, a fazem tão recortada.

Abaixo, e à esquerda, uma planta da Civitas S. Salvatoris mostra um córrego por detrás da cidade. Este teria sido limitador do tamanho da cidade, quando de sua implantação e ao longo do século XVI.



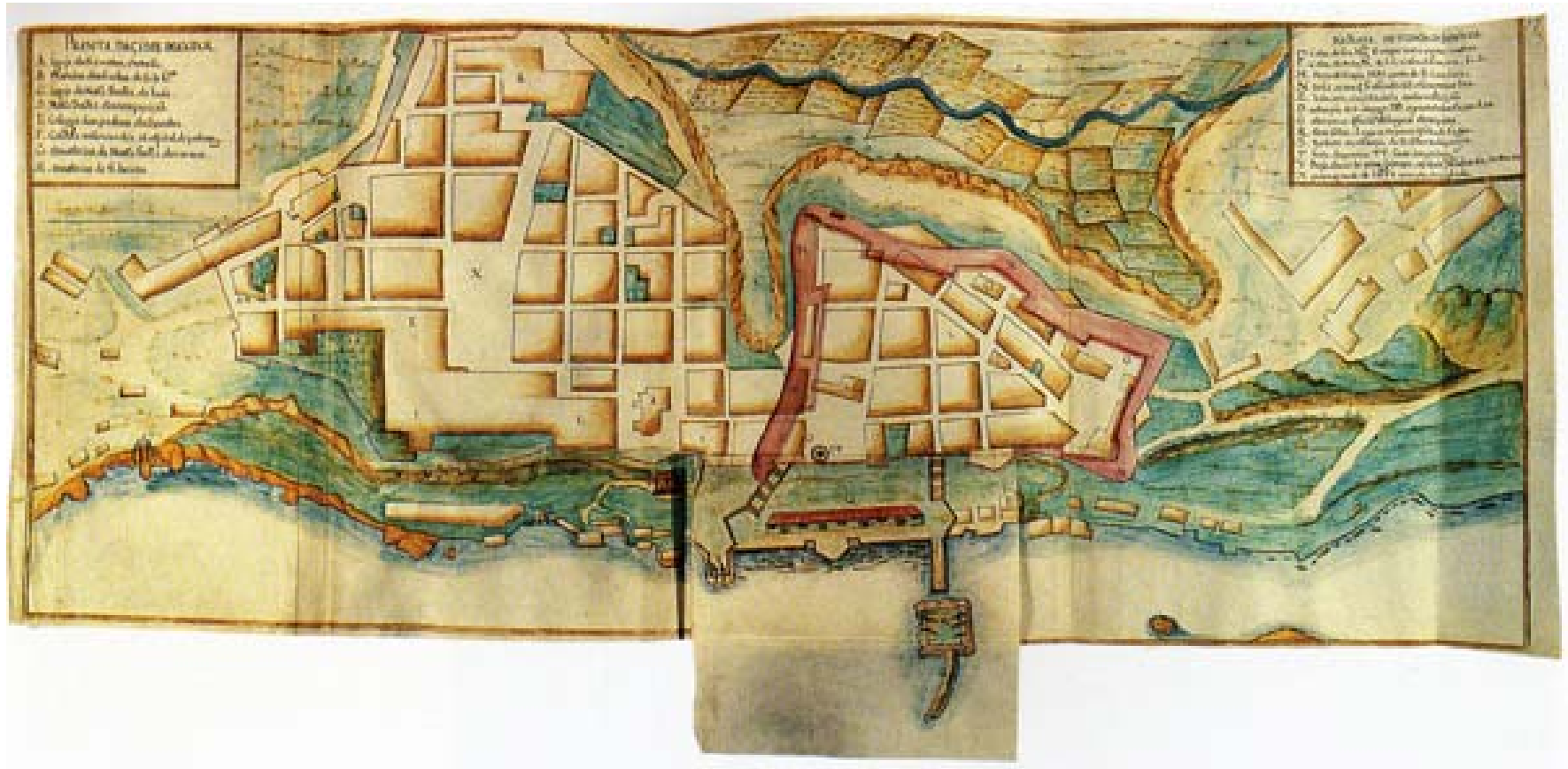
ICONOGRAFIA 32

Título e/ou inscrições: CIDADE DO SALVADOR

In: FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **A fundação da Cidade do Salvador em 1549**. Capa. Coleção Brasil Pitoresco, Tradicional e Artístico. SP: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, jul.1949.

Autor: Irmão Paulo Lachenmayer, O.S.B.

Esta gravura ilustra a planta do núcleo urbano inicial de Salvador, cerca de 1551. Uma muralha-fortaleza de forma trapezoidal delimita o perímetro da cidade alta, na qual se podem ver quatro portões de acesso. Dentro dela encontram-se dois blocos de quarteirões separados por uma rua que liga os portões sul e oeste da cidade, um, com quarteirões retangulares alongados, e outro, com quarteirões mais quadrados. No encontro dos dois blocos de quarteirões, mais ou menos ao meio da malha urbana, está uma praça onde se ergueu a igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Existem outras duas praças, uma junto ao portão de Santa Luzia, ao sul, e outra junto ao portão de Santa Catarina, ao norte. Disposto paralelamente à linha da costa, um longo quarteirão retangular representa a cidade baixa; este, na realidade, se constituía não de um, mas de vários quarteirões retangulares alongados, como poderemos ver em imagens posteriores. Neles foram edificadas a alfândega, a Casa de Fazenda, os armazéns e as ferrarias. Na cidade baixa tem-se ainda a ermida e Nossa Senhora da Conceição, que foi a primeira igreja a ser erguida na cidade. Cidade alta e cidade baixa interligam-se por meio de duas ladeiras e alguns caminhos de terra.

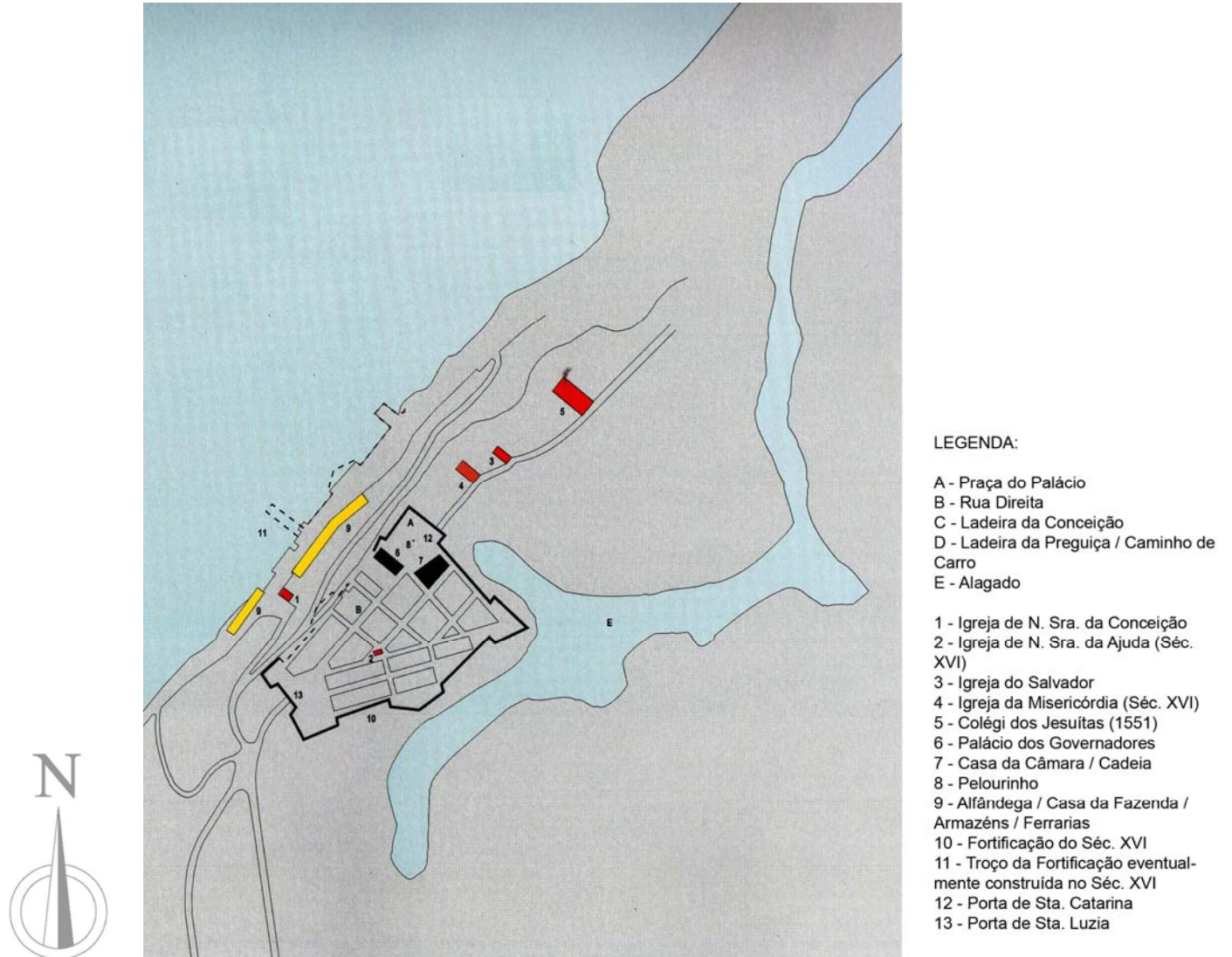


ICONOGRAFIA 33

Título e/ou inscrições: PLANTA DA CIDADE, Dº SALVADOR, NA BAHIA. DE TODOS OS SANTOS, a.d., [1616], B.P.M.P.
 In TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 235.
 Livro da Razão do Estado do Estado do Brasil, [1616].

Esta planta, de 1616, mostra as duas partes da cidade alta de Salvador, as expansões mais recentes para norte e para sul, as feitorias na cidade baixa, que também já se expandiu ao longo da costa, e o fortim

adentrando o mar. É interessante reparar que os campos de cultivo estão atrás da cidade, às margens do rio.



ICONOGRAFIA 34

Título e/ou inscrições: Salvador da Baía. Meados do Séc. XVI.

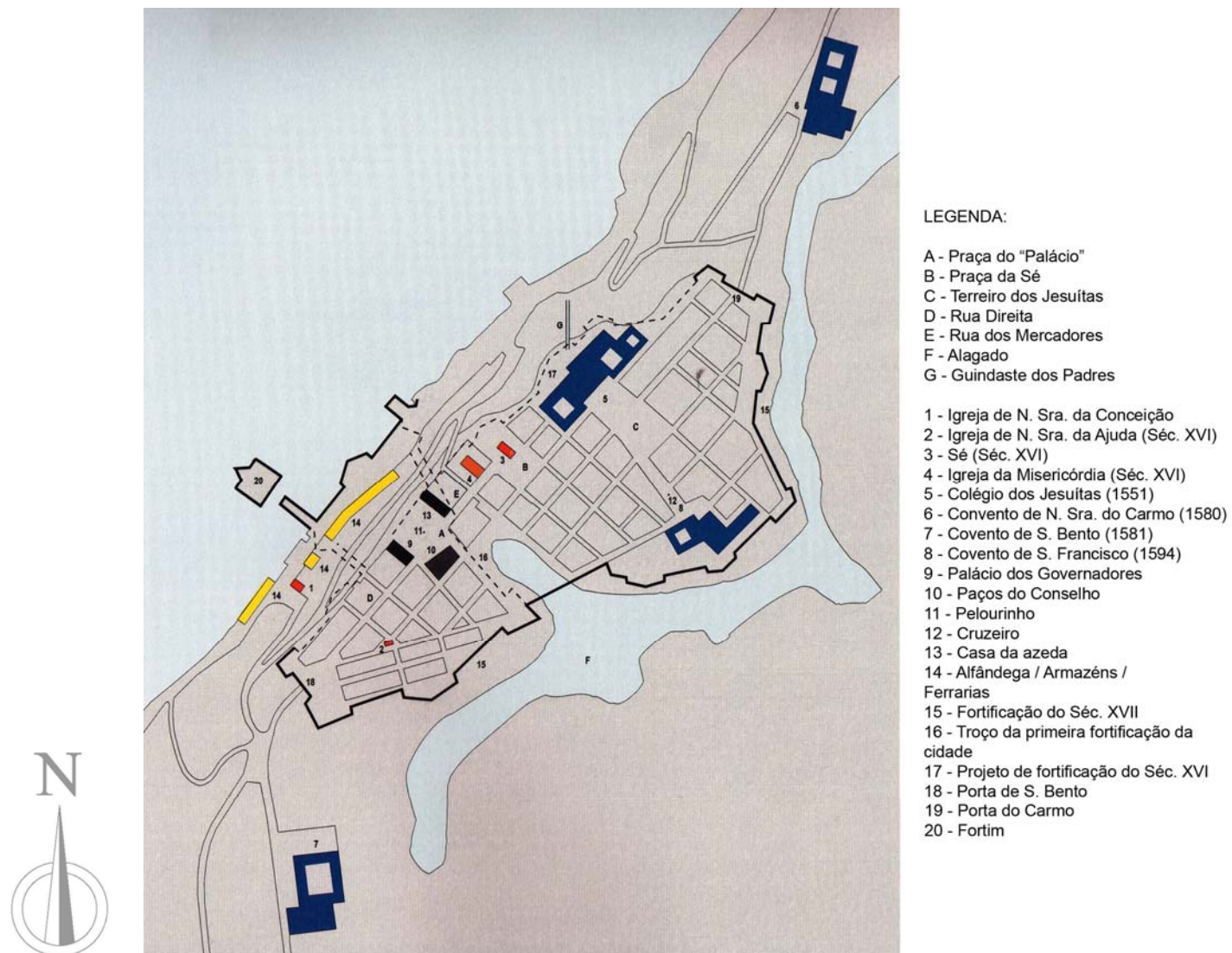
In TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 234.

Esta planta mostra o primeiro núcleo urbano de Salvador. Como se constatou na gravura anterior, a malha compõe-se essencialmente de dois grupos de quarteirões, um com quarteirões quadrados, outro com quarteirões alongados, dispostos dentro de uma muralha de tal forma que se formam três praças em meio à malha.

Importa acrescentar que na Praça do Palácio, contígua ao portão de Santa Catarina, foram construídas a Casa de Câmara e Cadeira e o Palácio dos Governadores (daí o nome), e ao centro desta o Pelourinho. Por receber os principais edifícios públicos, teve um papel fundamental na estruturação da cidade desde o início da formação da cidade.

Ao norte, fora da muralha, foram construídas as igrejas do Salvador e da Misericórdia, e iniciavam-se as construções que viriam a consolidar o grande complexo do Colégio dos Jesuítas. Estas edificações religiosas foram pólos atrativos para o crescimento da cidade na direção norte. Ciente disto, o jesuíta Manuel da Nóbrega solicitou a Tomé de Sousa um terreno fora do perímetro amuralhado, afirmando, “Não se arreceie Vossa Alteza de ficar a casa fora da Cidade; a cidade virá juntar-se ao redor da casa”⁵.

⁵ Padre Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil. Citado por Manuel Teixeira, O URBANISMO PORTUGUÊS – Séculos XIII – XVIII – PORTUGAL – BRASIL. Capítulo 6 – O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII. pg. 226. Livros Horizonte, 1999



ICONOGRAFIA 35

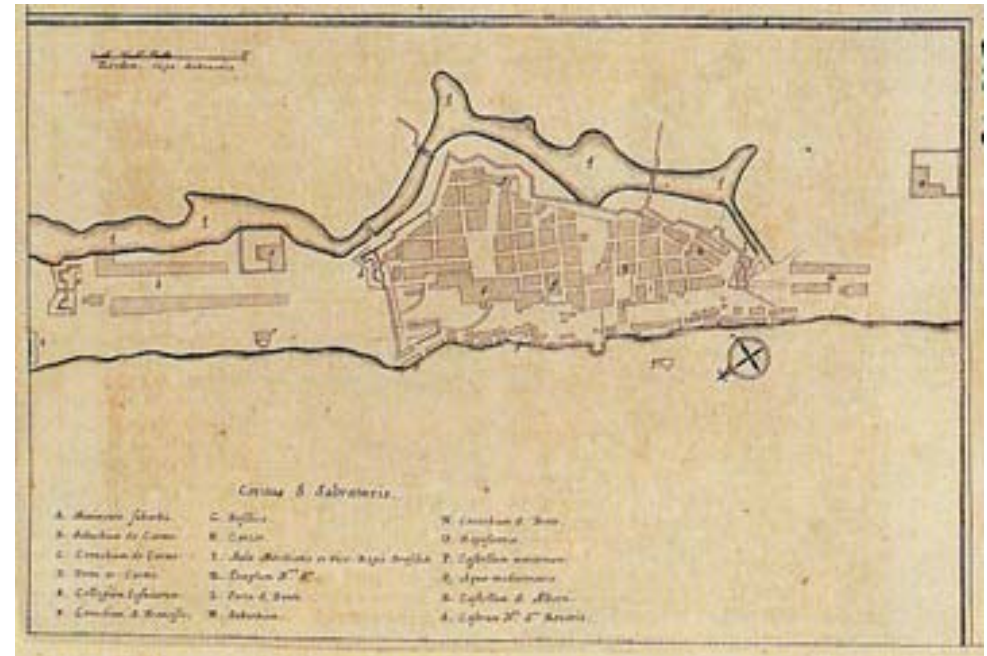
Título e/ou inscrições: Salvador da Baía. Meados do Séc. XVI.

In TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 235.

Tal como havia previsto Manuel da Nóbrega, a cidade alta de Salvador cresceu na direção norte, onde se encontravam o complexo dos Jesuítas, a Sé e a igreja da Misericórdia. Em 1605 foi erguida nova muralha ao redor da parte expandida da cidade. No seu interior ficou contida uma malha de quarteirões retangulares, em sua maioria quadrados, regulares, organizados em torno do Terreiro dos Jesuítas. Nesta nova área da cidade existiam ainda a Praça da Sé, em frente à Sé, próxima ao antigo Portão de Santa Catarina, e um Cruzeiro em frente ao Convento de São Francisco que se situava na direção oposta ao Colégio Jesuíta, por detrás do Terreiro.

Na cidade baixa foi construído um fortim, que compõe um conjunto mais amplo de fortificações que foram erguidas pelos portugueses, mas que se localizavam fora da área da cidade, em pontos estratégicos de defesa da baía como um todo.

Fora desta nova muralha observam-se, novamente, as construções dos conventos de Nossa Senhora do Carmo, ao norte, e de São Bento, ao Sul. Não era apenas a expectativa de que a cidade fosse ao encontro das ordens religiosas que incentivava os seus mantenedores a escolher terrenos fora das muralhas edificadas, mas a oportunidade que tal localização proporcionava se lhes serem concedidos terrenos maiores, sem muitas normas restritivas de edificação.



Note na planta acima – retirada da imagem 32 anteriormente analisada – que a expansão da cidade de Salvador se em direção àqueles conventos.

A Planta da Restituição da Bahia é, essencialmente, um plano estratégico militar para a retomada da cidade de Salvador que foi conquistada pelos Holandeses em 1624.

Considerando-se o recorte temporal deste trabalho – século XVI –, este mapa é relevante para analisar a malha da cidade no que se refere ao parcelamento dos quarteirões em lotes, e das fachadas, visto que nenhum dos mapas anteriores forneceu dados para a análise destes elementos da malha.

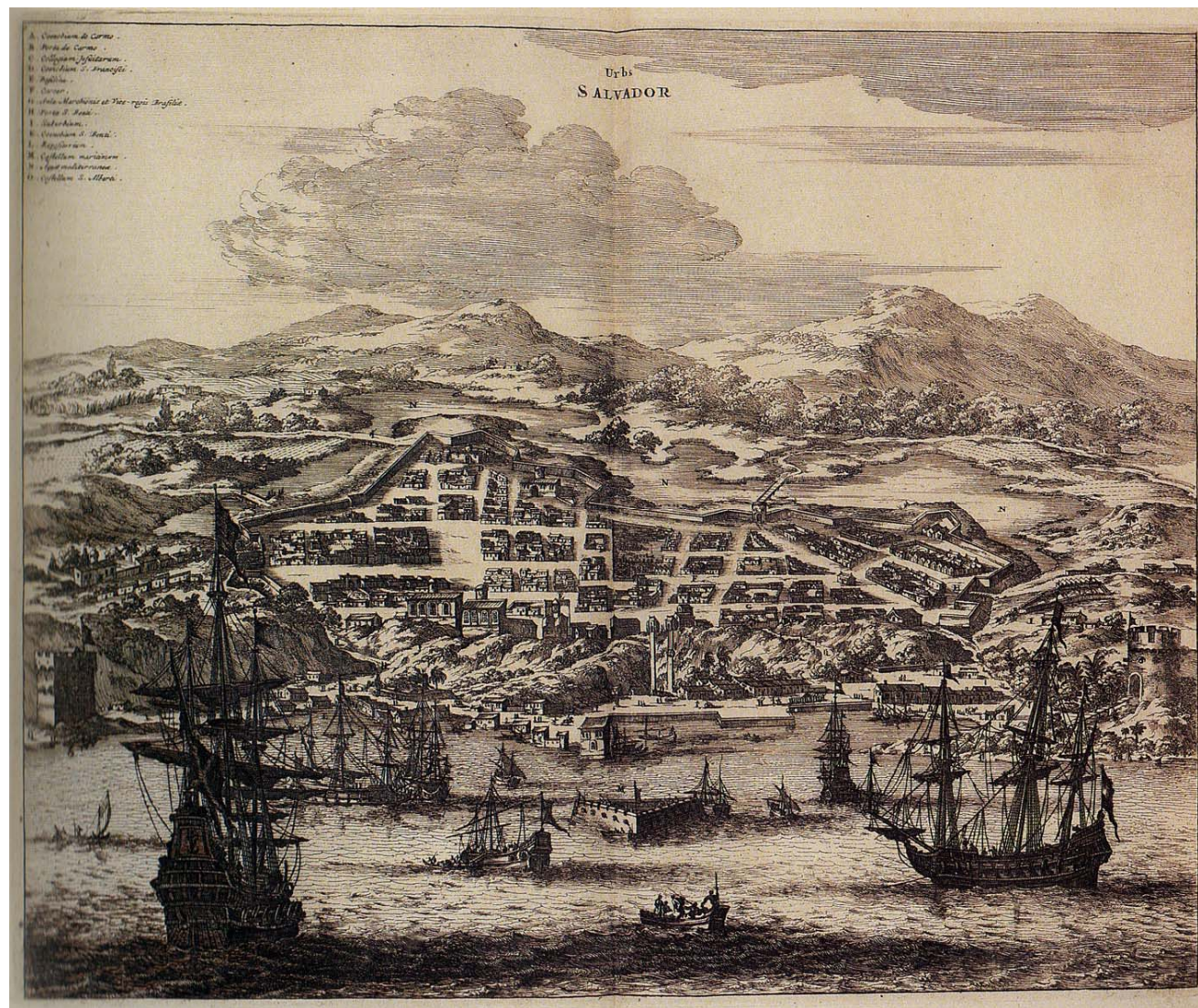
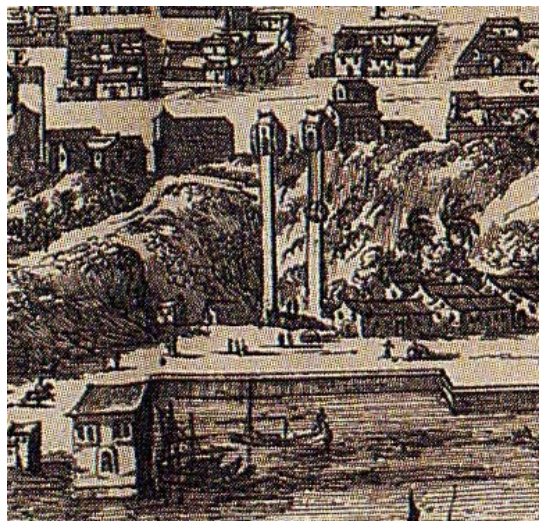
Consideremos inicialmente o primeiro núcleo urbano, no qual se identificaram dois blocos de quarteirões. O primeiro é composto por quarteirões retangulares alongados, que resultam do enfileiramento de lotes compridos, dispostos lado a lado, nos quais a sequência de fachadas é ininterrupta, definindo assim uma rua de frente toda edificada, e uma rua traseira definida por uma sequência igualmente ininterrupta de muros. O segundo é composto por quarteirões mais quadrados, nos quais a sequência de fachadas, também contínua, vira-se para os quatro lados do quarteirão, definido sempre ruas de frente. Nesta formação os quarteirões tinham um miolo não edificado, muitas vezes arborizado.

Segundo Manuel Teixeira⁶, eram ruas de frente aquelas definidas pela linha de fachadas, que passavam na parte frontal dos lotes, onde se

construíam as casas, e ruas de fundo aquelas que cortavam os quarteirões pelos fundos do lote, onde estavam o quintal e/ou uma construção acessória, delimitados por um muro.

Na parte norte da cidade, se repete o segundo formato de quarteirões, de forma mais quadrada, com fachadas em todas as laterais, e um centro essencialmente arborizado.

⁶ O URBANISMO PORTUGUÊS – Séculos XIII – XVIII – PORTUGAL – BRASIL. Capítulo 1 – O urbanismo medieval, Séculos XIII e XIV. Manuel C. Teixeira. Livros Horizonte, 1999



ICONOGRAFIA 37

Título e/ou inscrições: Urbs SALVADOR.

Disponível em: http://digitalgallery.nypl.org/nypldigital_dev/dgkeysearchdetail.cfm?strucid=769504&imageid=1505076#_seemore. Acessado em: 28 mar. 2009.

Autor: Arnoldus Montanus. Ano de publicação: 1671.

Esta vista permite-nos apreender o relevo do sítio de Salvador. A cidade está assentada em dois planos bem distintos, um, mais baixo, junto ao mar, onde se desenrolam as atividades comerciais e portuárias; outro, numa esplanada elevada, a 60 metros do nível do mar⁷, onde se distribui o casario, as igrejas e os edifícios públicos.

Em finais do século XVI ainda não existiam os elevadores que ajudavam no traslado vertical de pessoas e mercadorias. O acesso entre a cidade alta e a cidade baixa dava-se por meio de ladeiras.

⁷ In: Evolução Física de Salvador. Vol.1. 1549-1650, pg. 25. Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia – Salvador: Centro de Editorial e Didático da UFBA., 1979.

Características gerais da cidade



O SÍTIO FÍSICO: Salvador localiza-se num sítio sobranceiro ao mar, na costa de uma baía muito recortada e de grande dimensão, a Bahia de Todos os Santos. O terreno acidentado possuía uma estreita faixa de solo junto à praia que continha um porto natural perfeito para a ancoragem das embarcações.

Junto deste “existia uma grande fonte bem perto do mar, que serviria para aguada dos navios e serviço da cidade”⁸. Acompanhando a linha da costa, um monte com o aspecto de uma esplanada se elevava pouco mais de 60 metros acima do nível das águas, pondo limite à zona da praia. Dentro da imensa baía, a praia onde se instalou a cidade de Salvador era delimitada a norte e a sul, por duas gargantas que ofereciam pontos estratégicos de defesa, e por uma escarpa que formava um paredão natural no lado oeste.

CARACTERÍSTICAS DA MALHA: No início do século XVII, a cidade de Salvador desenvolveu-se em duas áreas distintas que foram designadas por cidade baixa e cidade alta. A cidade baixa se consolidou ao longo de uma faixa estreita junto à praia, e nela se desenrolavam as atividades comerciais e portuárias, tendo sido ali construídas a alfândega, a Casa de

⁸ In: Evolução Física de Salvador. Vol.1. 1549-1650, pg. 24. Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia – Salvador: Centro de Editorial e Didático da UFBA., 1979.

Fazenda, os armazéns e as ferrarias. Na cidade alta, que se implantou no alto do monte, se distribuía o casario, as igrejas e os conventos, e os edifícios público-administrativos. As duas cidades eram interligadas por ladeiras.

A cidade baixa compunha-se por uma faixa edificada longilínea e estreita junto à linha da costa, e era parcialmente defendida por uma muralha (veja imagem 4).

A cidade alta era delimitada por uma muralha, dentro da qual a cidade cresceu em dois períodos, o primeiro, que corresponde ao núcleo inicial da cidade, a sul, e o segundo, ao norte, que se consolidou em decorrência da expansão da cidade em direção às casas religiosas que se haviam construído fora da primeira muralha. Sua malha é bastante regular, com praças administrativas e religiosas, e com quarteirões na sua maioria de forma quadrada, nos quais se dividem e posicionam os lotes de maneira que as casas edificadas na frente destes definem uma sequência contínua de fachadas, que se vira para os quatro lados do quarteirão, definido sempre ruas de frente. Nesta formação os quarteirões apresentam um miolo não edificado, muitas vezes arborizado.

Em um pequeno grupo de quarteirões a sudeste, na parte correspondente ao núcleo inicial, alguns quarteirões têm formato retangular alongado, com lotes dispostos lado a lado, que vão de um a outro lado do quarteirão – no sentido transversal –, onde as construções estão todas no mesmo

lado, definindo assim uma rua principal – a rua de frente –, toda edificada composta pela sequência ininterrupta de fachadas, deixando-se ao fundo um quintal cercado por muro, onde eventualmente se encontra uma construção secundária, que, por sua vez, define uma rua secundária - a rua traseira –, caracterizada pela sequência igualmente ininterrupta de muros.

Fora da cerca, no lado paralelo e oposto ao mar, existia uma ribeira que abastecia de água potável a cidade. Entre a muralha e esta ribeira dispunham-se os terrenos agrícolas.

O PRIMEIRO NÚCLEO URBANO: depois de escolhido o sítio para a sede do governo geral de Portugal no Brasil, a construção da cidade iniciou-se junto à praia, onde o armazenamento de materiais podia ser feito dentro das embarcações ancoradas no ancoradouro natural que a praia oferecia, e também, dentro destas se podiam improvisar barracões de obra. A ermida de Nossa Senhora da Conceição foi a primeira edificação a ser erguida, na cidade baixa, enquanto na cidade alta se empenhavam esforços para construir a muralha e seus baluartes ao mesmo tempo que se iam demarcando as ruas e praças.

Sendo inicialmente mais fácil construir junto à praia, por ali estarem os barcos com os materiais de construção, ferramentas e oficinas improvisadas, a cidade baixa implantou-se com relativa rapidez. Não obstante, na cidade alta tratou-se de erguer, os edifícios públicos

representativos do Centro Administrativo do Brasil, nomeadamente a Casa de Câmara e Cadeia e o Palácio dos Governadores, segundo as traças que o mestre Luís Dias havia trazido consigo de Portugal. Estes configuraram a Praça do Palácio no centro da qual foi colocado o Pelourinho.

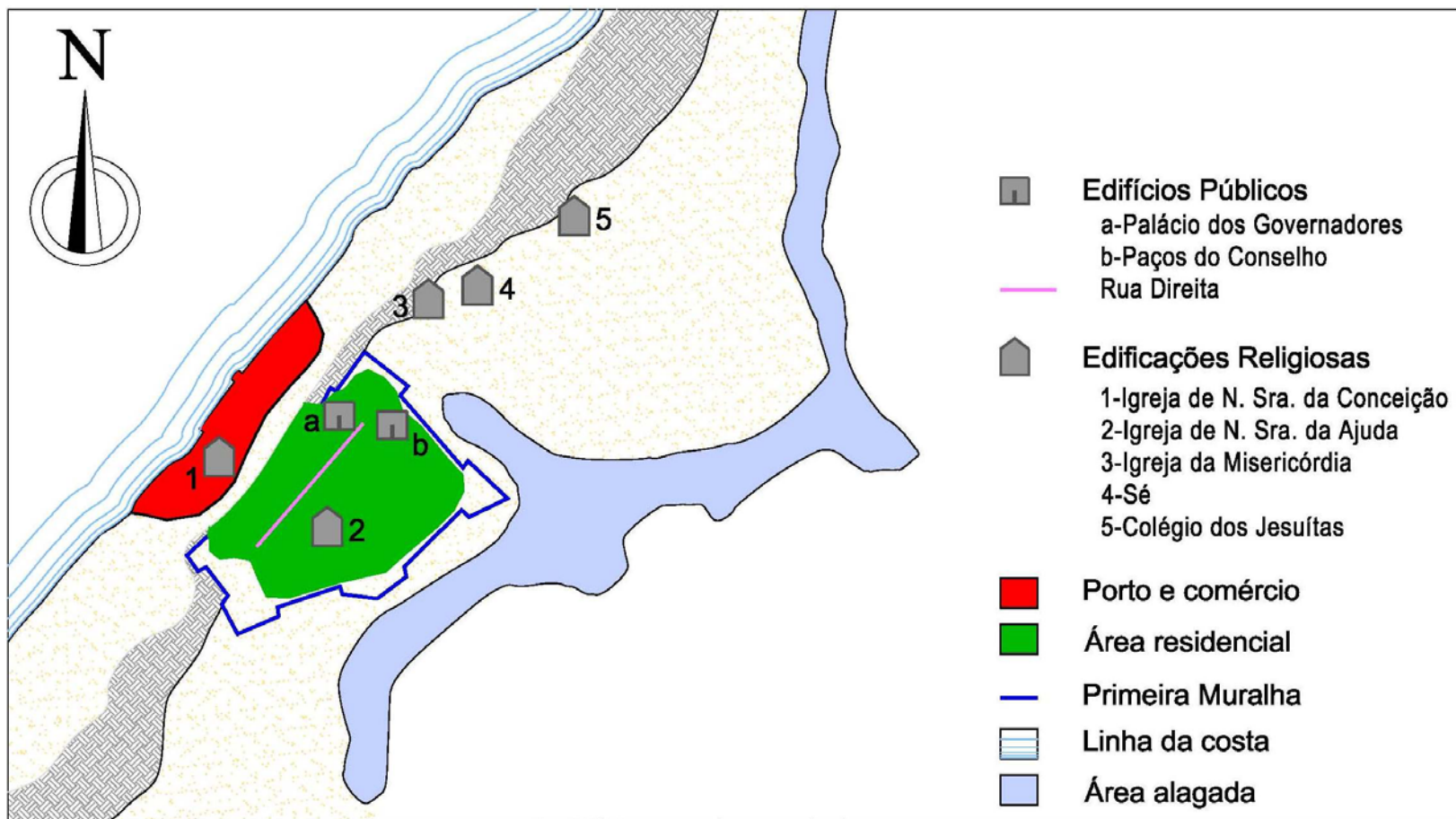
Para além da facilidade de construir junto à praia, a cidade baixa desenvolveu-se mais rapidamente do que a cidade alta porque pelo ancoradouro circulavam muitas pessoas envolvidas com a construção da cidade, e, naturalmente, ali se estabeleceram desde muito cedo os armazéns, oficinas, depósitos e os ranchos dos artífices e obreiros. Estas construções eram de pedra e barro, rebocadas com cal, e com telhados de telha, portanto construções definitivas que garantiam a infra-estrutura necessária para o bom funcionamento do porto.

A Ladeira da Conceição e o Caminho de Carro também foram construídas de imediato, para facilitar a comunicação de pessoas entre a cidade alta e a cidade baixa, e para o transporte dos materiais de construção, estando as duas concluídas em 1550.

Em 1553, a ocupação da cidade alta tinha transcendido a sua primeira muralha, expandindo-se para norte, em direção ao Colégio dos Jesuítas e da Sé. Defronte do colégio o Terreiro de Jesus foi o ponto central e o elemento estruturador da malha urbana daquele novo bairro.

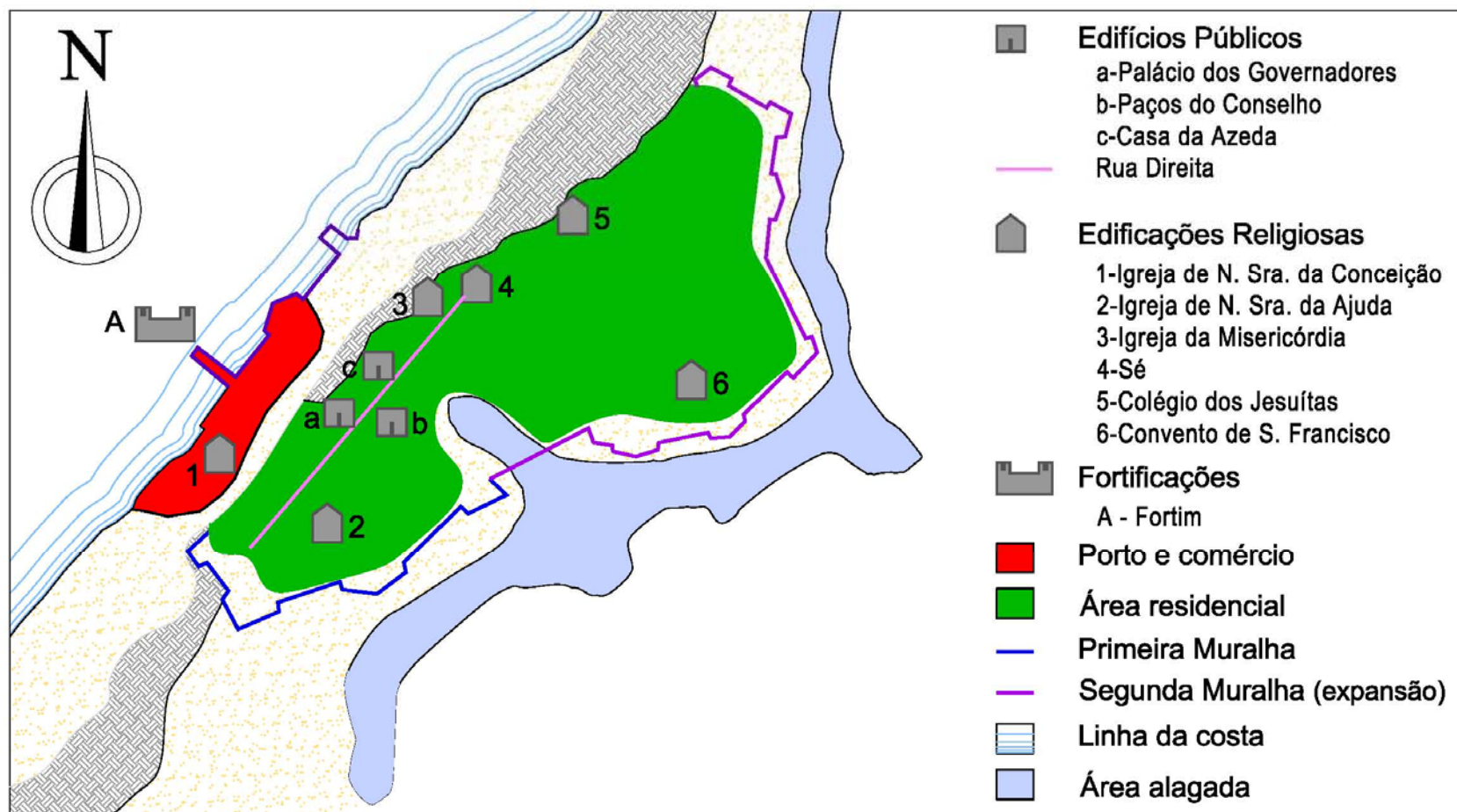
Assim, no início do século XVII a cidade alta contava com dois bairros circundados e protegidos por uma muralha abaluartada, uma praça representativa do poder administrativo, a Praça do Palácio, onde se encontravam a Casa de Câmara e Cadeia, o Palácio do Governador, a Casa da Fazenda e o Pelourinho, e outra praça representativa do poder

religioso, o Terreiro de Jesus, em frente ao complexo do Colégio dos Jesuítas. Algumas ladeiras, além do guindaste dos padres, ligavam a cidade alta e à cidade baixa, onde o porto já se encontrava bem estruturado e defendido por um fortim.



MAPA RESUMO 08
O primeiro estabelecimento português em Salvador.

MAPA RESUMO 09
 Salvador no final do
 século XVI.



3.4. Cidade do Nome de Deus de Macau

Breve histórico

Depois de se terem estabelecido em Goa, os Portugueses continuaram a expandir seus contatos comerciais com os povos do Extremo-Oriente. Percebendo os conflitos étnicos que existiam naquela região, estes navegadores passaram a fazer o intercâmbio comercial entre os povos. Inicialmente os portugueses faziam parada no porto de Cantão, onde abasteciam as embarcações e comercializavam os produtos que traziam, em grande maioria, do Japão. Porém, o governo chinês fechou este porto aos estrangeiros em 1522, o que dificultou a continuidade de tal comércio. Era preciso estabelecer um novo entreposto comercial naquela região, pelo que os portugueses começaram a negociar com os governadores da dinastia Ming a fim de obter concessão para ocupar a península de Guang Dong (atual Macau). Mas os navegadores eram vistos pelos chineses como seres de comportamento animal, que desconheciam os ensinamentos tradicionais chineses, sendo-lhes recusada permissão para habitar no solo chinês. Entretanto, quando ameaçados pelos piratas holandeses, os chineses, reconhecendo a superioridade bélica dos lusos, pediram-lhes proteção contra aqueles piratas, prometendo, em troca, conceder a admissão de uma embaixada portuguesa na península de Macau, e permitir o exercício da propaganda do catolicismo na China. Porém, após a derrota dos holandeses, os chineses continuaram proibindo a permanência de estrangeiros no solo chinês.

Não se dando por derrotados, os estrangeiros continuaram insistindo pela ocupação daquela península, pois necessitavam de um ponto de parada naquela região. A fixação em Macau era fundamental tanto para o abastecimento e aprovisionamento, quanto para o contato com o Japão, com quem os portugueses já mantinham um relacionamento comercial.

Em 1553 o capitão-mor da viagem do Japão, Leonel de Sousa, conseguiu autorização para realização de uma feira anual que durava um dia, no qual tendas eram montadas de manhã, e desmontadas ao fim do dia. Com o sucesso da feira os *folangi*¹ mantinham seus navios ancorados na península de Guang Dong cerca de três a quatro dias, enquanto se prolongava a feira, sem lhes ser autorizada ocupação permanente na ilha.

Cada vez com mais mercadoria, e como não vendessem todos os seus produtos nos dias da feira, os portugueses passaram a ter necessidade de estabelecer-se. Assim, a partir de uma data indefinida, entre os anos de 1553 e 1557, observou-se o aparecimento de edificações permanentes que pertenciam aos comerciantes estrangeiros, pois, percebendo que os mandarins² que habitavam esta península não mantinham administração rigorosa no local, os navegadores adotaram o método de suborno para conseguirem autorização para construir, e, transportando, pouco a pouco, materiais diversos de construção, ergueram suas residências e armazéns

¹ Folangi – era o nome com que correntemente os macaeses de origem chinesa designavam os portugueses.

² O mandarim era o representante das autoridades chinesas que intermediava as negociações entre os governos chinês e português.

de mercadorias. Iniciou-se assim o processo de urbanização de Macau. Não tendo como evitar esta invasão, e interessado na proteção contra os piratas do mar que a presença dos estrangeiros lhes proporcionava, o governo chinês autorizou, em 1557, a construção de oficinas, tornando oficial a ocupação estrangeira no local. A primeira oficina a ser erguida foi a oficina de fundição de canhões de Bocarro.

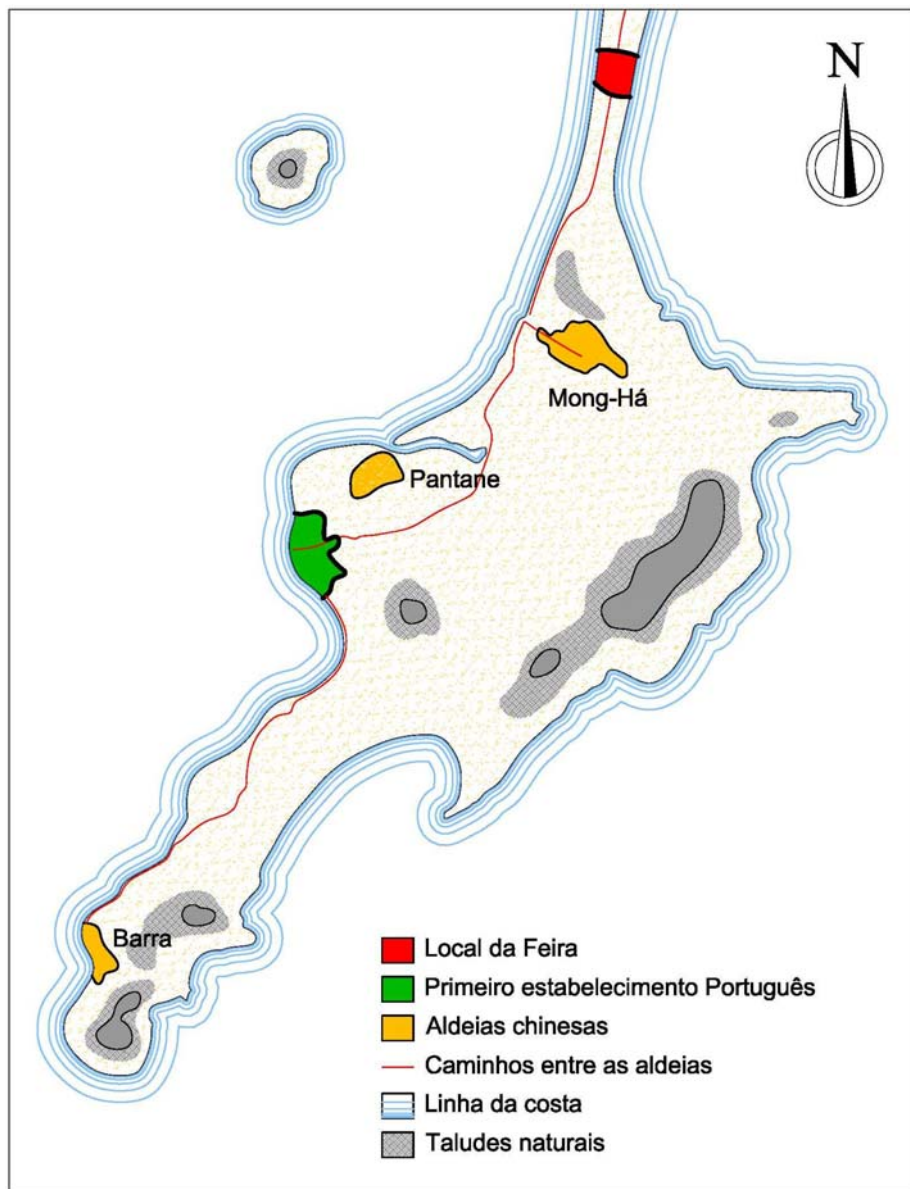
Ainda que os chineses tivessem convenientemente tolerado a ousadia dos navegadores em ocupar a península de Macau sem a sua autorização, estes exigiam que fossem requeridas autorizações para a realização das obras. A população, majoritariamente de navegadores e traficantes enriquecidos pelo comércio ou pela pirataria em alto mar, conferia à cidade um caráter de desordem, e, de fato, o estabelecimento da ordem era uma tarefa difícil de ser cumprida. Não bastando isto, os dois primeiros governadores eleitos da cidade eram descomedidos, tendo causado na população local insatisfação que levou a rebeliões. O aparente caos instalado causava nos chineses permanente desconfiança, deixando-os sempre em estado de alerta em relação aos portugueses. Assim sendo, opuseram-se os chineses à construção da muralha de defesa da península, derrubando-as sempre que se iniciava a construção de uma, pois acreditavam que esta se erguia numa investida contra os povos do continente; esta postura só se viria a alterar quando surgiu o interesse de uma ação conjunta em defesa contra a pirataria holandesa.

Depois de ser oficializada a ocupação portuguesa, a Cidade do Nome de Deus de Macau cresceu muito rapidamente, pois dispunha de grande riqueza advinda não apenas do comércio entre portugueses e japoneses e filipinos, mas também do comércio interno entre os europeus e os chineses, e entre os chineses residentes na península e os que vinham do continente. O casario espalhou-se rapidamente pela península, e os sistemas de defesa foram reforçados – em oposição às normas impostas pelos chineses –, para proteção contra os piratas que vinham do mar. Com a chegada de japoneses, que haviam sido expulsos do Japão devido à prática da fé católica, a silhueta da cidade começou a receber sinos e torres que a embelezaram, pois ao saber que estes eram majoritariamente arquitetos e artistas, os Jesuítas rapidamente os recrutaram para trabalhar na construção de igrejas, das quais se destaca a de São Paulo, hoje cartão postal da cidade.

Assim, em finais do século XVI, Macau era um importante entreposto comercial na rota entre a Índia e o Japão, uma cidade em crescimento acelerado, onde já haviam sido erguidas várias igrejas e outras edificações religiosas, um hospital, inúmeras oficinas, além do vasto casario.

Sequência iconográfica

Por não se ter conseguido adquirir material iconográfico relativo a Macau anterior a 1600, as análises serão feitas a partir de iconografia do século XVII, e a partir de mapas, gravuras e desenhos elaborados por estudiosos desta cidade, e cujas bibliografias foram consultadas. Também foram elaborados croquis sintetizados com base na bibliografia e no material visual consultado, para permitir melhor entendimento das questões pertinentes a este estudo. A principal fonte de obtenção de mapas resumo, gravuras e desenhos foi a Revista de Cultura Nº 34 (II Série), na Edição em Português. Esta revista é editada pelo Instituto Cultural de Macau.



MAPA RESUMO 10

O primeiro estabelecimento português em Macau.

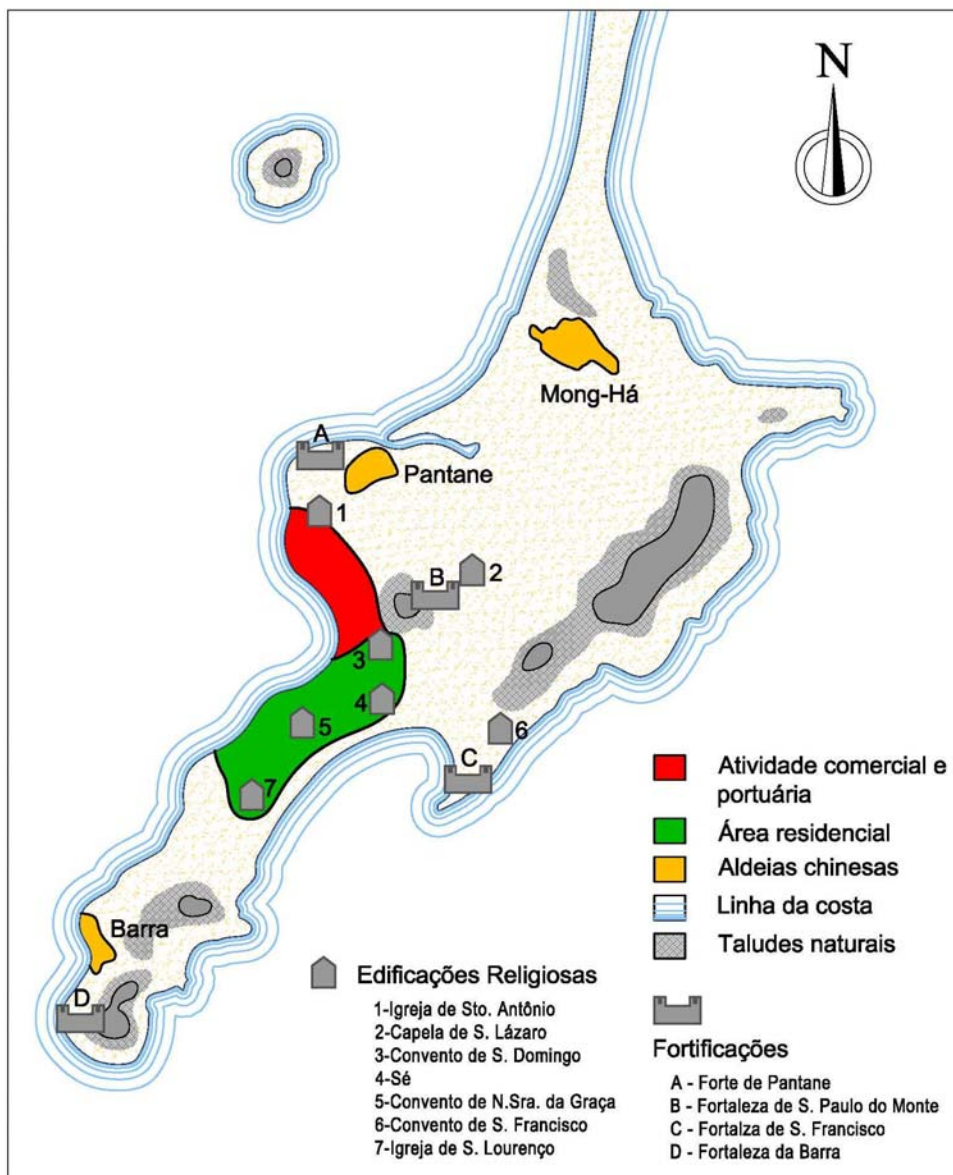
A imagem 01 mostra a ocupação da península de Macau antes da chegada dos portugueses. Esta era ocupada por aldeias de chineses que se dedicavam à pesca e à agricultura. O primeiro núcleo português estabeleceu-se junto a Patane, como mostra a imagem 02, em uma das extremidades da Praia Pequena, onde se encontrava o porto. Localizado entre as aldeias chinesas, este núcleo viria a ser um ponto de passagem no intercâmbio entre aqueles nativos, o que favoreceu não apenas o comércio, mas também o relacionamento dos estrangeiros com os chineses que habitavam a península.

NOTA: Croqui-resumo executado com base nos artigos:

- *Macau - Da fundação aos anos 70. Evolução socio-economica e arquitetônica*. Maria Calado, Maria Clara Mendes e Michel Toussant; e,

- *Um percurso ao encontro do medievalismo em Macau*. Carlos Baracho.

In: Revista de Cultura Nº 34 (II Série), na Edição em Português. ICM Janeiro/Março de 1998.



MAPA RESUMO 11

Macau no final do século XVI.

Uma vez estabelecidos, os estrangeiros trataram de edificar a cidade e equipá-la com igrejas e edificações militares. A imagem 03 mostra que no final do século XVI já se tinham construído o Forte de Patane, a Fortaleza de São Paulo do Monte, a Fortaleza de São Francisco e a Fortaleza da Barra. Sabe-se por fonte bibliográfica que nesta altura os lusos também já tinham erguido muralha. Porém, não se consegue definir seu perímetro, pois sempre que os portugueses empenhavam esforços para erguer a muralha, as autoridades chinesas imediatamente a derrubavam. Sabe-se pelos relatos históricos que no início do século XVII a cidade encontrava-se desprovida de cercas.

Além das fortificações foram construídas, naquela segunda metade do século XVI, sete edificações cristãs, nomeadamente: a igreja de Santo António, a capela de São Lázaro, o convento de São Domingos, a Sé, o convento de Nossa Senhora da Graça, o convento de São Francisco e a igreja de São Lourenço. O comércio estava concentrado na área adjacente a Patane, onde se iniciara o assentamento da cidade, mas havia também uma área comercial no braço de terra que faz ligação da península com a ilha de Guau Xau, que era a área onde se realizava a feira. A área residencial desenvolveu-se ao longo da Praia Pequena, estendendo-se até à Praia Grande.

NOTA: Croqui-resumo executado pela aluna, com base no artigo:

- *Macau – Da fundação aos anos 70. Evolução socio-economica e arquitetônica.* Maria Calado, Maria Clara Mendes e Michel Toussant. In: Revista de Cultura Nº 34 (II Série), na Edição em Português. ICM Janeiro/Março de 1998.



Segundo Francisco Roque de Oliveira³, esta é provavelmente a imagem mais antiga que se tem de Macau. Com o traçado muito simples, o mapa não registra o casario, e assinala apenas algumas edificações religiosas e de defesa. Podem identificar-se as mesmas edificações cristãs e militares que se registraram na imagem 03. Além destas está marcada uma cerca delimitando a área do calçado mandarim, podendo este corresponder à aldeia de Patane.

ICONOGRAFIA 38

Título e/ou inscrições: MACAO – SIDADE DE CHINA

Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-53.htm>

Acessado em: 3 mai. 2008. In: Livro de Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental. António Bocarro, 1634. Autor: Godinho de Erédia. Ano de publicação: 1615-1622.

³ Cartografia Antiga da Cidade de Macau, C. 1600-1700: Confronto Entre Modelos de Representação Europeus e Chineses. Francisco Roque de Oliveira. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales da Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (53), 1 de agosto de 2006.



ICONOGRAFIA 39

Título e/ou inscrições: MACAO. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-53.htm>. Acessado em: 26 jan. 2005.

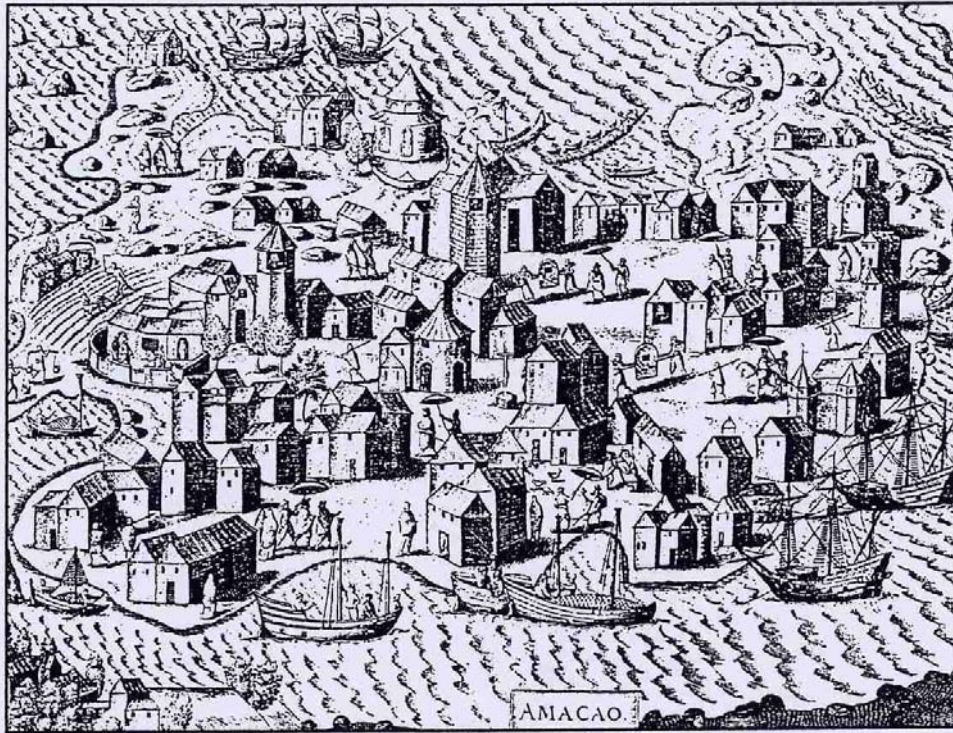
In: Livro de Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental. António Bocarro, 1634.

Autor: Barreto de Resende. Ano de publicação: 1634.

Esta gravura mostra a cidade de Macau toda cercada por muralha e com o seu sistema defensivo bastante reforçado. Sabe-se que no início da ocupação portuguesa chegou a ser erguida uma cerca de taipa para delimitar o espaço da cidade portuguesa na península, e para proteção contra prováveis invasores que chegassem pelo mar. Porém, a cerca foi demolida. É provável que aquela primeira cerca tivesse sido erguida, na parte interior, ao norte, no mesmo local que a cerca representada por Resende nesta imagem.

Dentro da cerca pode-se ver a cidade onde as habitações se aglomeram em quantidades diferentes, definindo assim grupos habitacionais de tamanhos diferentes, que continham, no seu interior, arborização. Pode-se deduzir que estes aglomerados habitacionais correspondam, cada um, a um quarteirão, e, se assim for, estes certamente terão forma e tamanho irregulares. A disposição destes conjuntos residenciais sugere que as ruas deviam ser sinuosas, não se podendo afirmar se estreitas ou largas. Nota-se ainda que as construções correspondentes às edificações religiosas têm suas próprias muralhas, independente das muralhas externas da cidade, e que defronte destas abrem-se adros e terreiros devidamente assinalados com cruces.

Ao norte identifica-se a aldeia chinesa de Mong-Há e o portão de acesso à península na extremidade do braço que liga esta à ilha de Guau-Xau.



ICONOGRAFIA 40

Título e/ou inscrições: AMACAO

Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-53.htm>

Acessado em: 3 mai. 2008.

Autor: Theodore de Bry.

Ano de publicação: 1606-1607.



Ainda opinando Roque de Oliveira⁴, apesar de bastante pitoresca, esta gravura, serviu de modelo aos holandeses, alemães e italianos de Veneza na sua produção iconográfica de Macau no século XVII. Destituído de relevo, o desenho representa a cidade com edificações bastante sólidas (considerando-se que nos primeiros anos de ocupação lusa as construções eram tendas feitas em bambu, madeira, peles de animais e fibras vegetais), de estilo ocidental, algumas com três pavimentos. Apesar da sua composição aleatória é possível identificar algumas das igrejas e fortificações. A gravura mostra também espaços livres entre os grupos de casas, que correspondem às praças, aos terreiros, ou aos adros das igrejas. Não se podem identificar claramente as ruas, mas nota-se que estas são irregulares.

⁴ Cartografia Antiga da Cidade de Macau, C. 1600-1700: Confronto Entre Modelos de Representação Europeus e Chineses. Francisco Roque de Oliveira. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales da Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (53), 1 de agosto de 2006.



ICONOGRAFIA 41

Título e/ou inscrições: MACAO

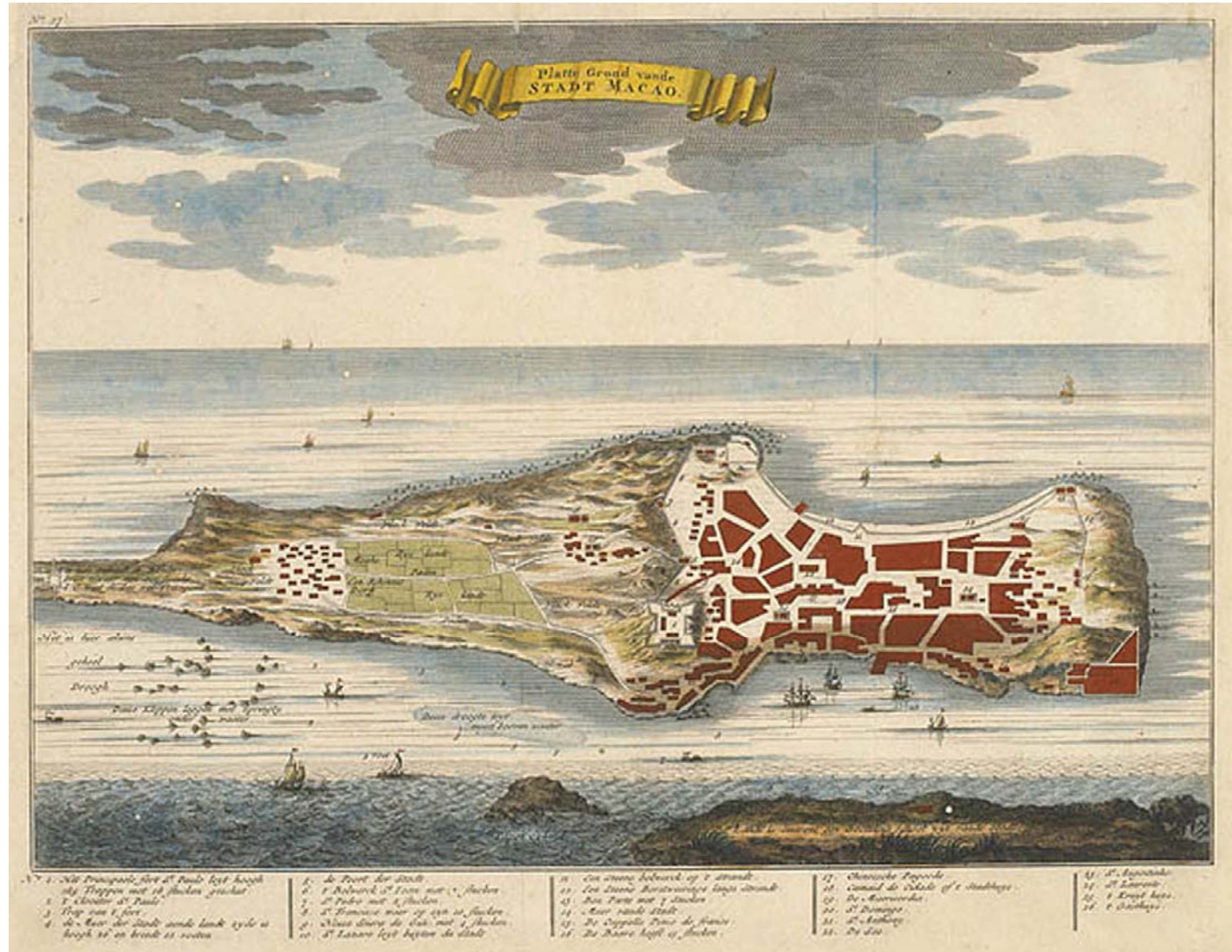
Legendas da fonte: Vista de Macau em 1637, publicada nas "Viagens de Peter Mundy", Londres, 1907-36.

In: KAIJIAN, Tang. *Macau – Notas Sobre a Evolução Urbana e Arquitetônica Durante a Dinastia Ming*. **RC - Revista de Cultura** - Edição em Português. Macau, s. 2, n.34, p.47, jan/mar. 1998.



Mais uma gravura pitoresca de Macau, onde se podem identificar as aldeias chinesas separadas da cidade portuguesa, esta última, aparentemente dominando quase todo o espaço da península. Existe grande semelhança desta representação com a imagem anterior, portanto, é provável que o mapa de de Bry tenha sido fonte de inspiração

para a elaboração desta pintura. Podem identificar-se os mesmos elementos: edificações de até três pavimentos, igrejas em meio ao casario, espaços que se abrem para formas adros ou praças, e uma irregularidade acentuada na implantação das construções, que, certamente, definem ruas tortuosas.



ICONOGRAFIA 42

Título e/ou inscrições: Platte Grond vande - STADT MACAO. Fonte: imagem do Arquivo Virtual de Cartografia urbana Portuguesa; disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/MEDIAS1/11.5.htm. Acessado em: 01 jul. 2004. Autor: Valentim. Ano de publicação: 1665.

Diferente do mapa de Resende, que nos mostra com detalhe vários elementos da cidade de Macau, Valentim apresenta-nos um mapa de cheios e vazios, onde se podem perceber os trajetos das ruas pelos vazios deixados entre as massas edificadas, a cheio. Sequer a preocupação em representar os grandes pátios das fortalezas incomoda o autor, à exceção da Fortaleza do Monte, que foi desenhada não como um bloco totalmente edificado, mas com suas edificações internas independentes do perímetro definido pelas muralhas.

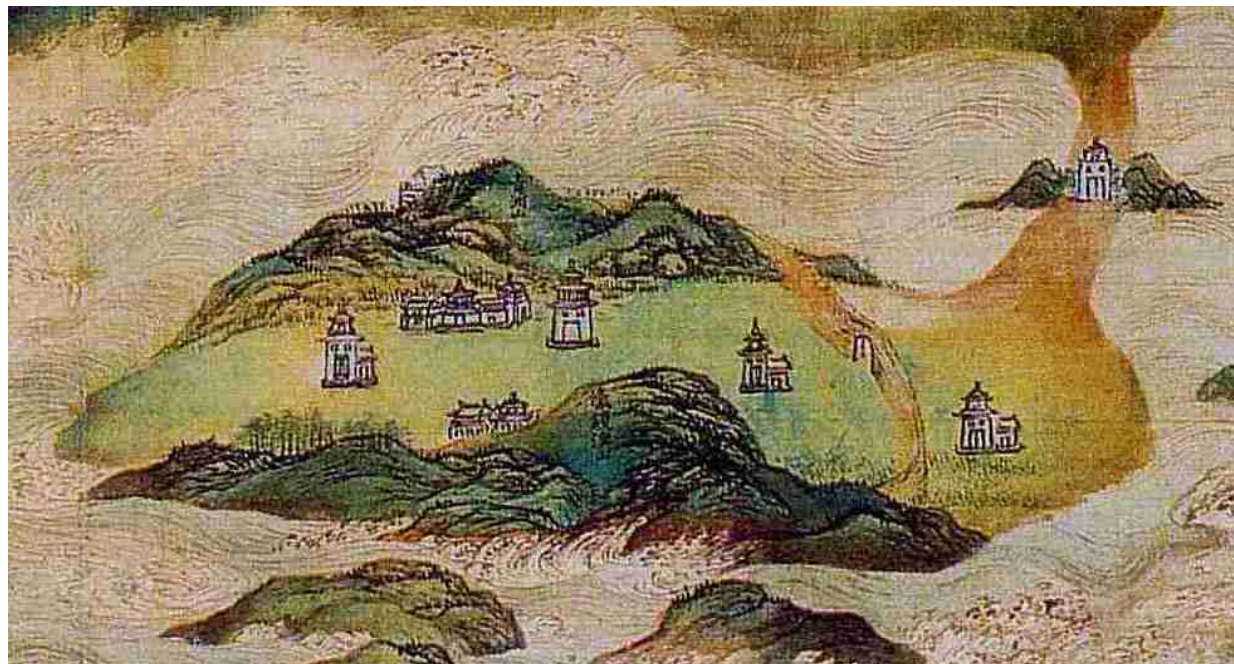
Este mapa permite-nos compreender a malha da cidade, que se caracteriza, essencialmente, por um traçado irregular, com ruas tortas e de comprimento pequeno, onde eventualmente se abrem adros ou terreiros. Uma muralha cerca a cidade, e existem áreas contíguas a esta que se encontram livres – possivelmente terrenos que propositalmente se inserem dentro do perímetro da cerca, prevendo o crescimento e expansão da cidade. Ao longo dos muros se distribuem fortificações em pontos estratégicos de defesa. Junto ao porto, as feitorias aglomeram-se de maneira a configurar quarteirões de formato estreito e alongado, que se dispõem linearmente ao longo da costa, enquanto que nas áreas residenciais os grandes blocos de quarteirões definem figuras irregulares, em sua maioria trapezoidais.



ICONOGRAFIA 43

Legendas da fonte: Mapa do distrito de Xiangshan incluído no Atlas da Prefeitura de Cantão (1685). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-53.htm>. Acessado em: 3 mai. 2008. Autor: não informado.

Esta pintura oriental mostra a relação da península de Guang Dong com a ilha de Xiangshan. Pode-se ver que Macau estava ligada à ilha por um estreito braço de terra firme, no qual o governo chinês construiu um portão amuralhado, com o objetivo de impedir que os portugueses passassem para além dos limites da península, e de controlar a entrada e saída de locais na cidade ocidental. Além deste portão, existia a muralha portuguesa, que, na segunda metade do século XVII passou a ser aceita pelos orientais. Provavelmente todas as outras muralhas que os portugueses tentaram erguer nos primeiros anos da cidade delimitavam um perímetro semelhante ao aqui representado.

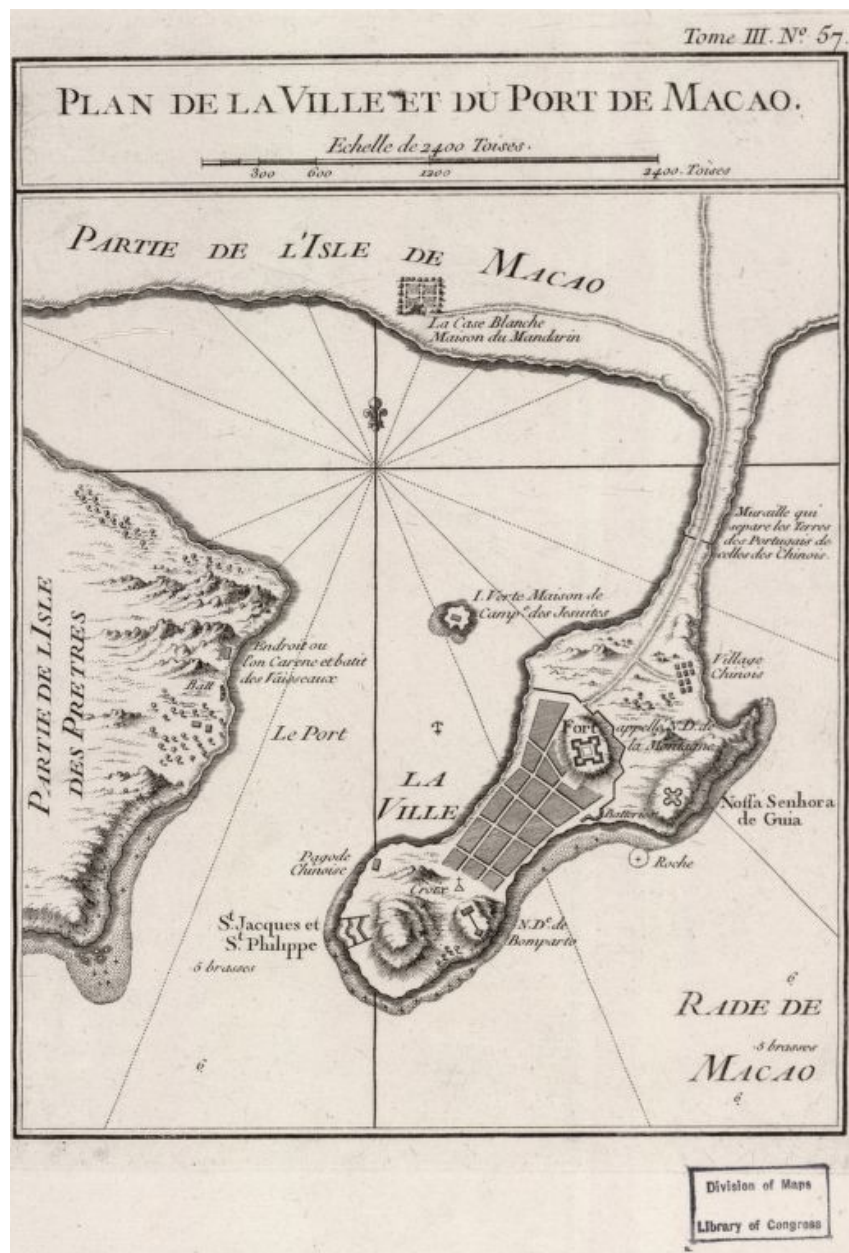
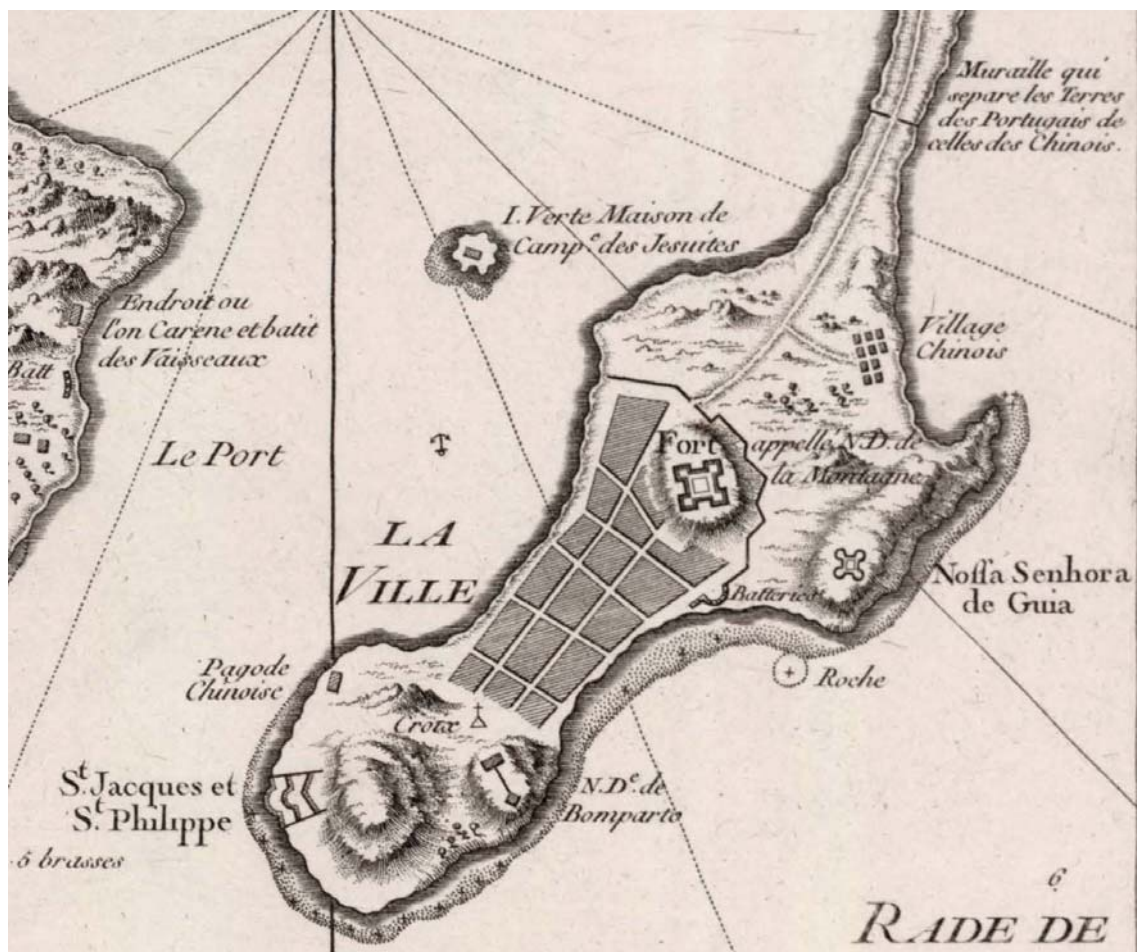


Ao analisar esta gravura, Francisco Roque de Oliveira nota que “o número de edifícios representados no enclave luso supera em muito o número daqueles que figuram dentro do perímetro da própria capital do distrito”, e que a península está “sobredimensionada em relação à restante área da ilha de Xiangshan”⁵. Segundo explica, os territórios edificados estão representados de maneira pontual, em pequenos núcleos; assim sendo, o fato da área da Macau não estar totalmente preenchido por edificações não serve de parâmetro para avaliar o tamanho e a importância da

⁵ Cartografia Antiga da Cidade de Macau, C. 1600-1700: Confronto Entre Modelos de Representação Europeus e Chineses. Francisco Roque de Oliveira. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales da Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (53), 1 de agosto de 2006.

cidade. Ao invés disto, a leitura é comparativa, e, por se encontrar em Macau maior número de construções, em associação ao superdimensionamento do promontório, duas interpretações são possíveis: a) que a cidade portuguesa era maior em tamanho; b) que era muito forte a influência lusófona na região, fosse pelo alcance comercial e religioso, fosse pela superioridade bélica/militar.

Na segunda metade do século XVII já existiam em Macau pelo menos 11 edificações religiosas cristãs e 10 edificações militares. Assim, não é seguro tentar identificar o que representam os desenhos de construções isoladas dentro da área de Macau.



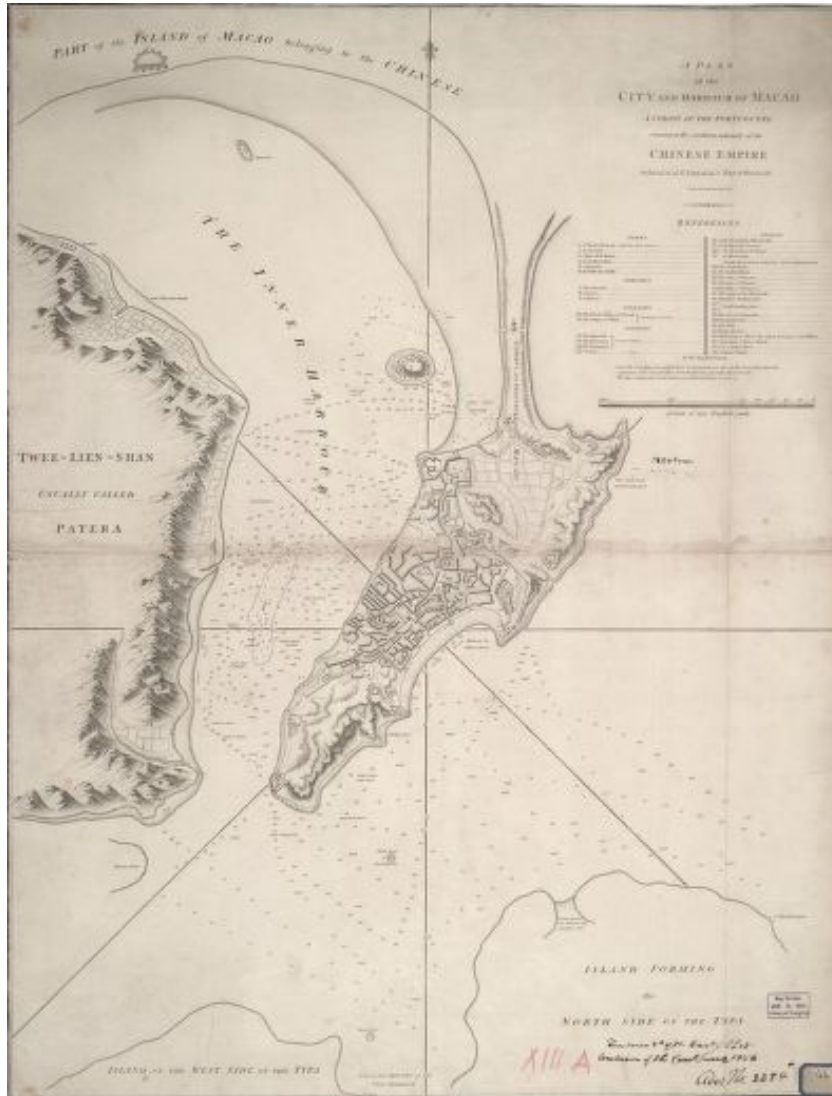
ICONOGRAFIA 44

Título e/ou inscrições: Plan de la Ville et du Port de Macao.

Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/ammem/gmdhtml/cityhome.html>.

Acessado em: 15 jun. 2009. Autor: Bellin Jacques Nicholas. Publicado em 1764, no Le petit atlas maritime, de Bellin.

Neste mapa, Bellin desenhou a cidade de Macau com uma malha ortogonal muito regular, com grandes quarteirões retangulares e ruas perpendiculares. É possível que sua intenção fosse somente a de mostrar a “mancha” da área edificada sobre a península, uma vez que esta quadrícula em nada se identifica com a cidade que existia. O autor não faz qualquer esforço em representar o tortuoso das ruas, ou o retalhado desenho de cheios e vazios dos blocos edificados e dos terreiros e praças. Em vez disso, preocupa-se em assinalar as principais fortificações existentes e alguns outros elementos que contextualizam o cenário local. Encontram-se anotados no mapa as fortalezas de Nossa Senhora do Bom Parto, Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora do Monte; o templo chinês de Ma-Kok-Mil sob o título *Pagode Chinoise*; o portão de entrada para a península, com as seguintes inscrições “*Muraalle qui separe Iês Terres dês Portugais de celles des Chinois*”. No local onde estaria a Fortaleza da Barra está escrito St. Jacques et St. Philippe. Na Ilha Verde está indicado o *Maison de Camp.^e dês Jesuïtes*. Também se pode identificar a muralha portuguesa que estabelecia o limite da cidade, separando-a dos campos de cultivo e da aldeia chinesa de Mong-Há, esta última representada também com formas muito sintéticas, e indicada com o termo *Village Chinois*.



ICONOGRAFIA 45

Título e/ou inscrições: A Plano f the City and Harbour of Macao. A Colony of the Portuguese situated at the Southern extremity of the Chinsese Empire.
 Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/ammem/gmdhtml/cityhome.html>. Acessado em: 15 jun. 2009. Autor: Benjamin Baker. Publicado em 1796.

Este mapa apresenta a planta de Macau bastante detalhada, onde se podem identificar as construções organizados na legenda segundo os diferentes tipos: forts, parishes, colleges, convents, chapels, other buildings & places most remarkable.

Pela planta vemos que as ruas são tortuosas e os quarteirões têm tamanhos muito variados, com formas em sua maioria irregulares. A existência de quarteirões de forma alongada, dispostos perpendicularmente à linha da costa e de praias livres com pequenos ancoradouros indicam uma área ao longo da Praia Pequena onde se desenrolava a atividade portuária. No centro da malha encontram-se representações eclesiásticas e governamentais ao redor das quais se distribui o casario. Nas extremidades da cidade encontram-se fortificações; de Nordeste a Sudeste a muralha cerca o perímetro da cidade transversalmente, de um lado a outro da ilha, desde a costa da Praia Pequena até à costa da Praia Grande. O relevo montanhoso na ponta Sudoeste configura defesa natural; não obstante está ali instaladas a fortaleza da Barra.



ICONOGRAFIA 46

Título e/ou inscrições: Macau em 1840.

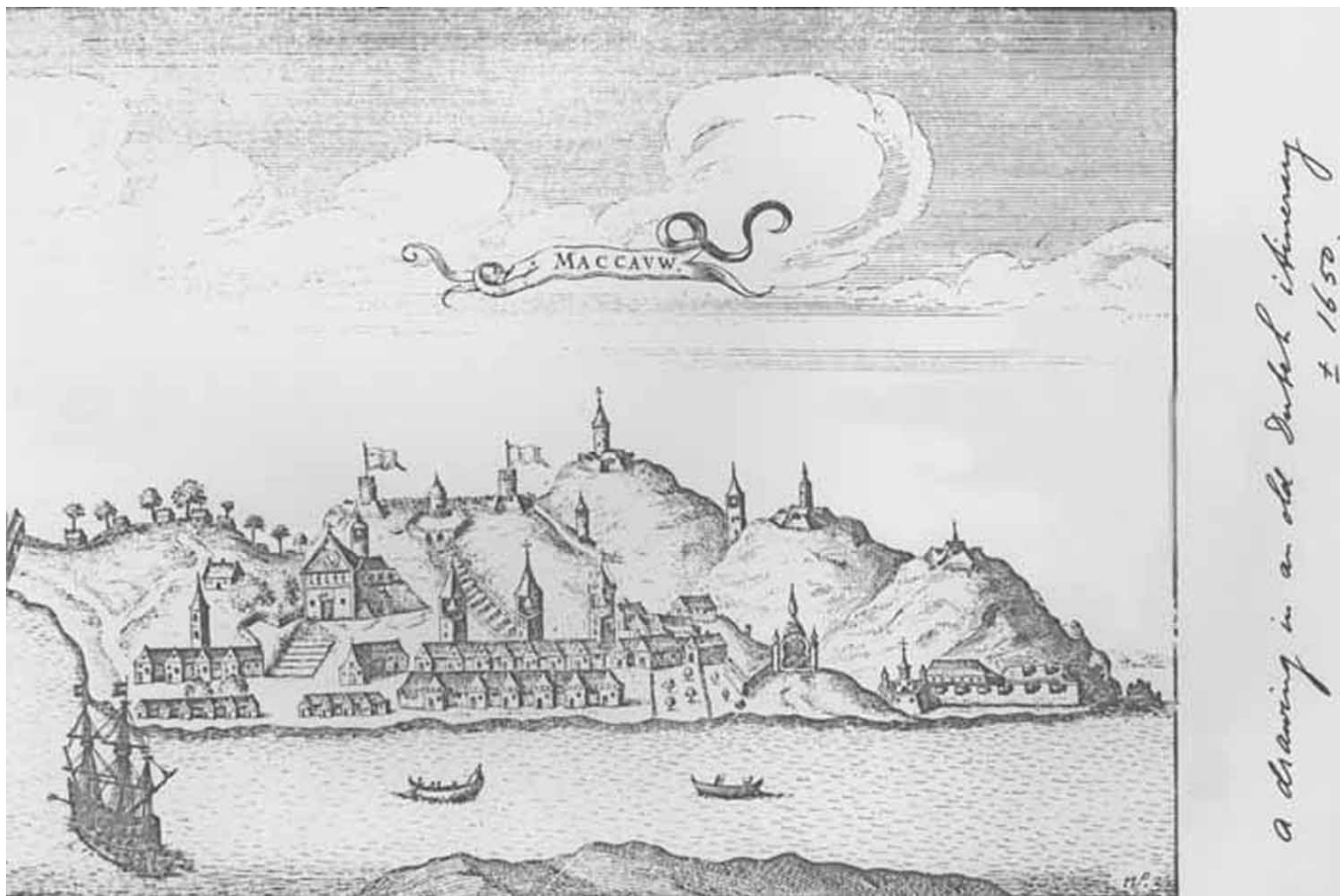
Disponível em: <http://purl.pt/11434.html>. Acessado em: 15 jun. 2009.

Autor: W. Bramston.

Quase pitoresco, o mapa de Bramston é extremamente simplificado, e pouca informação se pode extrair dele. Entretanto, o desenho mostra de maneira sintética as ruas da cidade, umas cheias de curvas, outras retas, que delimitam quarteirões irregulares. Nota-se ainda que a área da cidade está totalmente ocupada.

NOTA: este mapa é um detalhe retirado da Planta Geral da Cidade e Novo Porto de Macau, publicada pela Direção das Obras do Porto de Macau em 1927. Autores: João Carlos Alves e João Barbosa Pires.

Autor do mapa do detalhe: W. Bramston.



ICONOGRAFIA 47

Título e/ou inscrições: MACCAVW

A drawing in an old Dutch itinerary (+- 1650)

Disponível em: www.tvciencia.pt.

Acessado em: 26 jun. 2009.

Esta gravura de Macau tem o relevo representado de maneira bastante exagerada, e embora a cidade se apresente de forma sumária, se dá especial atenção às fortificações e às edificações religiosas. As feitorias, implantadas ao junto à costa, e o casario se distinguem pela escolha dos elementos que as representam; as primeiras são edificações de menor porte, enquanto as segundas são de porte maior, subentendendo a

verticalidade dos edifícios (como se viu em outras iconografias). Constam ainda na gravura o templo chinês de Ma Kok Miu, que se diferencia pela tipologia tipicamente oriental, e a aldeia chinesa de Mong-Há.

Características gerais da cidade



O SÍTIO FÍSICO: é uma grande península de contorno rebuscado, localizada na ponta da ilha de Guau-Xau, na foz do delta do Rio da Pérola, na boca de Cantão. Sua topografia era plana em uma vasta área central da península, onde se estabeleceu o núcleo inicial da cidade, com morros na ponta sul, uma cadeia montanhosa a nordeste, e morros na parte norte. A península encontrava-se ligada à ilha por um estreito braço de terra ao norte. A ponta sul, por onde as embarcações tinham acesso ao lado interior da península, encontrava-se protegida do mar aberto pela Ilha de Taipa. O lado da península voltado para o oceano não tinha quaisquer proteções, pelo que era vulnerável à força do mar e do vento, e aos tufões freqüentes naquela região. O lado interno da península assemelhava-se muito a uma baía, onde seus próprios contornos formavam braços de terra que ofereciam proteção à praia, e onde existiam bons ancoradouros, principalmente a noroeste, e que estavam protegidos das tempestades. Próximo à península existem várias ilhas, a sul e a oeste, nomeadamente a Ilha Verde, a Ilha da Lapa, a Ilha de Taipa, a Ilha de Dom João, a Ilha de Coloane e a Ilha da Montanha.

CARACTERÍSTICAS DA MALHA: o primeiro núcleo urbano de Macau implantou-se junto ao porto, e estruturou-se a partir de um cruzamento de duas ruas principais, conforme afirmaram Beatriz B. Silva e Guo Frei:

“Entre 1573 e 1575, só havia em Macau uma avenida, ladeada por grades de madeira, que conduzia a quatro bairros residenciais.”⁶

“... na cidade de Macau há uma avenida encruzilhada, cujas ruas conduzem a quatro direções, ladeadas por grades e designadas respectivamente pelos quatro caracteres *Wèi, Wéi, Huai e De*; e as casas que ficam aos seus lados direitos e esquerdos têm, respectivamente, dez números de porta...”⁷

Embora a idéia de um cruzamento possa sugerir ortogonalidade, as ruas macaenses eram tortuosas e aparentemente desorganizadas, pois iam se ajustando à topografia do terreno e à construção espontânea e desregrada. O Largo do Senado era um elemento estruturador da cidade, “onde desembocavam duas ruas principais e sete secundárias”⁸. A Rua Direita também estruturava o espaço, ao longo da qual se distribuíam as igrejas, que, por sua vez, eram pólos de aglutinação de residências. Defronte das igrejas e edifícios públicos restavam espaços abertos que correspondiam aos adros.

⁶ Beatriz B. Silva, Cronologia da História de Macau. Citada por Tang Kaijian, op. cit. pg. 50.

⁷ Volume LIXXX da obra de Guo Frei, Registos Gerais de Cantão. Citado por Tang Kaijian no artigo Macau – Notas sobre a evolução urbana arquitectónica durante a dinastia Ming. In: Revista de Culturano 34 (II SÉRIE), pg. 49. Edição em Português. ICM. Janeiro/Março 1998.

⁸ In: Macau – Da fundação aos anos 70. Evolução sócio-económica, urbana e arquitectónica. op. cit. pg. 90.

Os lotes eram bastante irregulares, com tamanhos e formas variadas, e agrupavam-se em quantidades desiguais, configurando quarteirões de formas e tamanhos variados. Dentro destes as casas faceavam as ruas, e tinham pátios ajardinados e terraços.

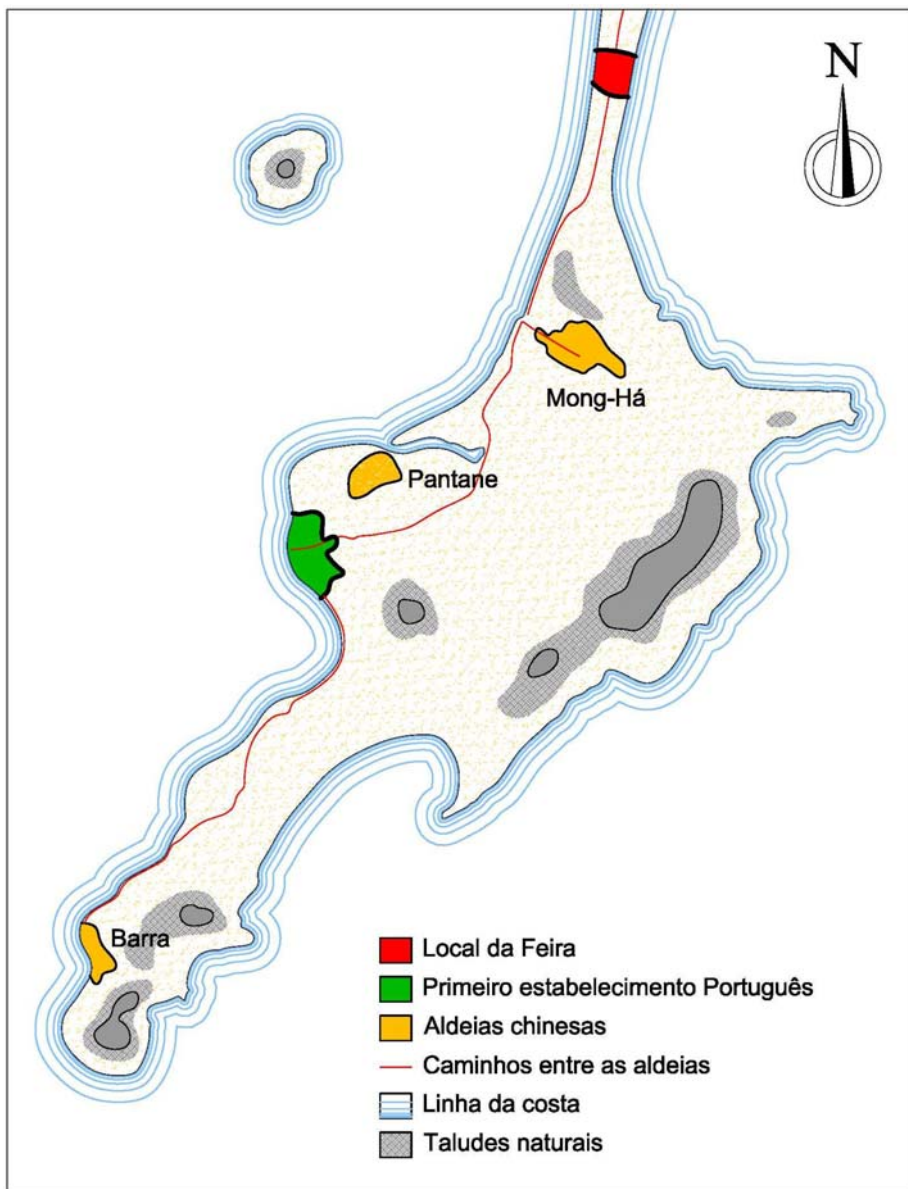
O PRIMEIRO NÚCLEO URBANO: uma das mais primitivas ruas de Macau denominava-se Rua dos Mercadores, porque quem inaugurou a ocupação lusófona na península foram, naturalmente, os mercadores, que ergueram suas habitações ao longo desta. Tais habitações eram feitas de bambu, madeiras variadas, folhas de palmeira e peles de animais, técnica construtiva que já dominavam devido ao contato que tinham com os goeses. Por esta razão os chineses chamavam esta via de leng-Tei-Kai, que significa “acampamento”. Mais tarde esta arquitetura foi sendo gradualmente substituída pela construção com tijolos de argila, madeira e telhas vidradas.

As aldeias chinesas que já existiam à chegada dos portugueses mantiveram-se nos mesmos locais, ocupando pequenas áreas a norte e a sul. O primeiro núcleo foi cercado por um tabique de madeira, que fazia a separação dos territórios português e chinês. Porém esta cerca foi rapidamente destruída pelos chineses que se sentiam ameaçados com a sua construção, pois temiam que os estrangeiros pudessem voltar-se contra eles num ataque. Esta viria a ser a história das muralhas macaenses que passou por sucessivas construções e demolições. Sabe-se que em finais de 1500 não havia muralhas defensivas na cidade, como

comprova o material iconográfico do início do século XVII. Portanto, a estrutura do primeiro núcleo urbano de Macau ocorreu independentemente de um cerco que a delimitasse.

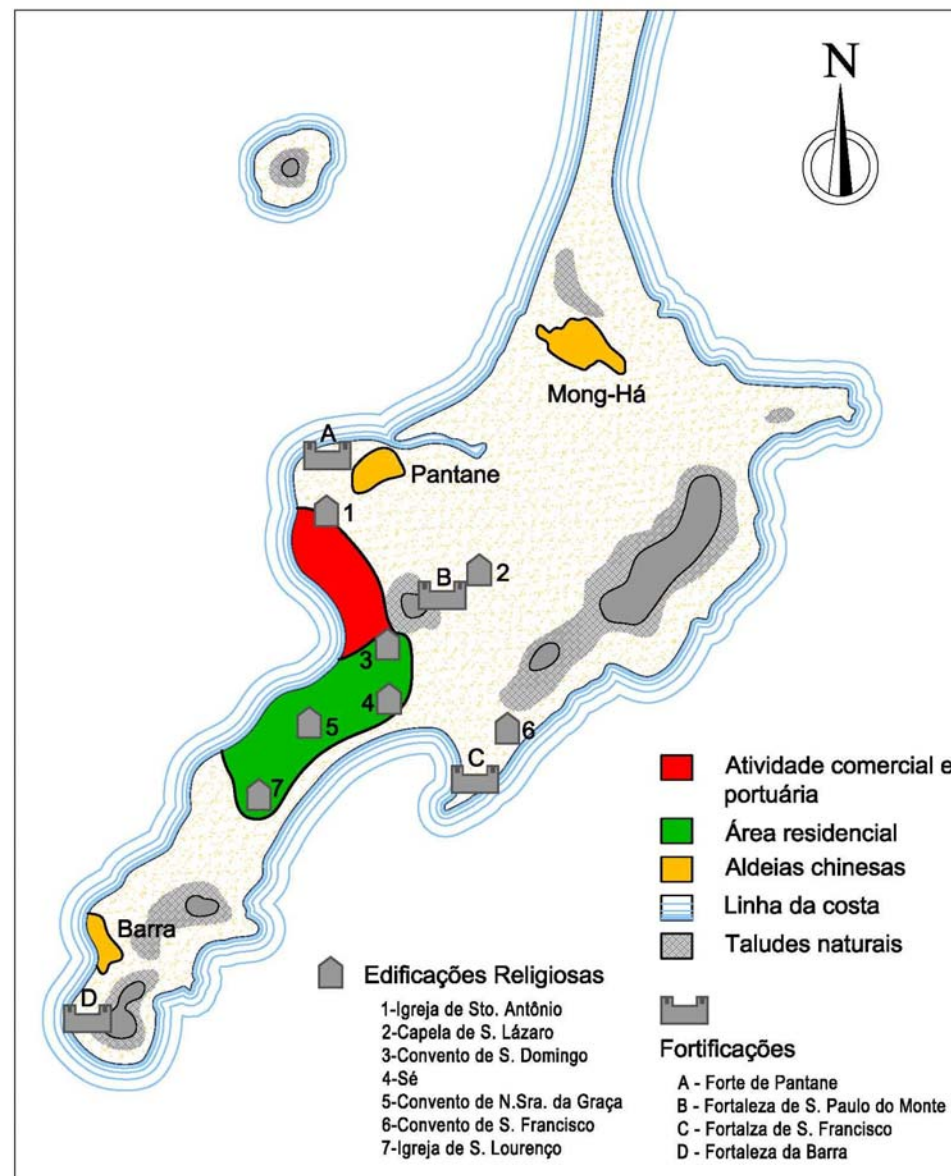
Não diferente dos casos anteriores, as igrejas foram pólos de atração no crescimento da cidade. No caso de Macau, porém, elas desempenharam ainda um papel importante de afirmação das ideologias religiosas ocidentais; com tais intenções, imediatamente a seguir ao início da ocupação os portugueses trataram de erguer edificações religiosas. No final do século XVI já se tinham construído em Macau três igrejas, três conventos e uma capela, além da Misericórdia.

Em finais do século XVI havia duas construções públicas chinesas em Macau: Templo de A-Má, a sudeste e o Templo Winfukguse. Além destes, havia quatro organismos públicos e administrativos chineses, que tinham sede em suas próprias edificações de estilo oriental, onde se realizavam convenções ou negociações com os portugueses sobre os assuntos comerciais e marítimos. Este foi, dentre os exemplos estudados, o único caso onde a administração urbana luso-colonial esteve submetida a um controle externo ao da Coroa ou da Igreja. Mesmo assim, as características da cidade portuguesa ficaram, sem dúvida, impressas.



MAPA RESUMO 10

O primeiro estabelecimento português em Macau.



MAPA RESUMO 11

Macau no final do século XVI.

3.5. São Paulo de Loanda

Breve histórico

A chegada de Paulo Dias de Novais à Ilha de Luanda, em 1575, registrou-se em decorrência do fracasso da tentativa de cristianização e civilização do reino de Manicongo, povoado por pigmeus que não aceitaram a ação colonizadora, tendo havido diversos conflitos entre este e os dois povos. Catadores do zimbo, os povos das terras de Luanda seriam mais pacíficos, e, portanto, mais fáceis de cristianizar. A partir da conquista destas terras, que eram do domínio do rei do Congo, poderia ser traçada uma nova estratégia para a conquista dos territórios pigmeus, visto que a cristandade já se espalhara por todo o reino Congolês.

Embora os portugueses já andassem pelas bandas de Luanda desde a primeira metade do século XV, a ocupação se deu, efetivamente, naquele ano de 1575, marcada pelo desembarque de 700 homens, dentre os quais 350 eram militares, e os restantes eram civis de qualificações diversas, além de um sacerdote que, à chegada, num altar portátil, celebrou a primeira missa, atraindo não somente portugueses que ali se refugiavam, mas também o olhar curioso dos povos nativos, admirados e encantados com tal devoção.

Viviam na ilha, nesta ocasião, cerca de 40 portugueses, fugidos dos conflitos do Manicongo, que sobreviviam provavelmente do comércio de produtos como o marfim, a cera, manilhas de prata e cobre, e também do

“resgate de peças”¹, e que, portanto, eram ricos. Cerca de 3000 negros nativos, semi-nus, armados com arco e flecha, vagueavam pela ilha.

Na fatia de solo continental defronte da ilha havia melhores condições de implantação do comércio de escravos, que era o principal objetivo da ocupação portuguesa, pelo que, a vila de São Paulo de Luanda foi ali fundada a 7 de Novembro de 1576.

Ao contrário do que vinha ocorrendo em outras regiões, em Luanda o tráfego de escravos foi o principal pilar econômico dos portugueses, desfavorecendo o estabelecimento de outros sistemas econômicos. Conseqüentemente, o crescimento da cidade foi extremamente lento, tal modo que, entre 1607² e de 1621³ na ilha existiam apenas uma precária feitoria de paredes de taipa e cobertura de palha, alguns reparos e trincheiras também de taipa, e algumas casas. Portanto, no início do

¹ Termo usado para designar a captura de escravos.

² “... não tem a Vila fortificação alguma e uma casa que tem para feitoria é tal que nem se lhe pode por este nome, porque são umas taipas cobertas de palha e estas mui desbaratadas; e, posto que ao longo da praia se fizessem alguns reparos e trincheiras que eles chamam fortes, nada disto têm, porque são de taipa muito fracas e sem artilharia, nem presidio, nem capitão. Mas os moradores vão fabricando as suas casas e a povoação vai em muito crescimento e poderá ter até 300 vizinhos portugueses.” In: Memória sobre os Estabelecimentos e Resgates Portugueses na Costa Ocidental da África. 1607. Referido por CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. Subsídios para a história de Luanda. Edição do Museu de Angola – Luanda, 1954.

³ “... não há fortificação feita, nem defesa alguma; somente existe uma cidade à beira mar, à qual vão cada ano vinte navios e mais a carregar peças de escravos...” In: Da Mina ao Cabo Negro. 1621. Referido por CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. Subsídios para a história de Luanda. Edição do Museu de Angola – Luanda, 1954.

século XVII as atividades agrícola, pecuária, e o comércio lícito eram desprezados, e a cidade de Luanda, que tinha registrado um crescimento quase nulo, carecia de infra-estrutura urbana, pois as fortunas advindas do tráfico de escravos detinham-se em cofres particulares de colonos que, desde sempre, empreenderam tais louros na Europa.

Os portugueses que moravam em Luanda estavam interessados apenas nas fortunas oriundas do mercado de escravos, residindo nela apenas o tempo necessário para acumular riqueza, e em seguida voltavam para Portugal. Os nativos, aqueles cujas ligações com a terra seriam de cunho agrícola, pecuário e/ou cultural, não habitavam a cidade, a não ser que se tratassem de escravos trabalhando nas casas dos senhores brancos, ou presos nos quintais para serem mandados pra terras do além mar.

A falta de vínculos com a terra por parte dos colonos reflete-se no desinteresse em criar melhorias na cidade. A única postura de que se tem registro quanto à limpeza vem das municipalidades que delimitavam tão somente que “cada qual varresse a sua testada, lançasse ao mar as imundices que se lhe amontoavam à porta, e queimasse pólvora a fim de purificar o ar”⁴.

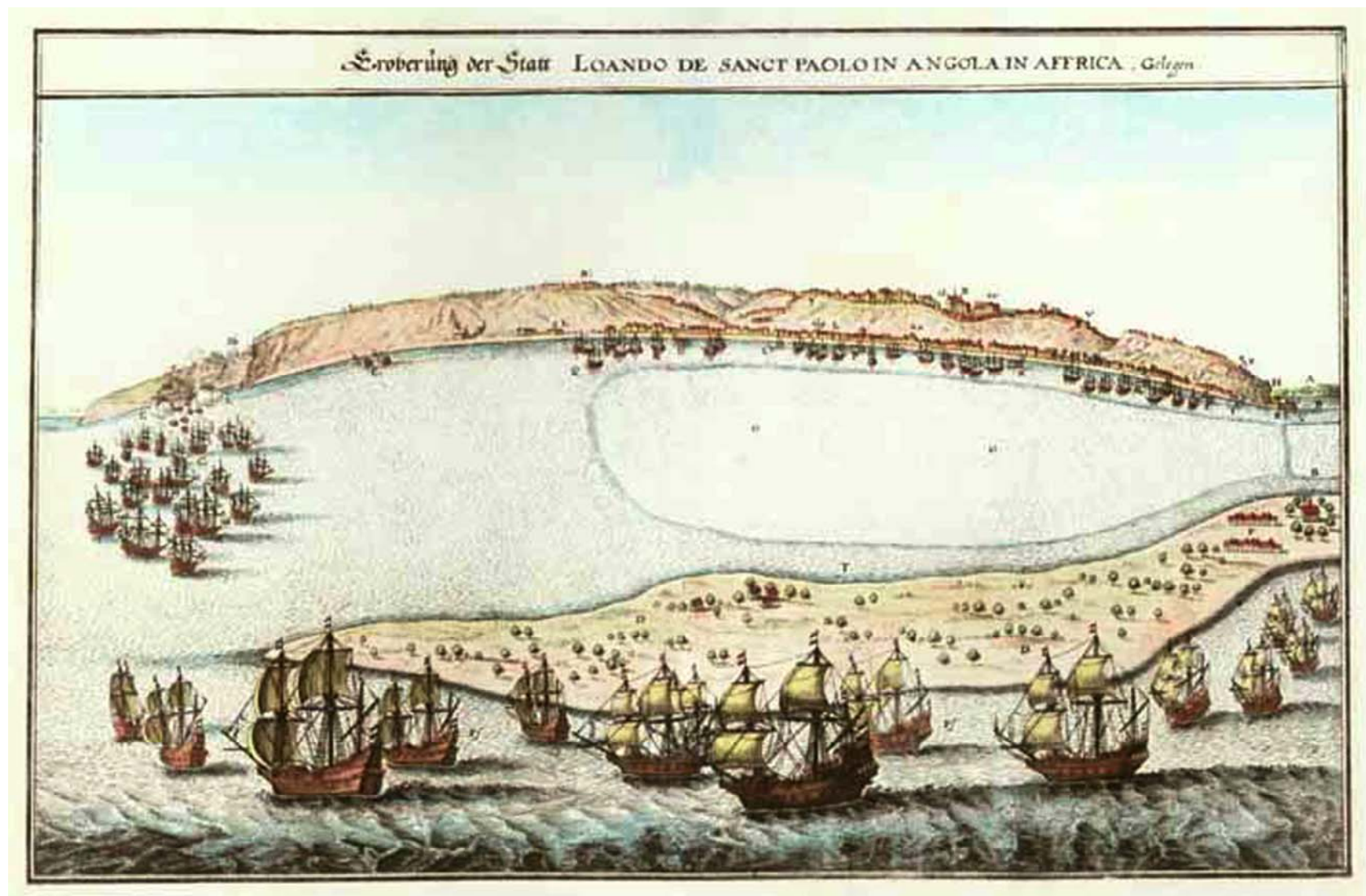
Apesar deste cenário deplorável, até ao início do século XVII foram construídas a Igreja da Misericórdia (1576), a Igreja Sé Episcopal (1583),

⁴ CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. *Subsídios para a história de Luanda*. Edição do Museu de Angola – Luanda, 1954.

a Igreja dos Jesuítas (1593) e o convento de São José (1604). O estabelecimento das ordens religiosas foi, provavelmente, o fator que contribuiu para o desenvolvimento mínimo que se registrou nos primeiros anos da cidade.

Sequência iconográfica

Como resultado da falta de vínculos que os colonizadores tinham com a vila de Luanda, poucos são os registros existentes anteriores a 1600. Do material a analisar para o estudo, contam-se com alguns mapas do século XVII, e algumas poucas gravuras.



ICONOGRAFIA 48

Título e/ou inscrições: Eroberung der Statt LOANDO DE SANCT PAOLO IN ANGOLA IN AFFRICA Gelegen. Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>.
Acessado em: 01 mai. 2009. Autor: Mattheus Merian (1593-1650). Ano de publicação: 1646.

Esta gravura retrata a invasão Holandesa pela conquista de Luanda, em 1641. Ela permite-nos ver que a Ilha de Luanda, defronte para a baía de Luanda, é um elemento de proteção da cidade. Por detrás dela, a cidade de Luanda desenvolve-se em dois níveis distintos, a Cidade Baixa e a Cidade Alta. Na cidade baixa, no nível do mar, as edificações distribuem-se em uma extensa faixa ao longo da linha da costa. A Cidade Alta, sobre o morro, encontra-se assentada mais ao norte, acompanhando o ondulado do relevo.

Embora se possam encontrar edifícios religiosos e algumas poucas habitações na Cidade Baixa, esta se caracterizava principalmente pela atividade comercial e portuária. Na Cidade Alta concentram-se as moradias, os edifícios religiosos e os edifícios públicos. Nela, destacam-se a Fortaleza de São Miguel, a norte, e as torres das igrejas.

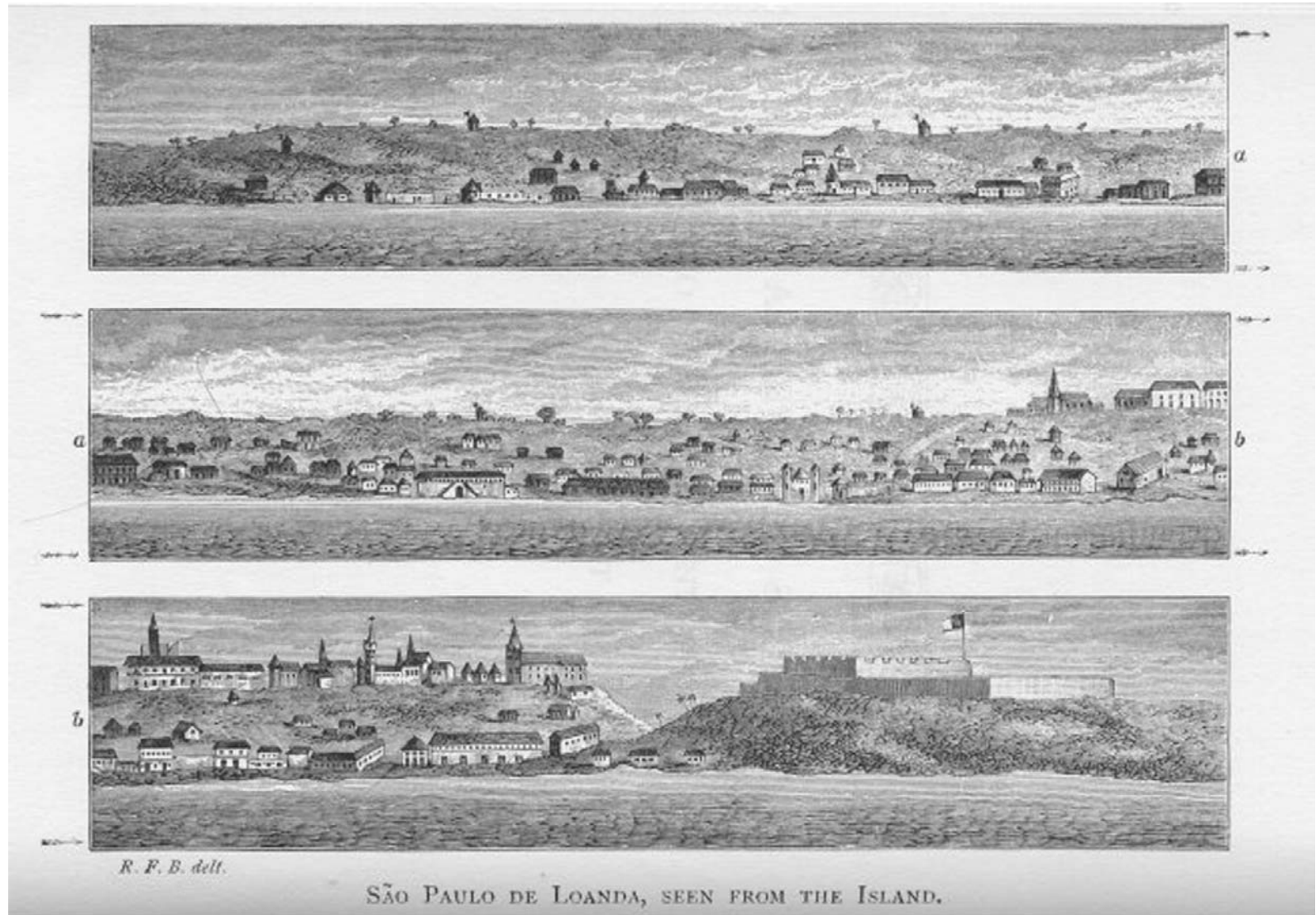


ICONOGRAFIA 49

Título e/ou inscrições: CIVITAS LOANDÆ S. PAULI. Fonte: Arquivo pessoal prof. Andrey R. Schlee. Autores: AVITY Pierre d' / MERIAN, M. Ano de publicação: 1649.

O mapa retrata a cidade de Luanda na primeira metade do século XVII. Sabendo-se que o crescimento da cidade era lento, presume-se que esta seria a estrutura da cidade em finais do século XVI.

Com o relevo acidentado, a cidade organizava-se em dois níveis. Na ponta norte (parte de baixo do mapa), no alto do morro, está a fortaleza de São Miguel, que foi erguida em 1575. Próximo à baía, existe uma muralha ao longo da linha da costa. Por detrás desta estão construções de formatos e dimensões variadas assentados sem uma organização aparente, junto à costa, entremeados de construções vernáculas que se concentram mais próximo do morro. Nesta parte baixa tem-se ainda um fórum e um convento. No alto do morro têm-se construções igualmente irregulares em forma e tamanho, dispostas ao longo de ruas tortuosas conforme o terreno permitia; aqui também se encontram habitações nativas em meio às construções europeias. Ao centro do núcleo urbano está um fórum, e o complexo dos Jesuítas, que é o único conjunto edificado que contém muros, além da fortaleza. Existem duas outras edificações religiosas significativas, enumeradas na planta com as designações *Coenobium Capuci norum* e *Reductus*.



ICONOGRAFIA 50

Título e/ou inscrições: SÃO PAULO DE LOANDA, SEEN FROM THE ISLAND.

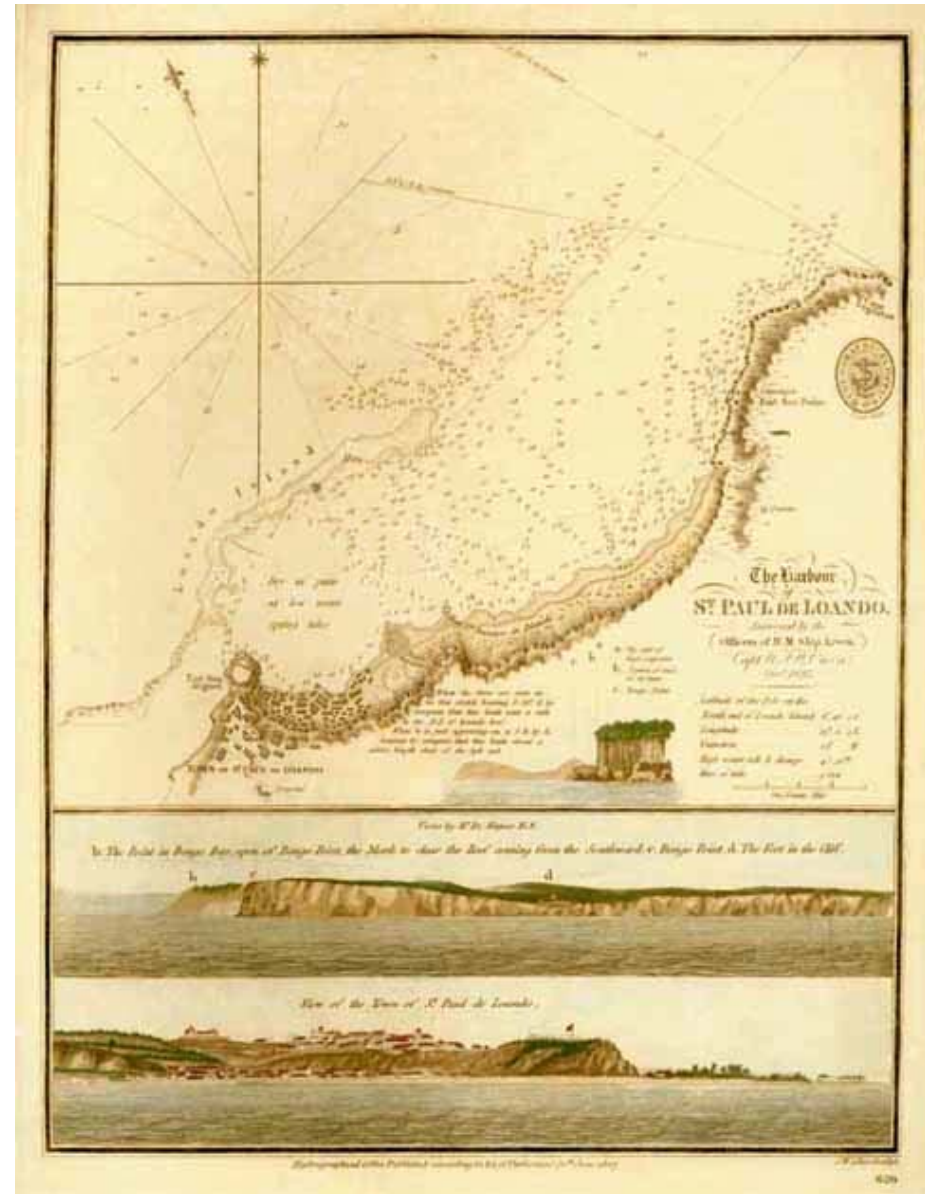
Disponível em: <http://espacotempo.files.wordpress.com/2006/10/saopaulo.jpg>. Acessado em: 26 abr. 2009. Autor: R. F. B. delt.

Uma vista de Luanda, com a cidade baixa desenvolvendo-se ao longo da linha da costa, e a cidade alta no topo do morro. Enquanto a cidade baixa compreende uma faixa mais longa junto ao mar, a cidade alta concentra-se a norte, próxima à fortaleza. Nas duas zonas da cidade podem ver-se edificações de até 3 pisos. Na Cidade Alta as torres das igrejas sobressaem de entre o casario, conferindo um movimento pitoresco à silhueta da cidade.

ICONOGRAFIA 51

Título e/ou inscrições: S^T. PAUL DE LOANDO
Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>
Acessado em: 1 mai. 2009.

Nesta carta está representada, na parte superior, a planta de Luanda, onde se pode ver que a Cidade Baixa ocupa quase toda a extensão da praia, enquanto que a Cidade Alta concentra-se nos morros ao norte, por detrás da fortaleza. As duas vistas abaixo mostram a elevação dos morros em toda a baía, com as Cidades Alta e Baixa implantadas ao norte, local que melhor ficavam protegidas pela Ilha de Luanda, e pela Fortaleza de São Miguel.

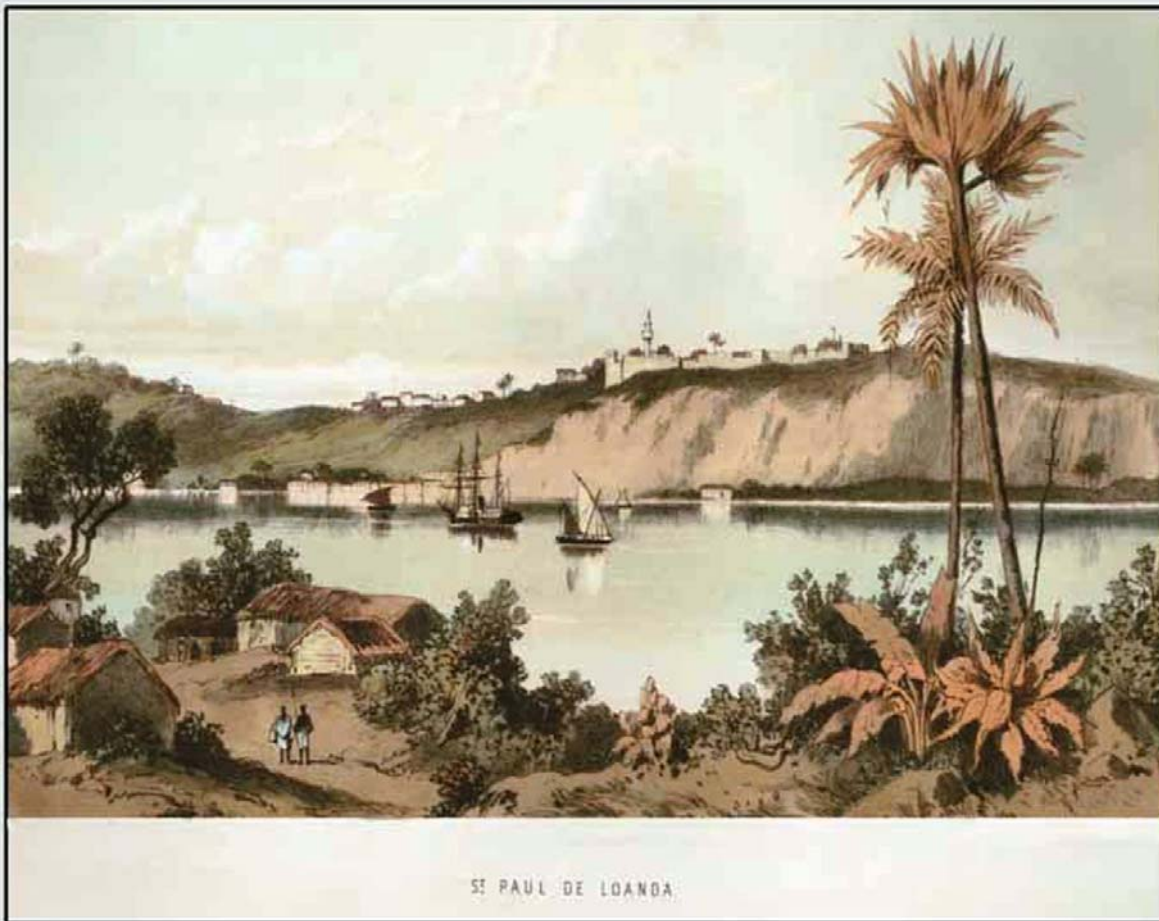


ICONOGRAFIA 52

Título e/ou inscrições: S^T. PAUL DE LOANDA

Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>.

Acessado em: 26 abr. 2009.



O cartão postal da imagem 05 é uma gravura desenhada a partir da Ilha de Luanda, com a vista para a ponta norte da cidade de Luanda, onde se podem ver, na ponta da baía, as muralhas da fortaleza de São Miguel no

cimo de um morro. Por detrás da fortificação está a Cidade Alta, e, num nível mais baixo junto ao mar, encontra-se a Cidade Baixa. A torre do relógio se destaca na cidade alta, chamando atenção.

INCONOGRAFIA 53

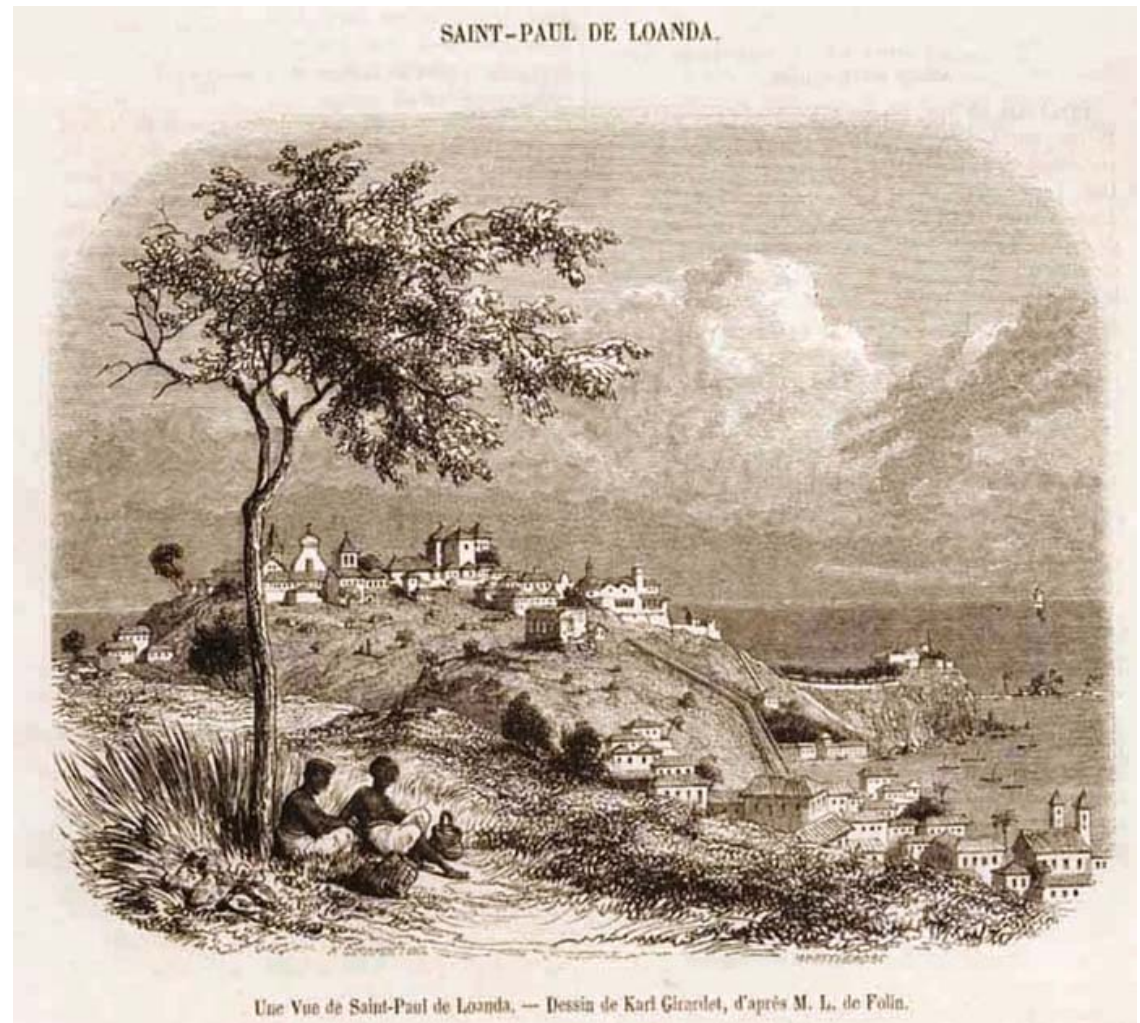
Título e/ou inscrições: SAINT-PAUL DE LOANDA.

Une Vue de Saint-Paul de Loanda, - Dessin de Karl Girardet, d'arês M.
I. de Folis.

Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>

Acessado em: 1 mai. 2009.

Autor: Karl Girardet



Esta gravura mostra as cidades Alta e Baixa de Luanda, e os caminhos que ligavam as duas cidades. Na Cidade Baixa encontram-se edificações com mais de um pavimento e telhados de quatro águas, agrupando-se

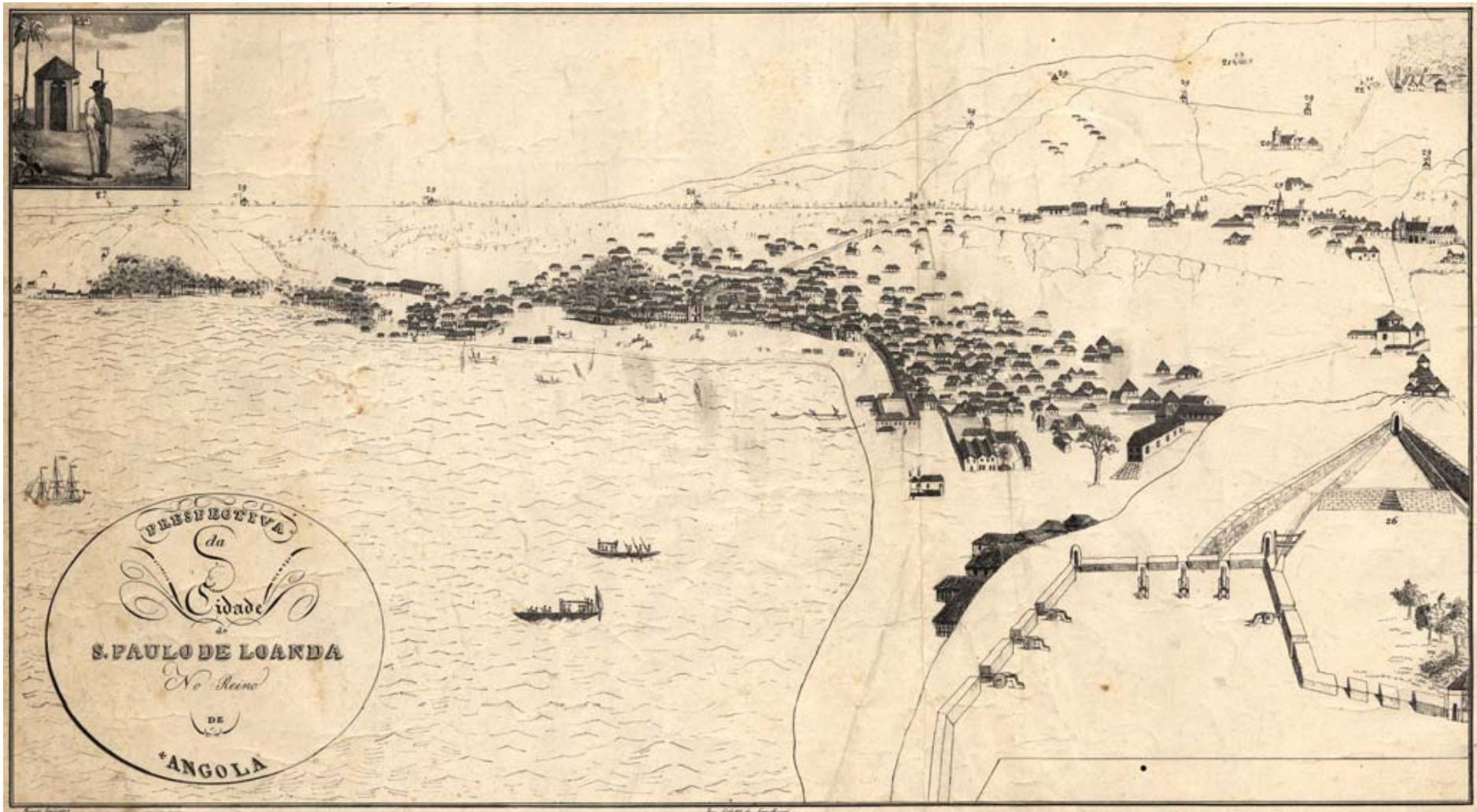
num conjunto edificado bastante uniforme. Na Cidade Alta, a uniformidade é quebrada pelas torres e frontões das igrejas, que se destacam dentre o casario.



ICONOGRAFIA 54

Título e/ou inscrições: Perspectiva da cidade de S. Paulo de Loanda no reino de Angola. Disponível em: <http://purl.pt/3884>.

Acessado em: 1 mai. 2009. Autor: A. L. P. da Cunha. Ano de publicação: 1825.



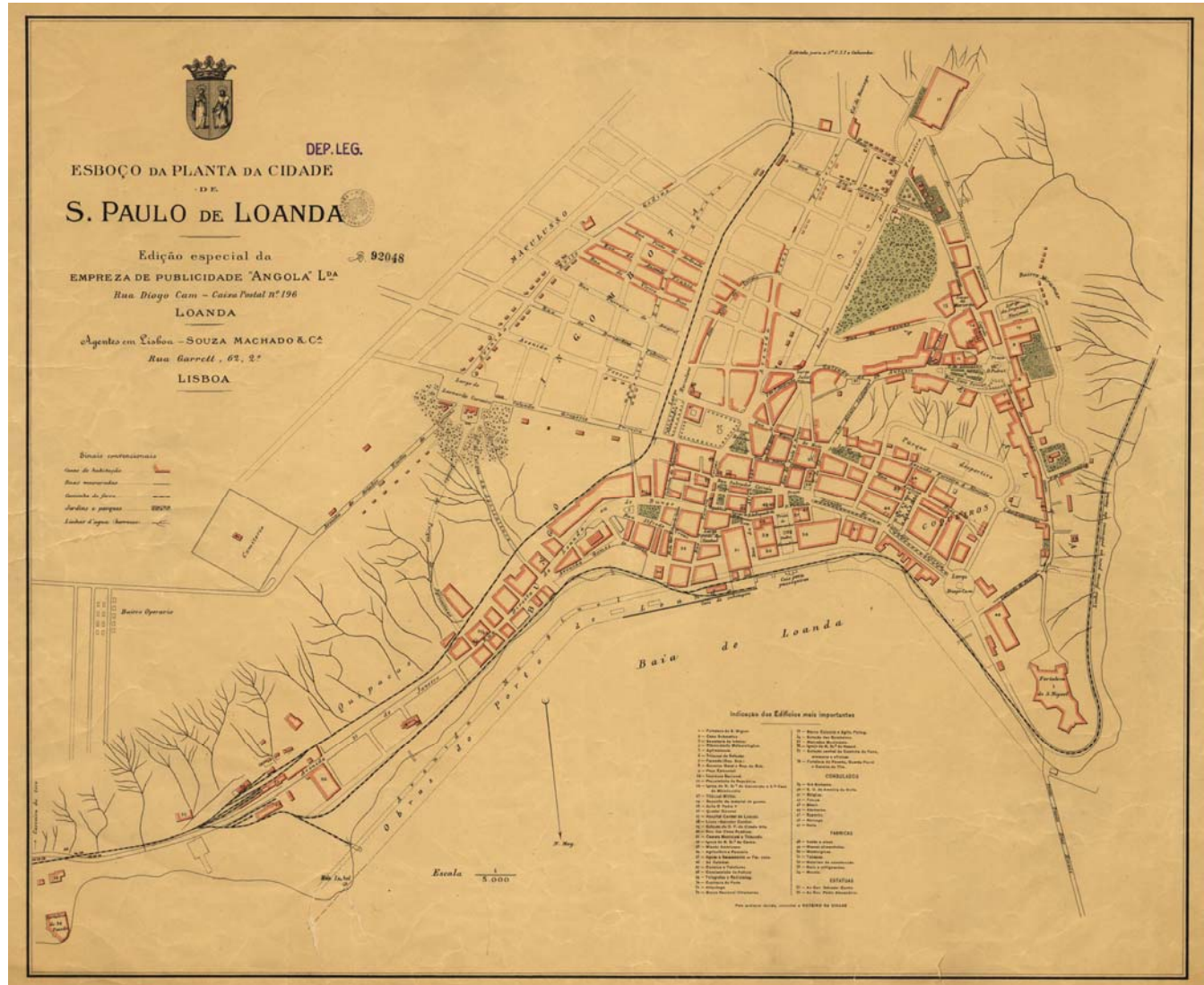
ICONOGRAFIA 54-A
Detalhe da perspectiva da gravura anterior.



Embora esta perspectiva tenha sido realizada em 1825, ela permite-nos analisar a cidade seiscentista, de um lado porque, como já se sabe, o crescimento da cidade foi sempre muito lento, o que torna possível a análise das características do primeiro núcleo urbano mesmo dois séculos depois. De outro lado, as principais modificações que a cidade terá sofrido desde a primeira metade do século XVII até ao século XVIII seriam relacionadas ao seu crescimento numérico – mais edificações de um ou de outro tipo, e, portanto mais área do solo ocupada –, não se alterando significativamente a morfologia como um todo.

A Cidade Baixa está muito mais desenvolvida e muito mais populosa que a Cidade Alta. Nela se encontram armazéns e casas de comércio ao longo da costa. Toda a praia está ocupada e edificada até ao morro. Duas ladeiras ligam a Cidade Baixa à Cidade Alta. Nesta última, enumeram-se uma série de edificações religiosas e monumentais, dentre as quais somente a Igreja da Misericórdia (1576), a Igreja Sé Episcopal (1583), a Igreja dos Jesuítas (1593) e o convento de São José (1604) haviam sido construídos até à primeira década de setecentos.



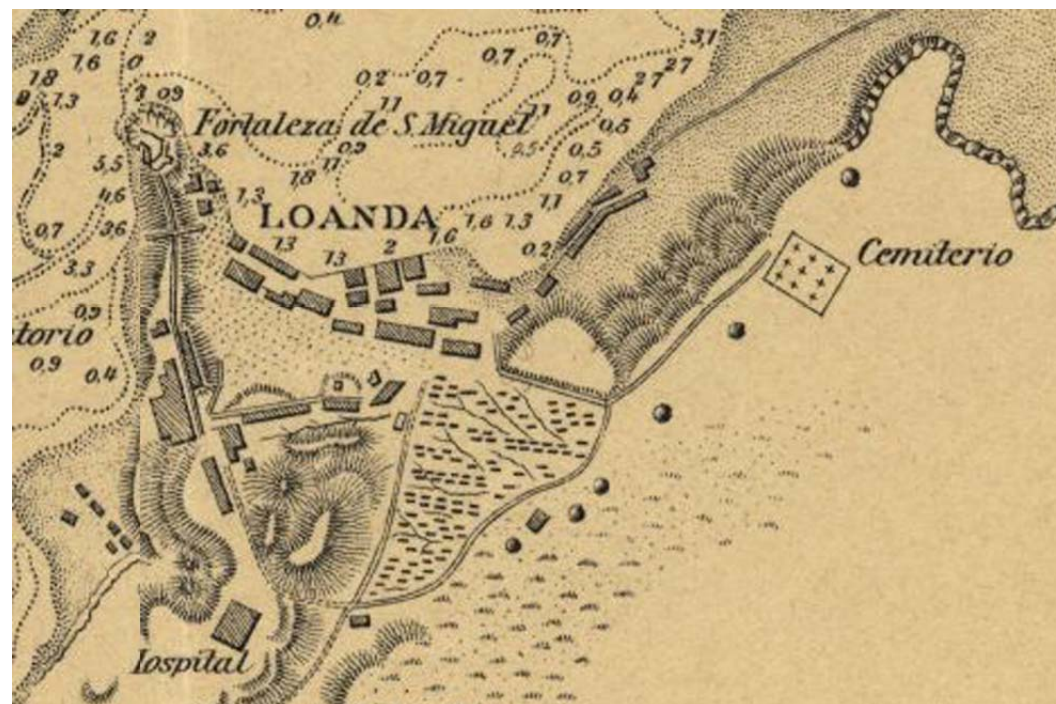
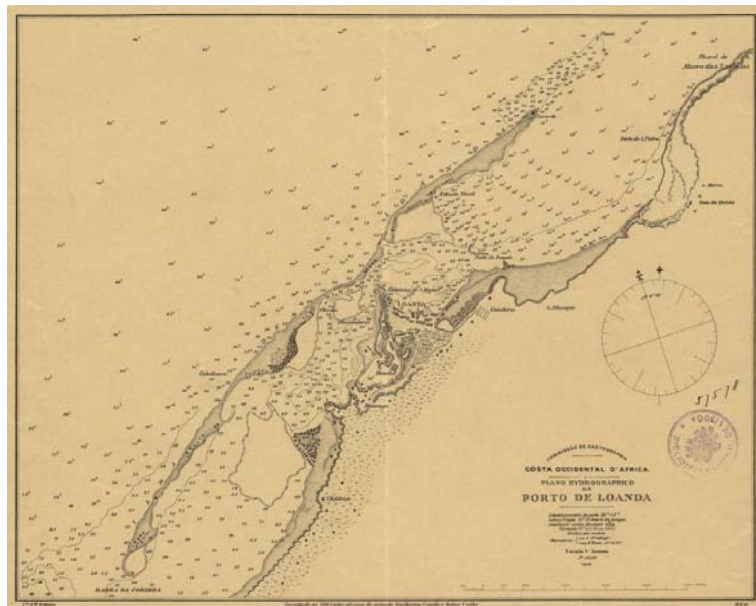


ICONOGRAFIA 55

Título e/ou inscrições: Esboço da planta da cidade de S. Paulo de Loanda. Disponível em: <http://purl.pt/3484/1/P1.html>. Acessado em 14 jun. 2009. Publicado pela Empresa de Publicidade "Angola" (1850-99).

Este mapa desenhado na segunda metade do século XIX mostra um traçado da cidade de Luanda bastante regular, se comparado a Lisboa. Embora o traçado das vias não esteja contido numa malha regular, não se encontram mais as ruas tortuosas nem o grande número de becos sem saída.

Sabe-se que Luanda pouco se desenvolveu durante os primeiros anos. Inaugurada no terceiro quartel do século XVI, permaneceu em estado de vila e em condições de salubridade muito precárias até ao final do século seguinte. Assim, quando a urbanização da cidade se iniciou de uma forma mais efetiva, Portugal já havia experimentado a “receita” do novo urbanismo tanto em novas cidades de Portugal e novos bairros nas cidades em crescimento (por exemplo, já tinha sido edificado o Bairro Alto em Lisboa), como em algumas cidades das novas terras do Brasil, e em outros territórios que colonizara. Outro fator a considerar é o fato de que, com a ocupação efetiva das novas terras e a necessidade de edificar os núcleos urbanos não eram mais os navegadores que se encarregavam do planejamento (empírico) das novas cidades, mas os jovens engenheiros que se formavam nas escolas profissionalizantes e que eram enviados nas embarcações, junto com os navegadores, com a missão de elaborar os seus traçados. Assim, é provável que a tendência a um traçado mais regular em Luanda tenha sido influenciado, de um lado, pelas experiências já realizadas, e de outro lado, pela interferência direta de engenheiros recém formados cuja formação acadêmica sugeria e apoiava os projetos mais geométricos.



ICONOGRAFIA 56

Título e/ou inscrições: Plano Hidrographico do Porto de Loanda. Disponível em: <http://purl.pt/1531/2/P1.html>. Acessado em: 16 jun. 2009. Data de publicação: 1896.

No detalhe da planta da cidade podem se ver duas áreas distintas de ocupação. Uma, junto à praia, com um número relativamente grande de edificações; e outra, no alto do morro, com quantidade menor de construções. Estas duas partes da cidade designam-se por Cidade Baixa e Cidade Alta, respectivamente, e, de um modo geral, as atividades que se desenvolviam nelas eram diferentes. A primeira, pela proximidade com o mar, abrigava as atividades portuária e comercial, enquanto a segunda,

protegida no alto do morro, recebia os poderes eclesiástico e político, além do casario.

A organização das ruas da cidade tem ainda uma aparência aparentemente aleatória e desorganizada, mas já se pode ver que os quarteirões tendem a ser de forma mais regular, quadrados ou retangulares.

Características gerais da cidade



O SÍTIO FÍSICO: o sítio é uma baía pouco recortada, no Oceano Atlântico, na costa ocidental africana, formada por um braço de terra, e protegida pela Ilha de Luanda que proporciona abrigo ao porto. A topografia do terreno define duas áreas distintas de ocupação: uma, junto à praia,

que acompanha linearmente a linha da costa, a que se designa Cidade Baixa, e outra de cotas mais elevadas, sobre os morros que encerram a praia, que é a Cidade Alta.

CARACTERÍSTICAS DA MALHA: o primeiro núcleo urbano da cidade localizava-se na Baía de Luanda, próxima à Ilha de Luanda. Na Cidade Baixa, onde se desenvolviam as atividades portuárias e comerciais, os lotes ribeirinhos ao mar definiam-se de acordo com a riqueza de quem ocupasse a terra, resultando em uma grande variedade de tamanhos. Quando à forma, estes tendiam a ser retangulares, podendo dispor-se longilínea ou transversalmente em relação à costa. Atrás da primeira faixa edificada se encontravam lotes de dimensões menores, nos quais se misturavam o comércio e algumas residências. Atrás destas, e próximo ao morro, concentravam-se as habitações dos nativos, que eram feitas de adobe e palha. Os caminhos e arruamentos não tinham uma definição clara, visto haverem ainda vastas áreas livres. Havia uma muralha com

seis portões que se erguia ao longo da linha da costa e que protegia toda cidade baixa.

Na Cidade Alta se acomodavam os bairros residenciais e as edificações administrativas e religiosas. Na ponta norte estava a fortaleza de São Miguel. Atrás dela encontravam-se as habitações, que se agrupavam em quarteirões de formas muito variadas, podendo ser retangulares, muito alongados ou quadrados, ou trapezoidais, ou ainda polígonos bastante recortados. Estes se dispunham de maneira aparentemente aleatória, ajustando-se à topografia do terreno, e definindo ruas tortuosas e becos. No centro da cidade encontrava-se o complexo dos Jesuítas, defronte do qual se abria uma grande praça que continha os principais edifícios administrativos. Nos terrenos baldios encontravam-se aglomerados de locais em suas habitações vernáculas.

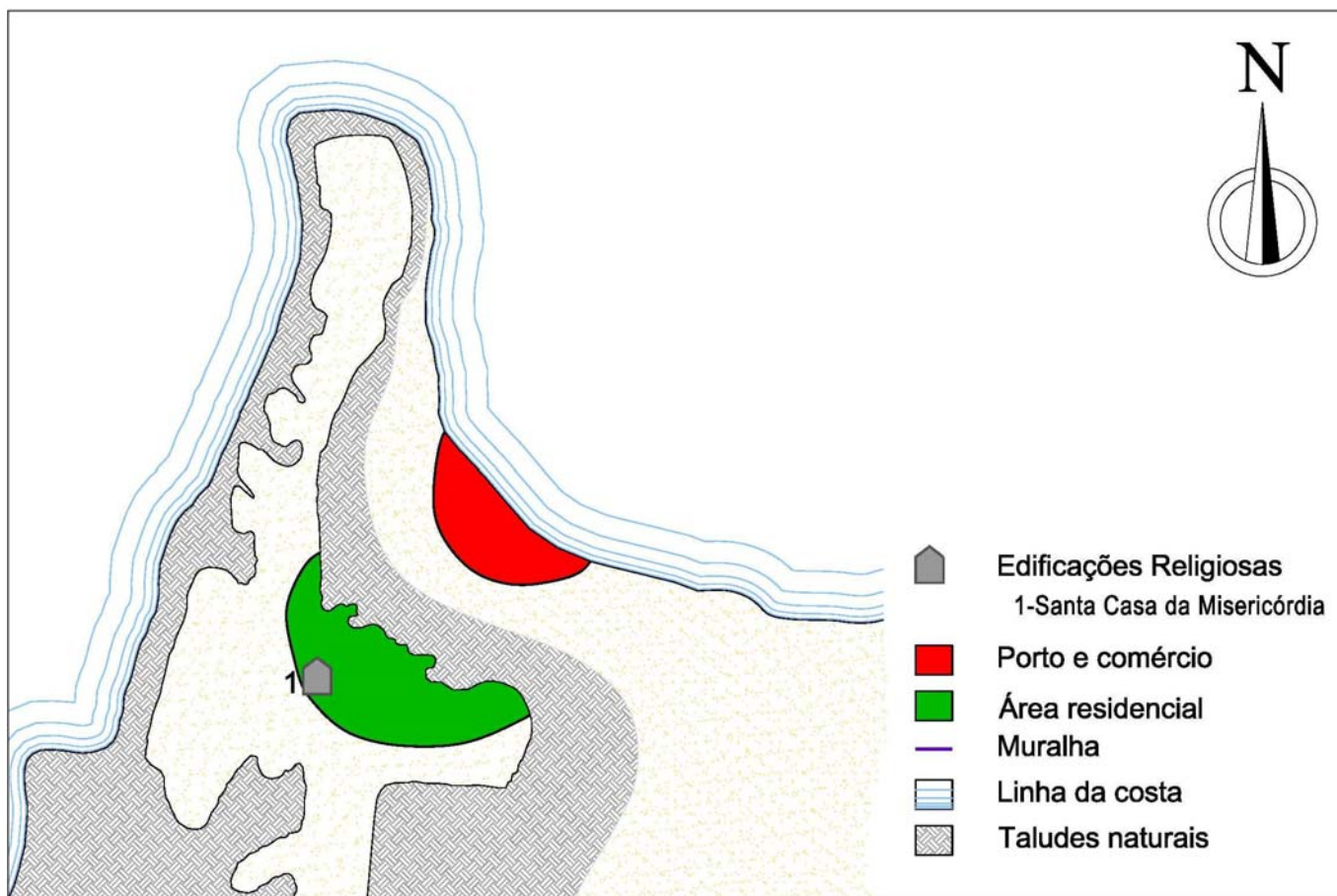
O PRIMEIRO NÚCLEO URBANO: quando Dias de Novais chegou à Baía de Luanda em 1575, montou acampamento na Ilha de Luanda. O maior interesse em ocupar aquelas terras era o de consolidar um porto de comércio de escravos. Este negócio já existia na ilha quando os portugueses decidiram pela ocupação efetiva do local, mas aos olhos de Dias de Novais as terras no continente em frente à ilha ofereciam melhores condições para o estabelecimento de uma feitoria, e, portanto, o acampamento foi transferido para a baía.

As primeiras edificações foram uma feitoria e algumas casas de taipa junto à praia, cercadas por uma trincheira também de taipa. Ao mesmo tempo que se ia construindo e consolidando o porto, a Cidade Baixa desenvolveu-se com um misto de edificações comerciais e residenciais. A Cidade Alta só se começaria a edificar após a conclusão da construção da fortaleza de São Miguel, em 1576. Ainda neste ano se construiu, também na Cidade Alta, a Igreja da Misericórdia, com a intenção de incentivar os residentes da Cidade Baixa a se transferirem para o alto do morro. Porém, vimos anteriormente que os portugueses que residiam em Luanda não tinham vínculos com a terra, e, dada sazonalidade de sua estadia naquela baía, não lhes interessava mudarem-se para o alto do morro, pois era preciso estar de olho na mercadoria (os escravos) e próximo ao porto para que não se perdessem as oportunidades comerciais. Assim, a Cidade Alta desenvolveu-se muito lentamente, enquanto aumentava o número de habitações e edificações comerciais na Cidade Baixa.

Até ao final do século XVI construíram-se, na Cidade Alta, a igreja Sé Episcopal e a igreja dos Jesuítas, além da Misericórdia. O efeito atrativo que era característico das ordens religiosas também aqui se verificou, e a Cidade Alta começou a ganhar corpo e forma após a implantação daquelas ordens.

Uma vez que os habitantes lusófonos de Luanda não se interessavam pelas questões administrativas da cidade, mantendo sempre o foco nas questões comerciais, a implantação de um governo administrativo

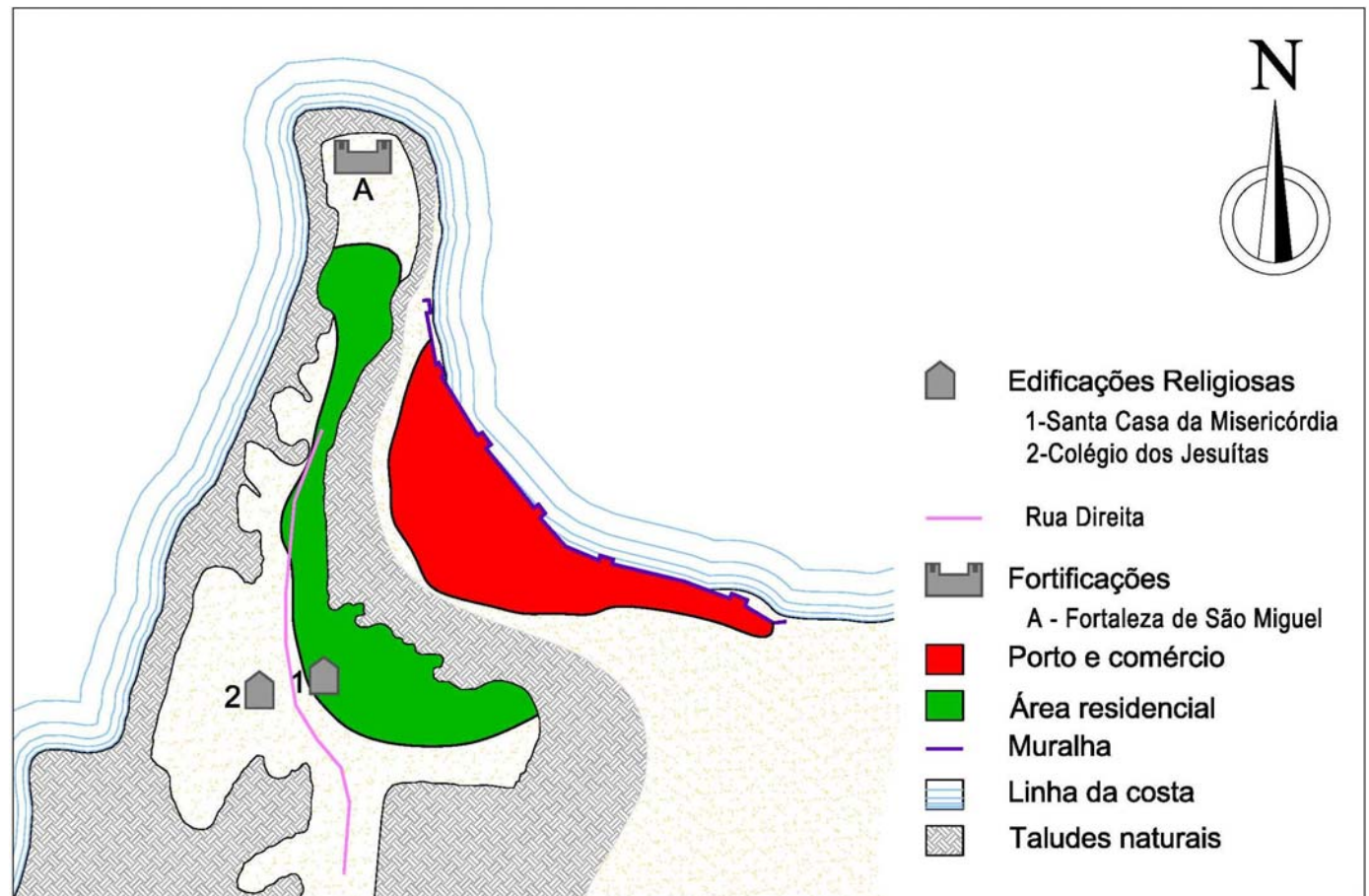
comprometido com as causas da cidade só se daria na segunda década do século XVI, momento em que na cidade se começaram a erguer as edificações públicas.



MAPA RESUMO 12

O primeiro estabelecimento português em Luanda.

MAPA RESUMO 13
Luanda no final do século XVI.



4. CONCLUSÃO: ILHA DE MOÇAMBIQUE, GOA, SALVADOR, MACAU E LUANDA – UMA ATITUDE COMUM NO ULTRAMAR

De onde chegaram as heranças?

As cidades fundadas no ultramar apresentam, entre si, semelhanças nas suas características morfológicas, que vão desde a escolha dos sítios à forma como elas se estruturaram e evoluíram. Cada uma delas também tem estreita identidade com a Lisboa pré-pombalina¹. Em diversas publicações relacionadas a Goa e a Moçambique se faz menção de que elas apresentavam estreita semelhança com as cidades portuguesas ao sul do Algarve. Sabe-se que no início das expedições várias frotas marinhas partiram dos portos algarvios, mas no final do século XV Lisboa ficou com o monopólio das navegações, concentrando nela todas as movimentações relacionadas às questões marítimas. Das cidades estudadas, Moçambique e Goa foram as primeiras a ser fundadas, no início do século XVI, e é possível que tenha havido realmente uma influência algarvia. Certamente, para apurar este fato, o presente estudo deveria estender-se, e abranger as cidades sulistas, de maneira a identificar, dentre elas, quais influenciaram as cidades do ultramar, e

¹ Para maiores informações, consultar, dentre outras fontes:

- O Urbanismo Português – séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil, Capítulo 2 - O início da expansão urbana portuguesa no século XV, op. cit.
- A Arte Cristã na Índia Portuguesa, Capítulo 1 – A arquitetura religiosa. Carlos de Azevedo. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa – 1959.
- Relatório da Missão à Ilha de Moçambique – 1981. Análise e sugestões para a sua reabilitação. Fundação Calouste Gulbenkian.

quais foram as características herdadas pelos novos núcleos urbanos. Porém, dadas as limitações deste trabalho, isto não foi feito, mas entende-se que esta é uma direção para o aprofundamento do tema.

Analisando rápida e superficialmente este questão, e considerando que houve, de fato, uma influencia algarvia, pode-se dizer que isto foi inevitável, pelo fato d’algumas frotas que partiram rumo às Índias terem saído daqueles portos do sul de Portugal. Porém, com a criação da “Empresa dos Descobrimentos”, durante o reinado de D. João II (1481-1495), foram realizadas várias obras públicas para ampliação e melhorias do porto de Lisboa, e os assuntos do ultramar se centralizaram nesta metrópole, fechando-se os portos algarvios para as expedições ultramarinas. Com isto, muito naturalmente as cidades fundadas no início do século XVI podem ter herdado algumas características do sul de Portugal, mas, neste trabalho, considerar-se-á que a principal influência é lisboeta.

Consideremos, por exemplo, o caso de Goa. Segundo Carlos de Azevedo, “os portugueses levaram consigo para o Oriente, como seria de esperar, as tradições da construção portuguesa, e por isso não é para surpreender que as cidades que ergueram – o casario, as igrejas e as fortalezas – mostrassem estreito parentesco com o que se fazia em Portugal.”² Um pouco mais adiante na sua análise, Azevedo faz uma analogia entre a arquitetura religiosa goesa com a arquitetura do sul de

² A Arte Cristã na Índia Portuguesa, Capítulo 1 – A arquitetura religiosa. pg. 21. op. cit.

Portugal, ao comparar a tipologia da Igreja do Rosário com igrejas do Algarve e do Alentejo³. Entretanto, tal era a semelhança da cidade de Goa com a metrópole portuguesa que se popularizou o dizer “Que viu Goa, dispensa ver Lisboa.”

Assim, assume-se que ainda que houvesse uma influência da arquitetura do sul de Portugal nas cidades fundadas no início do século XVI, esta poderá ter sido apenas na escala da arquitetura, e não foi estruturadora do traçado urbano. Este último foi estruturado, ainda que empiricamente, segundo o modelo de Lisboa.

Elementos de análise e comparação

Após a análise individual de cada uma das cidades do escopo deste estudo, pretende-se refletir sobre as características semelhantes dos seus núcleos urbanos iniciais, comparando-os entre si, e com Lisboa, relativamente aos aspectos que se consideraram importantes para a identificação de uma postura urbanizadora comum nas cidades ultramarinas.

Serão considerados os seguintes aspectos:

As intenções colonizadoras – procura-se interpretar o contexto económico e religioso que levou Portugal à política expansionista, e os fatores que levaram à ocupação de cada lugar;

O sítio físico – procura-se identificar se existem características semelhantes nos sítios escolhidos, se há semelhanças com o sítio de Lisboa, se existe um padrão na escolha dos sítios, e se esse padrão, caso exista, é um reflexo da metrópole;

O desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos – procuram-se identificar se há semelhanças no processo de ocupação dos lugares, e se há elementos que sejam comuns quer na definição dos primeiros traçados, quer nos elementos e/ou fatores de crescimento e expansão das cidades. Procura-se, ainda, fazer um paralelo entre o processo de surgimento e crescimento das cidades ultramarinas com o processo de crescimento e consolidação de Lisboa como metrópole modelo;

Características da malha – procura-se identificar características comuns entre os elementos constitutivos da malha dos núcleos urbanos iniciais, e destes com Lisboa.

4.1. As intenções colonizadoras

Quando, ao longo do século XV, os navegadores se lançavam ao mar à procura das Índias, estes acreditavam que as tão procuradas terras eram “o conjunto de países ribeirinhos do Oceano Índico, compreendendo,

³ A Arte Cristã na Índia Portuguesa, Capítulo 1 – A arquitetura religiosa. pg. 27. Carlos de Azevedo. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa – 1959.

portanto, a África Oriental ou <<Etiópia>>⁴. Somente a própria trajetória e os contatos estabelecidos com os navegadores Árabes que comercializavam na costa Africana é que revelaram a verdadeira localização das terras das especiarias. Porém, ainda que se ansiasse chegar aos portos comerciais do Oriente, toda a trajetória marítima ao longo da costa africana estava cheia de propósitos, dentre os quais a descoberta da Rota da Índia era o destino final, mas não a causa impulsionadora de tamanho investimento.

Viagem após viagem, navegação após navegação, as expedições ao redor da África eram o resultado dos interesses da burguesia mercantil portuguesa, a principal financiadora desse empreendimento, e da igreja católica que, com a emissão de diversas bulas foi concedendo aos portugueses a permissão para evangelizar nas novas terras descobertas, o que incluía os direitos de “conquistar e subjugar todos os reinos e terras dos infiéis e de possuir seus bens públicos e particulares”⁵, e de “fundar e erigir igrejas nas suas conquistas”⁶, ou ainda de “cobrança de dízimos e a administração espiritual por parte da ordem [Ordem de Cristo, da qual o Infante D. Henrique era regedor e conservador] sobre todas as conquistas portuguesas”⁷. Esta dualidade de interesses se refletiu de modo muito transparente na formação das cidades, cuja subsistência dependia inteiramente da atividade portuária e comercial, mas cuja consolidação

⁴ De Ceuta a Timor. Luís Filipe Thomaz. Lisboa, Difel, 1994. Citado por Célia Cristina da Silva Tavares, em, *A Crisandade Insular: Jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)*. Tese de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

⁵ Bula *Dum Di Versas* de Nicolau V, 1452. Citada por Célia Tavares, op. cit.

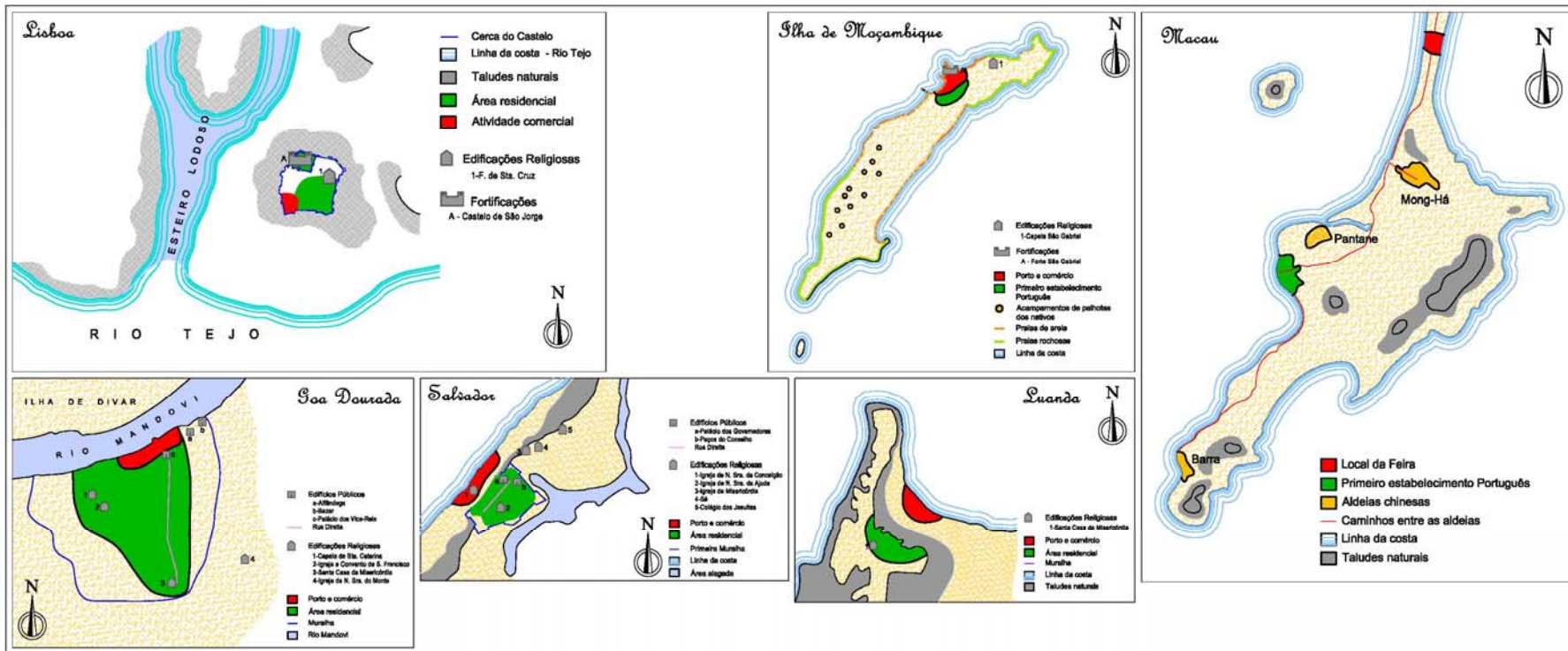
⁶ Bula *Romanus Pontifex* de Nicolau V, 1455. op. cit.

⁷ Bula *Inter Coetera* de Calisto III, 1456. op. cit.

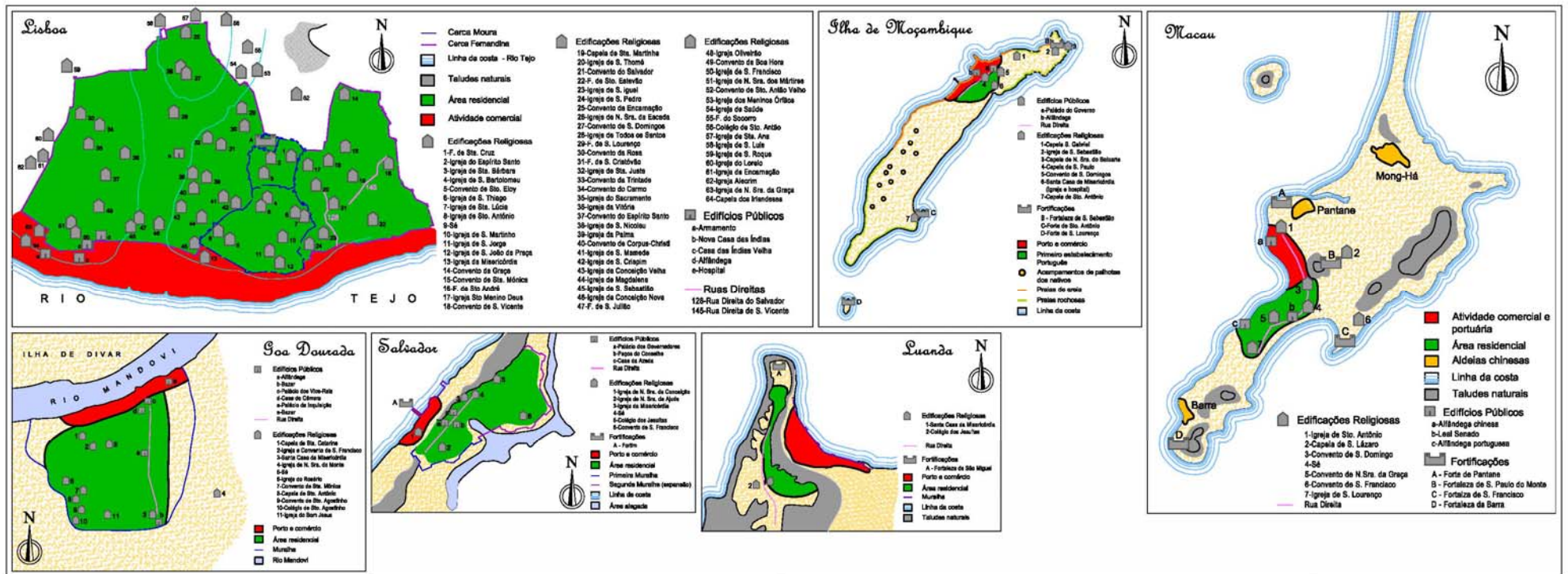
político-social se deveu, em grande parte, ao estabelecimento das ordens religiosas, que, além disto, eram promotoras do desenvolvimento espiritual dos portugueses e dos nativos, fosse por garantir a manutenção e maturidade da fé daqueles que já eram católicos, fosse pela evangelização dos infiéis. Portanto, os Descobrimientos tratavam-se, principalmente, da descoberta de novos entrepostos comerciais e da propagação do catolicismo, tendo culminado não com a descoberta da Índia, mas com a conquista de vários territórios no Oriente, de onde se obtinha o comércio mais lucrativo, e onde as missões evangelísticas alcançaram resultados mais significativos. Goa Dourada foi o ápice destas conquistas.

A par da dualidade comércio-evangelização, o estabelecimento de implantações urbanas ao longo da costa era essencial para a parada das frotas para aprovisionamento dos navios, e foi, no tempo da pirataria, fundamental para a proteção das rotas marítimas.

Ilha de Moçambique, Goa, Salvador, Macau e Luanda. Nesta ordem, os portugueses foram se estabelecendo nas terras lhes pareciam ter, ao mesmo tempo, potencial para o estabelecimento de lucrativas feitorias comerciais – dadas as mercadorias que delas se podiam extrair ou nelas comercializar –, e para a propagação da fé – visto se tratarem de terras repletas de infiéis.



Os primeiros núcleos urbanos das cidades de Lisboa, Ilha de Moçambique, Goa, Salvador, Macau e Luanda.



As cidades de Lisboa, Ilha de Moçambique, Goa, Salvador, Macau e Luanda em finais do século XVI.

4.2. O sítio físico

Algumas definições de Nestor Goulart Reis⁸:

- “Entende-se por **sítio** de uma aglomeração urbana o local sobre o qual está assentada. Vários são os aspectos a considerar na escolha dos sítios das povoações: natureza do solo, relevo, fontes de água para consumo, cursos ou massas de água, etc. O relevo, sobretudo, irá influir sobre a aparência do conjunto e dos edifícios, e sobre o traçado”.
- “Chama-se situação de um núcleo urbano à sua posição no sistema urbano, que determina as modalidades de relações que seus habitantes poderão estabelecer com as outras áreas do sistema e com o exterior”.
- “A situação de uma aglomeração determina os papéis que a vila ou cidade poderá desempenhar no conjunto da rede ou sistema urbano e do processo de urbanização. Depende amplamente dos elementos naturais, mas pode ser modificada, igualmente, pela ação do homem”.

Independente de se tratarem de baías, penínsulas ou ilhas, a escolha dos sítios era feita de maneira a garantir proteção não somente da fúria das águas, mas também de seus inimigos. Eram sítios com recortes para

acolher seus portos, com braços nos quais se poderiam instalar fortes e fortalezas para a defesa local.

Moçambique é um caso particular, pois a ilha encontra-se até certo ponto desprotegida pelo continente, e o seu relevo não apresenta grandes variações. Porém, a proteção contra os ataques que vinham do mar era garantida pela dificuldade que os bancos de corais impunham no acesso ao porto, pois só conseguia chegar perto da ilha quem conhecia o canal natural existente entre os corais. A própria forma da ilha faz lembrar uma meia-lua, com a concavidade virada para o continente, definindo-se ali uma praia bem protegida e abrigada.

Em Goa, o sítio assemelha-se muito ao de Lisboa. A cidade foi implantada na foz do Rio Mandovi, mas numa posição um pouco para dentro do continente, a leste. A parte oeste da ilha que está voltada para o mar apresenta montanhas que oferecem excelentes pontos de defesa, e as demais ilhas que se encontram na foz daquele rio deixam para navegação um canal não muito largo, facilitando assim a implantação de mecanismos de defesa.

O caso de Macau é semelhante ao de Moçambique, pois trata-se de uma península que está ligada a uma grande ilha por um braço muito estreito, que fica exposta ao mar aberto. Entretanto, o relevo da península favorece os sistemas de defesa, pois apresenta montanhas e morros em locais que são estratégicos para implantação de fortificações. O próprio

⁸ Reis, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil – 1500/1720; Terceira Parte – Organização dos Núcleos Urbanos - Escolha dos Sítios.*

desenho da península contém no lado interno praias com braços que acolhiam a cidade e o porto.

Os sítios de Luanda e Salvador são extremamente semelhantes. Tratam-se de baías amplas, com braços que protegem o porto natural. Uma sequência de morros eleva-se deixando uma praia estreita ao longo da costa; estes são excelentes locais para a implantação de fortalezas.

Assim, a primeira característica comum na escolha dos sítios é que estes têm elementos naturais – o relevo ou a configuração das baías – que proporcionam proteção ao porto e à cidade, ou oferecem condições estratégicas para a implantação de sistemas de defesa. Outro ponto comum é a existência de um porto natural em local abrigado.

Outro fator comum relevante sobre o sítio é que a partir do local de implantação das cidades fosse possível levar a cabo ações de expansão para o interior do continente, como de fato aconteceu em Moçambique, Goa, Salvador e Luanda. Na China a conquista de novas terras para o interior do continente não era possível, pois as terras já pertenciam a uma sociedade cuja estrutura social e militar estava muito bem consolidada e detinha total controle de seu território. Mesmo assim, a partir de Macau foram ocupadas não apenas as ilhas da Lapa, de Taipa, de Coloane, de Dom João e da Montanha. Foi também a partir de Macau que os portugueses conquistaram territórios para sul, até ao Timor.

4.3. O desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos

Nas primeiras viagens Portuguesas ao longo da costa africana, onde os territórios estavam, na sua maioria, não urbanizados, os navegadores faziam apenas breves paradas para o aprovisionamento das embarcações, e, durante o período em que permaneciam ancorados nos diferentes locais, construíam abrigos temporários e sensíveis às intempéries. À medida que Portugal avançava nas navegações a caminho da Índia, a rota começou a se estabelecer, bem como os pontos de parada, nos quais passaram a se construir feitorias ou fortificações, a partir das quais se viriam a desenvolver as cidades coloniais, como foi o caso de Moçambique.

No caso de Goa, a ocupação se deu após um período de guerras de conquista por um assentamento urbano já edificado. Após a tomada de posse do povoado existente, os Portugueses reergueram a cidade que tinha sido essencialmente destruída pelos conflitos, e gradualmente foram substituindo as construções muçulmanas pela arquitetura colonial, reestruturando a cidade como um todo segundo o seu saber empírico.

Em Macau, durante alguns anos a ocupação não durava mais do que três dias, que correspondiam aos dias da realização da Feira de Macau. Tendo o mesmo carácter provisório que as paradas na costa africana para o abastecimento das embarcações, também ali se montavam acampamentos temporários onde se erguiam tendas feitas de bambu, madeiras variadas, peles de animais e folhas de palmeira. Quando

finalmente foi concedida permissão aos estrangeiros para ocupar a península, as primeiras construções foram erguidas tal como as tendas das feiras, sendo substituídas mais tarde pelas construções de taipa e telha cerâmica.

Salvador é um caso particular dentro dos estudos de caso selecionados neste trabalho. Esta foi a única cidade que se implantou segundo um planeamento inicial, onde as diretrizes para o seu traçado foram previamente delineadas, e seguiam os novos princípios urbanísticos – renascentistas – que se vinham aplicando na Europa desde o século XIII. Independente disto, no primeiro ano em que Tomé de Sousa e seu homens estiveram na Baía de Todos os Santos, seu estabelecimento também era um acampamento de construções temporárias que, conjuntamente com as embarcações, abrigavam os construtores da cidade e guardavam os materiais e ferramentas de construção.

Tendo-se decidido pela efetiva ocupação de Luanda somente em 1575, os portugueses montaram um primeiro acampamento na Ilha de Luanda, com construções de caniço e palha, como faziam os nativos, e, quando da ocupação do território na parte continental já se construía em alvenaria e telha cerâmica.

Tem-se, portanto, que o primeiro momento dos assentamentos portugueses nas cidades aqui estudadas se caracterizou pela implantação de feitorias temporárias ou acampamentos provisórios, substituídos em

seguida pelas construções de taipa ou alvenaria. Independente de qual foi a característica primeira de cada um destes núcleos urbanos, quando as cidades se começaram verdadeiramente a edificar – considera-se que isto aconteceu quando se instalam nelas as ordens religiosas e/ou algum representante do poder administrativo – todas elas tiveram seu espaço urbano definido segundo duas atividades principais: o porto e o comércio, e as residências e os espaços religiosos e administrativos.

Em Moçambique, Goa e Macau, as primeiras construções foram as do porto, que foram implantados junto à praia, em locais protegidos pela própria baía. As feitorias, armazéns, escritórios e edifícios comerciais estabeleceram-se contíguas ao porto, numa ocupação essencialmente linear, caracterizando uma zona portuária ao longo de uma faixa paralela à linha da costa. A área residencial edificou-se atrás desta faixa, onde cresceram os bairros residenciais marcados pelos casarões da burguesia, edifícios públicos, igrejas, praças e as habitações populares. Em Goa, este primeiro núcleo residencial estava contido dentro de um perímetro amuralhado.

Em Salvador e Luanda, a própria topografia do terreno sugeria a divisão da cidade em duas partes distintas, que se desenvolveriam uma na parte baixa, ao longo de uma faixa estreita junto à praia, e outra no alto do morro. Nos dois casos a zona portuária e comercial estabeleceu-se, naturalmente, na parte mais baixa, de onde surge a designação Cidade Baixa associada ao desenvolvimento do comércio. Na Cidade Alta se

desenvolveram as áreas residenciais, se instalaram as ordens religiosas, e se estabeleceram os edifícios público-administrativos.

Em termos funcionais, as Cidades Baixas de Salvador e Luanda correspondem às zonas portuárias de Moçambique, Goa e Macau, e, da mesma forma, a Cidade Alta nas primeiras corresponde ao núcleo residencial nas segundas. Se nas primeiras a separação entre Cidade Baixa e Cidade Alta ajudam a identificar os dois tipos de ocupação, nas segundas, pode-se facilmente identificar esta diferenciação do uso do solo pela observação das plantas das cidades, pois, a malha urbana que se define junto ao porto é muito recortada, com lotes de pequenas dimensões, contrapondo-se à malha residencial, menos recortada, e com lotes de dimensões maiores.

Em relação à implantação dos sistemas de defesa nas cidades não se pode falar de uma atitude comum. Apenas se pode enfatizar que estes sistemas eram indispensáveis, e independentemente de como se estabeleceram em cada cidade, todas elas mais cedo ou mais tarde tiveram de edificá-los.

Em Moçambique não se chegaram a erguer muralhas. A Fortaleza de São Gabriel foi a primeira a ser edificada, em substituição à primeira feitoria construída. Esta, porém, foi em poucos anos abandonada e demolida, restando-lhe apenas uma torre, a que se designava Torre Velha, e que manteve, ao longo dos tempos, apenas a função de orientação: “Perto da

Torre Velha...” Em 1558 começou a ser erguida a nova fortaleza, a de São Sebastião, mas ao que tudo indica, os portugueses não estavam muito preocupados com os sistemas de defesa da ilha, pois a construção desta segunda fortaleza só foi concluída em 1620, depois de um ataque dos Holandeses.

Somente em Goa o sistema de defesa foi edificado nos primeiros dois anos de ocupação, devido aos ataques que Adil Sahah realizava na tentativa de reconquistar a cidade. O núcleo residencial foi desde a conquista cercado por um anel amuralhado, e, em 1512 já haviam sido construídos em pontos estratégicos da ilha os fortes de Benastarim, Devarim e Panjim.

Em Macau, onde os portugueses também se apressaram a edificar sistemas de defesa, os chineses opuseram-se à construção de muralhas ou fortes, derrubando-os sempre que se erguiam, e por esta razão, o primeiro núcleo urbano caracterizou-se pela ausência dos sistemas de defesa. Para contornar esta situação, muitas igrejas tiveram suas torres equipadas com canhões, e algumas delas se pareciam muito mais com grandes baluartes edificados do que com igrejas propriamente ditas. Somente após um ataque dos Holandeses à península na primeira metade do século XVII é que os chineses autorizaram a edificação das muralhas e fortalezas.

Em Salvador, a primeira fortaleza edificada foi a de Santo Antônio da Barra, entre 1583 e 1587, na ponta sudeste da baía. Em Luanda o sistema de defesa se constituía por uma muralha ao longo da costa que defendia toda a cidade baixa, e pela fortaleza de São Miguel erguida no alto do monte antes mesmo da consolidação da Cidade Alta.

Simultaneamente à construção do porto, ou imediatamente a seguir, começavam a ser erguidas as construções destinadas ao exercício e propagação da fé cristã. De um modo geral, as construções como igrejas, conventos, mosteiros, entre outras de caráter religioso, foram determinantes na formação do traçado das cidades coloniais. Os núcleos urbanos se expandiram na direção dos mosteiros ou colégios religiosos, que funcionaram como pólos de atração no crescimento da malha urbana.

4.4. Características da malha

De um modo geral, as cidades se dividiam em duas áreas distintas: o porto e as edificações comerciais (a que se passa a designar por zona portuária) e o povoado (a que se passa a designar por cidade).

A zona portuária se localizava, como vimos, junto à praia. Nela, as feitorias se distribuíam linearmente ao longo de uma estreita faixa paralela à linha da costa, resultando na configuração de uma rua comercial que se encurvava segundo o próprio desenho da baía. Em Moçambique, Goa, Macau e Salvador os lotes eram grandes, e tinham a uma forma retangular alongada definida pelos muros que os cercavam, dispostos

transversalmente à dita linha costeira; as construções ocupavam toda a frente do lote, ficando geminadas umas nas outras, constituindo assim uma massa edificada contínua que definia a rua para a qual se abria o comércio, enquanto por detrás destas se deixavam os pátios livres, voltados para o mar, onde se podiam desempenhar atividades de carga e descarga. Os quarteirões eram na sua maioria alongados. A configuração da zona portuária de Luanda não era diferente das outras cidades, porém, a ocupação do solo foi diferente. Os lotes não apresentavam qualquer tipo de uniformidade, podendo ser retangulares, quadrados, trapezoidais ou mesmo de formatos indefinidos bastante recortados. As suas dimensões também eram muito variáveis, uns muito grandes, outros muito pequenos.

Na cidade os quarteirões tinham formas mais ou menos retangulares e tamanhos variáveis. A ausência de um administrador local ou de uma figura de governo que gerenciasse a distribuição das terras teve como consequência imediata o parcelamento irregular do solo, que foi sendo apoderado conforme cada quisesse. Assim, os quarteirões continham, cada um, um número variável de lotes, de dimensões e forma também variáveis. Na sua maioria as casas encontravam-se implantadas na parte frontal dos lotes, deixando áreas de quintal nos fundos, frequentemente arborizadas. As sequências de fachadas geminadas definiam as ruas principais, e os muros que encerravam os pátios traseiros configuravam as ruas secundárias. Dada a irregularidade de tamanhos e formas dos lotes e dos quarteirões, as ruas eram tortuosas, o que se agravava pelo fato de as construções se assentarem conforme o terreno lhes permitia.

Em meio ao casario destacavam-se as edificações religiosas, em frete às quais se configuravam adros, terreiros ou grandes praças públicas. Por ter sido planejada, a cidade de Salvador teve um parcelamento de solo mais regular, tendendo à ortogonalidade. Nas cidades de Salvador e Luanda, onde a zona portuária e a cidade se encontravam separadas por uma forte barreira física – os morros –, um conjunto de ladeiras fazia a ligação entre as duas partes da cidade. Nas outras cidades, bastava atravessar uma rua para se passar da zona portuária para a residencial.

Embora se encontrassem muitas igrejas em meio ao casario, os conventos, mosteiros e colégios das ordens religiosas foram construídos, nessa fase inicial dos núcleos urbanos, fora das áreas residenciais. Com o crescimento da cidade, a expansão se daria em direção a essas edificações.

Resumindo, as cidades estudadas foram implantadas em sítios que proporcionavam bons abrigos e que possibilitavam a construção de sistemas de defesa eficazes. Tratavam-se de baías que tinham um porto natural, e que se encontravam abastecidas de água potável. As cidades organizavam-se em duas grandes áreas, uma portuária junto à praia, e outra residencial que estava, no caso de Salvador e Luanda, sobre os morros, e no caso de Moçambique, Goa e Macau, por detrás da zona portuária. As ruas acompanhavam o relevo, definindo linhas tortuosas que, inevitavelmente configuravam quarteirões desiguais. Os lotes, que haviam sido apropriados aleatoriamente segundo a vontade e capacidade individual dos primeiros moradores, eram de tamanhos muito variados e

continham as habitações na sua parte frontal, e deixavam pátios livres atrás.

Se olharmos para as características gerais de Lisboa quinhentista, veremos que as suas características se reproduziram nas cidades ultramarinas. O porto e as intensas atividades comerciais a ele adjacentes junto ao rio, as ruas tortuosas resultantes da acomodação ao terreno e do desigual parcelamento do solo, as torres das igrejas a destacarem-se de entre as habitações, com seus pequenos adros frontais a definirem áreas de descompressão na massa edificada, as ordens religiosas inicialmente implantadas fora do perímetro urbano, e posteriormente abraçadas pelo crescente casario, e as linhas contínuas de fachadas geminadas a definirem as ruas.

5. ÍNDICE DE IMAGENS

IMAGEM 01

Mapa resumo do núcleo inicial de Lisboa e da primeira expansão, e das condições do seu entorno naquele tempo.

IMAGEM 02

Foto (arquivo próprio) das escavações arqueológicas no interior do claustro da Sé, com ruínas da antiga cidade Romana, o núcleo inicial de Lisboa.

IMAGEM 03

Resumo das fases de crescimento da cidade até à Reconquista Cristã. Resumo próprio sobre foto da Lisboa Medieval, do site *Photobucket*.

Disponível em:

http://media.photobucket.com/image/Lisboa%20medieval/eggstasy/lisbon_cam28.jpg

Acessado em: 21 abr. 2009.

IMAGEM 04

Demarcação da antiga Cerca Moura de Lisboa sobre imagem satélite extraída do programa Google Earth, acesso em: 17 mai. 2009.

IMAGEM 05

Caravela Redonda ou da Armada, Século XVI.

Disponível em: <http://www.iep.uminho.pt/aac/hsi/a2005/Descobrimentos/recursos.htm>

Acessado em: 17 mai. 2009.

IMAGEM 06

Nau São Rafael, 1498.

Disponível em: <http://www.iep.uminho.pt/aac/hsi/a2005/Descobrimentos/recursos.htm>

Acessado em: 17 mai. 2009.

IMAGEM 07

Mapa antigo da Madeira, de F. de Wit.

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Madeira_Ancient_Map2.JPG

Acessado em: 19 abr. 2009.

IMAGEM 08

Vista sobre Alfama, a partir do Castelo de São Jorge.

Foto de: Osvaldo Gago. Disponível em:

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vista_de_Lisboa_Castelo.JPG

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 09

Vista sobre Alfama, com a Sé em destaque.

Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/vitor107/43735457/in/set-1419686/>

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 10

Vista sobre o denso casario de Alfama.

Disponível em: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfama_\(by_Awersowy\)_22.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfama_(by_Awersowy)_22.jpg)

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 11

Vista sobre Alfama a partir do Miradouro de Santa Justa.

Disponível em:

[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vista_do_Miradouro_de_Sta._Justa_-_Lisboa_\(Portugal\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vista_do_Miradouro_de_Sta._Justa_-_Lisboa_(Portugal).jpg)

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 12

Vista sobre Alfama. Foto de: Miguel Vieira.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Alfama-CCBY.jpg>

Acessado em: 06 abr. 2009

IMAGEM 13

Vista Panorâmica de Lisboa desde Cacilhas. Fotos de: Osvaldo Gago.

Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisbon_1_of_3.jpg

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisbon_2_of_3.jpg

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisbon_3_of_3.jpg

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 14

Azulejos em Alfama.

Disponível em: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfama_\(by_Awersowy\)_24.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfama_(by_Awersowy)_24.jpg)

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 15

Rua de Alfama.

Disponível em: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfama_\(by_Awersowy\)_6.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfama_(by_Awersowy)_6.jpg)

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 16

Rua de Alfama.

Disponível em: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfama_\(by_Awersowy\)_9.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfama_(by_Awersowy)_9.jpg)

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 17

Rua de Alfama.

Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rua_medieval_de_Alfama.jpg

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 18

Rua de Alfama.

Disponível em: <http://www.losersrage.com/Spain&Portugal07.htm>

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 19

Rua de Alfama.

Disponível em: <http://www.johniesplace.eu/Attractions.html>

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 20

Rua de Alfama.

Disponível em: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfama_\(by_Awersowy\)_16.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alfama_(by_Awersowy)_16.jpg)

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 21

Rua de Alfama.

Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisboa-rua.jpg>

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 22

Ruínas do Convento do Carmo, destruído pelo terremoto de 1755. O Convento foi reconstruído parcialmente, para que, através de suas ruínas, se pudesse testemunhar o cismo. Foto de: Chris Adams.

Disponível em:

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Convento_do_Carmo_ruins_in_Lisbon.jpg

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 23

Casa dos Bicos. Esta foi uma das mais importantes casas de Lisboa no início do século XVI. Foi mandada construir em 1523 por Brás de Albuquerque, descendente de Alfonso de Albuquerque, para sediar a Associação do Comércio Marítimo da Índia. Foto de: Jake Setlak.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CasaBicos1.jpg>

Acessado em: 20 abr. 2009.

IMAGEM 24

Torres do Castelo de São Jorge. Foto de: Osvaldo Gago.

Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Castelo_Sao_Jorge_Lisboa_1.JPG

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 25

Ruínas do Convento do Carmo.

Disponível em: <http://www.viagensdesonho.com/phpBB3/viewtopic.php?f=7&t=73>

Acessado em: 19 abr. 2009.

IMAGEM 26

Mapa do Bairro Alto de Lisboa.

Disponível em: <http://inet.sitepac.pt/ForumBairroAltoMapa.jpg>

Acessado em: 13 jun. 2009.

IMAGEM 27

Planta do Castelo de São Jorge. Foto de: Osvaldo Gago.

Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Castelo_Sao_Jorge_Lisboa_1.JPG

Acessado em: 06 abr. 2009.

IMAGEM 28

Mapa Mundi com a localização das cidades de Lisboa, Moçambique, Goa, Salvador, Luanda e Macau.

IMAGEM 29

O Bairro de Macuti na parte sul da Ilha de Moçambique.

Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/6030765>.

Acessado em: 22 jun. 2009.

IMAGEM 30

O Arco dos Vice-Reis. Uma placa em frente ao portão contém a seguinte descrição:

The Viceroy's Arch

The existing archway restored completely in 1954 marks the Portuguese conquest of the city. While the inscribed plaques record earlier restoration of the archway by the governor Francisco da Gama (1557-1600) in memory of his great grand father, Vasco da Gama, another record, commemorate the emancipation of Portugal from Spain. The façade niche has a statue in stone of Vasco da Gama. Correspondingly in the rear, is a statue of the Argonaut.

Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/james113/1466817999/in/photostream/>

Acessado em: 11 set. 2007

IMAGEM 31

Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

In: NOGUEIRA, Graciete. Língua e cultura portuguesas em Goa - estado actual. Macau, 1982.

IMAGEM 32

Ruínas de Santo Agostinho – torre.

Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/8513343@N03/2421904344/>

Acessado em: 13 jul. 2008

6. ÍNDICE DE ICONOGRAFIAS

Lisboa

ÍCONOGRAFIA 01

Título e/ou inscrições: O esteiro do Tejo em tempos pré-históricos.

Fonte: *A Baixa Pombalina – Passado e Futuro*, pg. 24. Maria Helena Ribeiro dos Santos. Livros Horizonte, 2000. Autor: Vieira da Silva

ÍCONOGRAFIA 02

Título e/ou inscrições: Lisboa Medieval. Disponível em:
http://media.photobucket.com/image/Lisboa%20medieval/eggstasy/lisbon_cam28.jpg.
Acessado em: 21 abr. 2009. Autor: não informado.

ÍCONOGRAFIA 03

Título e/ou inscrições: Traçado das Muralhas de Lisboa.
Disponível em: <http://purl.pt/1524/1/P1.html>. Acessado em: 07 abr. 2009.
Data de publicação: 1892. Autor: Casanova.

ÍCONOGRAFIA 04

Título e/ou inscrições: *OLISSIPPO quæ nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitanæ, ad Tagum totig Orientis, et multarum Insularum Africæque et Americæ emporium nobilissimum.*
Disponível em: http://historic-cities.huji.ac.il/historic_cities.html. Acessado em: 19 jul. 2008.
Data de publicação: 1572. Autores: Georg Braun e Franz Hogenberg.

ÍCONOGRAFIA 05

Título e/ou inscrições: OLISSIPPO LISABONA.
Disponível em: <http://purl.pt/1755/1/>. Acessado em: 22 jan. 2009.

ÍCONOGRAFIA 06

Título e/ou inscrições: OLISSIPPO LISABONA.
Disponível em: <http://purl.pt/3976/2/index.html>. Acessado em: 21 abr. 2009.

ÍCONOGRAFIA 07

Título e/ou inscrições: OLISIPO, SIVE VT PERVETVSTÆ LAPIDVM INSCRIPTIONES HABENT, VLISIPPO, VVLGO LISBONA FLORENTIS SIMVM PORTVGALLÆ EMPORIV.
Disponível em: http://historic-cities.huji.ac.il/portugal/lisbon/maps/braun_hogenberg_l_1_1_1.html.
Acessado em: 19 jul. 2008. Autores: Georg Braun e Franz Hogenberg. Data de publicação: 1572

ÍCONOGRAFIA 08

Título e/ou inscrições: PLAN DE LA VILLE DE LISBONNE EN 1650 ÉXISTANT AUX ARCHIVES MUNICIPALES.
Disponível em:
http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/MEDIAS1/5.1.htm.
Acessado em: 20 abr. 2009. Autor: João Nunes Tinoco.

Moçambique

ÍCONOGRAFIA 09

Título e/ou inscrições: *Infulæ & Ars Mofambique.*
Disponível em: http://historic-cities.huji.ac.il/historic_cities.html. Acessado em: 19 jul. 2008.
Digitation source: Caert Thresoor - miniature atlas. Publisher: Langenes Barent.
Date: first edition 1598. Autor: Petrus Kaerius.

ÍCONOGRAFIA 10

Título e/ou inscrições: MOSAMBIQVE. Autor: António Bocarro.
Disponível em:
http://www.evora.net/BPE/Documento_do_mes/outubro/documento_do_mes_outubro.htm.
Acessado em: 22 abr. 2009.
in: Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental. Data de publicação: 1635.

ÍCONOGRAFIA 11

Título e/ou inscrições: MOZAMBIQUE. Disponível em:
<http://www.raremaps.com/gallery/detail/11204/Mozambique/Mallet.html>
Acessado em: 13 jun. 2009. Autor: Allain Manesson Mallet, 1683.

ÍCONOGRAFIA 12

Título e/ou inscrições: I. DE MOÇAMBIQUE. In: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – MOÇAMBIQUE, ARKITEKTSKOLEN I AARUS – DANMARK. *Ilha de Moçambique* – Relatório 1982 – 85. pg.23. Autor: não informado.

ÍCONOGRAFIA 13

Título e/ou inscrições: CARTA TOPOGRAFICA DA ILHA DE MOSSAMBIQUE.
Disponível em: Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa - http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/Abertura.htm. Acessado em: 8 mar. 2009. Autor: Gregorio Thaumaturgo de Britto. Data de publicação: 1754.

ÍCONOGRAFIA 14

Título e/ou inscrições: Planta da Ilha e Perspectiva da Cidade de MOÇAMBIQUE.
Autor: Faustino J. Ano de Publicação: 1835, Lisboa.
Disponível em: <http://purl.pt/1433/1/P1.html>. Acessado em: 14 jun. 2009.

ÍCONOGRAFIA 15

Título e/ou inscrições: *Ilha ca. 1600*.
In: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – MOÇAMBIQUE, ARKITEKTSKOLEN I AARUS – DANMARK. *Ilha de Moçambique* – Relatório 1982 – 85. pg.24.

Goa

ICONOGRAFIA 16

Título e/ou inscrições: “*Goa fortissima India urbs in Christianorum potestatem anno salutis 1509 deuenit.*” Autores: Georg Braun e Franz Hogenberg.
Disponível em: http://historic-cities.huji.ac.il/historic_cities.html. Acessado em: 19 jul. 2008.
© The Hebrew University of Jerusalem & The Jewish National & University Library.

ICONOGRAFIA 17

Título e/ou inscrições: GOA. (inscrições ilegíveis).
Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 13 jul. 2008. Autor: não informado.

ICONOGRAFIA 18

Título e/ou inscrições: ILHA DE GOA. *The Island of Goa, from the "Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da India Oriental" 1600s.*
Disponível em: <http://www.colonialvoyage.com/goa.html>. Acessado em: 30 abr. 2008.
In: “Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estados da Índia Oriental” 1600s.

ICONOGRAFIA 19

Título e/ou inscrições: SELO DE GOA.
Goa no mapa de Pedro Barreto de Resende, 1635 (Scott: 549).
Disponível em: <http://www.girafamania.com.br/asiatico/india-portuguesa.htm>. Acessado em: 12 jul. 2008. Autor: selo emitido por Portugal, desenhado a partir do mapa de Pedro Barreto de Resende de 1635.

ICONOGRAFIA 20

Título e/ou inscrições: PLANTA DA ILHA DE GOA NA ÍNDIA e suas Terras confinantes.
Disponível em: <http://purl.pt/3987/1/P1.html>. Acessado em: 14 jun. 2009.
Autor: d’Orgeval, 1747.

ICONOGRAFIA 21

Título e/ou inscrições: *Vuë de la ville de Goa. “... dans les indes du côté de l’eau, dans l’île du même nom aujourd’hui appar tîet aux portugais; fy devant ilappartenoit au Royaume Décan.”*
Disponível em: <http://purl.pt/5285/1/> Acessado em: 26 abr. 2009. Academie Imperiale d’Empire des arts liberaux. Autores: Nabholz, Johann Christoph, 1752-1797.

ICONOGRAFIA 22

Título e/ou inscrições: ilegíveis. Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 13 jul. 2008. Autor: não informado.

ICONOGRAFIA 23

Título e/ou inscrições: CIVDAD DE GOA.

Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 18 jan. 2009.

Autor: não informado.

ICONOGRAFIA 24

Título e/ou inscrições: ILHA E CIDADE DE GOA METROPOLITANA DA INDIA E PARTES ORIENTAIS QVE ESTA EN 15 GRAOS DA BANDA DO NORTE.

Disponível em: <http://purl.pt/1953/2/P1.html>. Acessado em: 14 jun. 2009.

Autor: Ian Huÿgë van Linschoten. Publicação: 1595.

ICONOGRAFIA 25

Título e/ou inscrições: PLAN DE GOA / GRONDTÉKENING VAN GOA.

Disponível em: <http://www.antiqueprints.com>. Acessado em: 1 mai. 2008.

Autor: Jacques Nicolas Bellin.

ICONOGRAFIA 26

Título e/ou inscrições: GOA.

Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 13 jul. 2008.

Autor: não informado.

ÍCONOGRAFIA 27

Título e/ou inscrições: GOA. Disponível no Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa:

http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/MEDIAS1/11.4.htm.

Acessado em: 13 jun. 2009.

Sem informações adicionais.

ICONOGRAFIA 28

Título e/ou inscrições: Der marchzu Goa.

Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 13 jul. 2008.

ICONOGRAFIA 29

Título e/ou inscrições: Cidade da Velha Goa.

Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 13 jul. 2008.

Autor: não informado.

ICONOGRAFIA 30

Título e/ou inscrições: PLANTA DA CIDADE DE GOA, EM 1831. Compreendendo um espaço de milha e meia a l'este, Oeste e três quartos de milha Norte,Sul.

Disponível em: <http://purl.pt/1414/1/P1.html>. Acessado em: 14 jun. 2009.

Salvador

ICONOGRAFIA 31

Título e/ou inscrições: SINVS OMNIUM SANCTORV. BAHIA DE TODOS OS SANCTOS

In TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 238.

Gravura da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

ICONOGRAFIA 32

Título e/ou inscrições: CIDADE DO SALVADOR

In: FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **A fundação da Cidade do Salvador em 1549**. Capa. Coleção Brasil Pitoresco, Tradicional e Artístico. SP: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, jul.1949.

Autor: Irmão Paulo Lachenmayer, O.S.B.

ICONOGRAFIA 33

Título e/ou inscrições: PLANTA DA CIDADE, Dº SALVADOR, NA BAHIA. DE TODOS OS SANTOS, a.d., [1616], B.P.M.P.

In TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 235.

Livro da Razão do Estado do Estado do Brasil, [1616].

ICONOGRAFIA 34

Título e/ou inscrições: Salvador da Baía. Meados do Séc. XVI.

In TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 234.

ICONOGRAFIA 35

Título e/ou inscrições: Salvador da Baía. Meados do Séc. XVI.

In TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 235.

ICONOGRAFIA 36

Título e/ou inscrições: PLANTA DA RESTITUIÇÃO DA BAHIA, 1631. Disponível no Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa.

Acessado em: 28 mar. 2009. Autor: João Teixeira Albernaz.

ICONOGRAFIA 37

Título e/ou inscrições: Urbs SALVADOR.

Disponível em:

http://digitalgallery.nypl.org/nypldigital_dev/dgkeysearchdetail.cfm?strucid=769504&imageid=1505076#_seemore. Acessado em: 28 mar. 2009.

Autor: Arnoldus Montanus. Ano de publicação: 1671.

Macau

ICONOGRAFIA 38

Título e/ou inscrições: MACAO – SIDA DE CHINA

Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-53.htm>. Acessado em: 3 mai. 2008.

In: Livro de Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental. António Bocarro, 1634. Autor: Godinho de Erédia. Ano de publicação: 1615-1622.

ICONOGRAFIA 39

Título e/ou inscrições: MACAO.

Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-53.htm>. Acessado em: 26 jan. 2005.

In: Livro de Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental. António Bocarro, 1634.

Autor: Barreto de Resende. Ano de publicação: 1634.

ICONOGRAFIA 40

Título e/ou inscrições: AMACAO

Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-53.htm>. Acessado em: 3 mai. 2008.

Autor: Theodore de Bry. Ano de publicação: 1606-1607.

ICONOGRAFIA 41

Título e/ou inscrições: MACAO

Legendas da fonte: Vista de Macau em 1637, publicada nas “Viagens de Peter Mundy”, Londres, 1907-36.

In: KAIJIAN, Tang. *Macau – Notas Sobre a Evolução Urbana e Arquitetônica Durante a Dinastia Ming*. **RC - Revista de Cultura** - Edição em Português. Macau, s. 2, n.34, p.47, jan/mar. 1998.

ICONOGRAFIA 42

Título e/ou inscrições: Platte Grond vande - STADT MACAO.

Imagem do Arquivo Virtual de Cartografia urbana Portuguesa;

Disponível em:

http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/cartografia_potuguesa/textos/MEDIAS1/11.5.htm.

Acessado em: 01 jul. 2004. Autor: Valentim. Ano de publicação: 1665.

ICONOGRAFIA 43

Legendas da fonte: Mapa do distrito de Xiangshan incluído no Atlas da Prefeitura de Cantão (1685).

Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-53.htm>. Acessado em: 3 mai. 2008.

Autor: não informado.

ICONOGRAFIA 44

Título e/ou inscrições: Plan de la Ville et du Port de Macao.

Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/ammem/gmdhtml/cityhome.html>.

Acessado em: 15 jun. 2009. Autor: Bellin Jacques Nicholas. Publicado em 1764, no *Le petit atlas maritime*, de Bellin

ICONOGRAFIA 45

Título e/ou inscrições: A Plano f the City and Harbour of Macao. A Colony of the Portuguese situated at the Southern extremity of the Chinsese Empire.
Disponível em: <http://lcweb2.loc.gov/ammem/gmdhtml/cityhome.html>. Acessado em: 15 jun. 2009. Autor: Benjamin Baker. Publicado em 1796.

ICONOGRAFIA 46

Título e/ou inscrições: Macau em 1840.
Disponível em: <http://purl.pt/11434.html>. Acessado em: 15 jun. 2009.
Autor: W. Bramston.
O mapa é um detalhe retirado da Planta Geral da Cidade e Novo Porto de Macau, publicada pela Direção das Obras do Porto de Macau em 1927. Autores: João Carlos Alves e João Barbosa Pires.

ICONOGRAFIA 47

Título e/ou inscrições: MACCAVW
A drawing in an old Duleh itinerary (+- 1650)
Disponível em: www.tvciencia.pt. Acessado em: 26 jun. 2009.

Luanda

ICONOGRAFIA 48

Título e/ou inscrições: Eroberung der Statt LOANDO DE SANCT PAOLO IN ANGOLA IN AFFRICA Gelegen. Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>.
Acessado em: 01 mai. 2009. Autor: Mattheus Merian (1593-1650). Ano de publicação: 1646.

ICONOGRAFIA 49

Título e/ou inscrições: CIVITAS LOANDÆ S. PAULI. Fonte: Arquivo pessoal prof. Andrey R. Schlee. Autores: AVITY Pierre d' / MERIAN, M.
Ano de publicação: 1649.

ICONOGRAFIA 50

Título e/ou inscrições: SÃO PAULO DE LOANDA, SEEN FROM THE ISLAND.
Disponível em: <http://espacotempo.files.wordpress.com/2006/10/saopaulo.jpg>.
Acessado em: 26 abr. 2009. Autor: R. F. B. delt.

ICONOGRAFIA 51

Título e/ou inscrições: S^T. PAUL DE LOANDO
Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 1 mai. 2009.

ICONOGRAFIA 52

Título e/ou inscrições: S^T. PAUL DE LOANDA
Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>. Acessado em: 26 abr. 2009.

INCONOGRAFIA 53

Título e/ou inscrições: SAINT-PAUL DE LOANDA.
Une Vue de Saint-Paul de Loanda, - Dessin de Karl Girardet, d'arês M. I. de Folis.
Disponível em: <http://www.tvciencia.pt>.
Acessado em: 1 mai. 2009. Autor: Karl Girardet.

ICONOGRAFIA 54

Título e/ou inscrições: Perspectiva da cidade de S. Paulo de Loanda no reino de Angola.
Disponível em: <http://purl.pt/3884>. Acessado em: 1 mai. 2009.
Autor: A. L. P. da Cunha. Ano de publicação: 1825.

ICONOGRAFIA 55

Título e/ou inscrições: Esboço da planta da cidade de S. Paulo de Loanda.
Disponível em: <http://purl.pt/3484/1/P1.html>. Acessado em: 14 jun. 2009.
Publicado pela Empresa de Publicidade "Angola" (1850-99).

ICONOGRAFIA 56

Título e/ou inscrições: Plano Hidrographico do Porto de Loanda.
Disponível em: <http://purl.pt/1531/2/P1.html>. Acessado em: 16 jun. 2009.
Data de publicação: 1896.

7. ÍNDICE DOS MAPAS RESUMO

MAPA RESUMO 01

O primeiro núcleo urbano de Lisboa, fundado pelos Romanos em 205 a.C.

MAPA RESUMO 02

A primeira expansão da cidade deu-se em direção ao Rio Tejo, durante a ocupação muçulmana, entre 711 e 1147.

MAPA RESUMO 03

Lisboa à época dos descobrimentos, no início do século XVI.

MAPA RESUMO 04

O primeiro estabelecimento português em Moçambique.

MAPA RESUMO 05

Moçambique no final do século XVI.

MAPA RESUMO 06

O primeiro estabelecimento português em Goa.

MAPA RESUMO 07

Goa no final do século XVI.

MAPA RESUMO 08

O primeiro estabelecimento português em Salvador.

MAPA RESUMO 09

Salvador no final do século XVI.

MAPA RESUMO 10

O primeiro estabelecimento português em Macau.

MAPA RESUMO 11

Macau no final do século XVI.

MAPA RESUMO 12

O primeiro estabelecimento português em Luanda.

MAPA RESUMO 13

Luanda no final do século XVI.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Isabel Moitinho de. *Caracterização geológica do esteiro da Baixa. Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa, n.21, p.152-157, set. 2004.

AMARAL, Ilídio do. *Luanda (Estudo de Geografia Urbana)*. In: Apresentação da cidade de Luanda; Génese e evolução de Luanda. Lisboa: Atlântida, 1968.

AZEVEDO, Carlos de. *Arte Cristã na Índia Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1959.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização Brasileira – origens. **Coletânea De Estudos – Universo Urbanístico Português 1415 – 1822**. ROSSA, Walter; ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder (Org.).

BAIRRADA, Eduardo Martins. *Lisboa – Panorama da sua história e expansão urbana*. Porto: AMBAR, mai.1982.

BARACHO, Carlos. *Um percurso ao encontro do medievalismo em Macau*. **RC - Revista de Cultura** - Edição em Português. Macau, s. 2, n.34, p.147-180, jan/mar. 1998.

BARRETO, Luís Filipe. *O Estatuto de Macau (Séculos XVI e XVII)*. **RC - Revista de Cultura** - Edição em Português. Macau, s. 2, n.34, p.27-46, jan/mar. 1998.

BRUSCHI, Sandro. *Campo e cidades da África antiga. História concisa da cidade Africana*. Maputo: Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat, 2001.

BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento – Um outro olhar sobre a expedição de Cabral*. 2ª edição. RJ: Objetiva, 2006.

CALADO, Maria; MENDES, Maria Clara; TOUSSANT, Michel. *Macau – Da fundação aos anos 70. Evolução Sócio-econômica, Urbana e Arquitetônica*. RC - *Revista de Cultura* - Edição em Português. Macau, s. 2, n.34, p.75-146, jan/mar. 1998.

CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. *Subsídios para a história de Luanda*. Luanda: Edição do Museu de Angola, 1954.

Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Arquitetura - Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia. *Evolução Física de Salvador. Vol.1. 1549-1650*. Salvador: Centro de Editorial e Didático da UFBA, 1979.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *O Estabelecimento da Fortaleza-cidade do Salvador na Bahia de Todos os Santos, em 1549 – O Predicamento da Cidade*. In: FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *A fundação da Cidade do Salvador em 1549*. c.1, p.13-29. Coleção Brasil Pitoresco, Tradicional e Artístico. SP: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, jul.1949.

Ilha de Moçambique – Relatório 1982 – 85. SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – MOÇAMBIQUE, ARKITEKTSKOLEN I AARUS – DANMARK.

KAIJIAN, Tang. *Macau – Notas Sobre a Evolução Urbana e Arquitetônica Durante a Dinastia Ming*. RC - *Revista de Cultura* - Edição em Português. Macau, s. 2, n.34, p.47-73, jan/mar. 1998.

CHANDEIGNE, Michel (Org.). *Lisboa Ultramarina: 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1992. (Coleção Memória das Cidades)

MOITA, Irisalva. *A imagem e a vida da cidade*. In: MOITA, Irisalva (Org.). *Lisboa Quinhentista – A imagem e a vida da cidade*. Catálogo de exposição temporária. Lisboa, Direção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1983.

MURTEIRA, Helena. *Lisboa antes de Pombal: crescimento e ordenamento urbanos no contexto da Europa moderna (1640-1755)*. *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa, n.21, p. 50-57, set. 2004.

OLIVEIRA, Francisco Roque. *Cartografia antiga da cidade de Macau, c. 1600-1700: confronto entre modelos de representação europeus e chineses (Resumo)*. *Scripta Nova - REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES*. Barcelona, v.10, n.218 (53), ago.2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-53.htm>> Acesso em: 03 maio 2008.

REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil – 1500/1720*. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pini. 2000.

Relatório da Missão à Ilha de Moçambique – 1981. Análise e sugestões para a sua reabilitação. Fundação Calouste Gulbenkian.

ROSSA, Walter. O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas. *Coletânea De Estudos – Universo Urbanístico Português 1415 – 1822*. ROSSA, Walter; ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder (Org.).

SALDANHA, Manoel José Gabriel de. *História de Goa (Política e Arqueológica)*. 2ª Ed. Nova Goa: Asian Educational Services, 1990.

PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora UnB, 2006. (Coleção Arquitetura e Urbanismo)

SANTOS, José de Almeida. *Luanda d'outros tempos*. 2ª ed. Angola: Centro de Informação e Turismo de Angola.

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos. A História da Cidade. In: SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos. **A Baixa Pombalina – Passado e Futuro**. Lisboa, Livros Horizonte, 2000. p.17-47.

SANTOS, Nuno B. V. Thomaz dos. **A fortaleza de S. Miguel**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1967.

SANTOS, Paulo. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. In: Cidades de afirmação de posse e defesa da costa. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica: Novos Rumos. Lisboa, 2007. Discurso na Sessão de Abertura do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Francisco Nunes Correia. Lisboa: 25 de Outubro de 2007.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. **A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)**. Niterói, UFF, 2002. 319 p. Tese - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 10ª ed. São Paulo: EDUFBA e Editora UNESP, 2001.

TEIXEIRA, Manuel C. **O Urbanismo Medieval, Séculos XIII e XIV**. In: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p.25-46.

TEIXEIRA, Manuel C. **O Início Da Expansão Urbana Portuguesa No Século XV**. In: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 47-82.

TEIXEIRA, Manuel C. **Os Traçados Urbanos Modernos dos Finais do Século XV e Século XVI**. In: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 83-120.

TEIXEIRA, Manuel C. **O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII**. In: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 215-252.

VALLA, Margarida. **A Formação Teórica de Engenheiros Militares e Arquitetos Portugueses**. In: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII – Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, jun.1999. p. 121-148.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Chronica do Descobrimento e conquista da Guiné**. Paris: J. P. Aillaud, 1841. (Acervo de livros on line GoogleBooks).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)